

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO
PROGRAMA PRONAF MODALIDADE INFRA-ESTRUTURA:
UM ESTUDO DE CASO EM SANTA CATARINA**

Sílvio Thadeu de Menezes

FLORIANÓPOLIS/SC - BRASIL
2001

**PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO
PROGRAMA PRONAF MODALIDADE INFRA-ESTRUTURA:
UM ESTUDO DE CASO EM SANTA CATARINA**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM AGROECOSSISTEMAS, DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA

APRESENTADA POR:

SÍLVIO THADEU DE MENEZES

Florianópolis, outubro de 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS
FLORIANÓPOLIS, SC - BRASIL

DISSERTAÇÃO

Submetida por *Silvio Thadeu de Menezes* como um dos
requisitos para obtenção do Grau de **MESTRE EM**
AGROECOSSISTEMAS.

Aprovada em : 11/10/2001

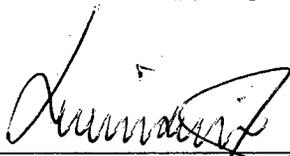


Dr. Sérgio L. G. Pinheiro
Orientador

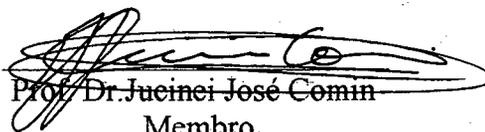


Prof. Dr. Luiz Renato D'Agostini
Coordenador

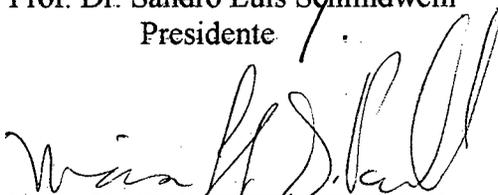
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Sandro Luis Schlindwein
Presidente



Prof. Dr. Juinei José Comin
Membro



Prof. Dra. Maria Agnez S. Paulilo
Membro



MSc. José Giovanni Farias
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho. Pela impossibilidade e para não correr o risco de omitir o nome de alguém, gostaríamos de agradecer em particular às seguintes pessoas e entidades:

- aos colegas e professores do curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas e dos cursos de Sociologia Política da UFSC, pelos momentos de troca de experiências e de conhecimentos;
- à Epagri, que possibilitou o meu crescimento profissional através da minha participação neste curso;
- à Embrapa, pela colaboração em nos fornecer uma bolsa de estudo;
- à Secretaria Executiva Estadual do Pronaf;
- aos funcionários das prefeituras de Coronel Martins, Heitor e Carmelinda;
- aos prefeitos e secretários municipais de São Martinho, Coronel Martins, São João Batista e Major Gercino;
- aos colegas da Epagri Sebastião, Irineu, Edson, Gládimir, Erlindo, Adilson e Rogério e às colegas Elza, Alice e Rosani;
- aos agricultores e lideranças estaduais que participam ou participaram do Conselho Estadual do Pronaf que colaboraram com este trabalho, concedendo entrevistas;
- aos professores Sadi Sérgio Grimm e Sérgio L. G. Pinheiro, pela amizade, paciência, críticas e sugestões, confiança e orientação;
- ao colega Eros Marion Mussoi, pela colaboração proporcionada na revisão final;
- aos professores Sandro Luis Schlindwein, Jucinei José Comin, Maria Ignez S. Paulilo e ao colega José Giovanni Farias, pela amizade e oportunidade de discutir o conteúdo deste trabalho.
- em especial, a minha esposa Mara e meus filhos Sabrina, Tiago e Bárbara, por seu incentivo, compreensão, amor, carinho e dedicação durante todos os momentos.

THADEU DE MENEZES, SILVIO. PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO PROGRAMA PRONAF MODALIDADE INFRA-ESTRUTURA - UM ESTUDO DE CASO EM *SANTA CATARINA*. 2001. 129 p. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM AGROECOSSISTEMAS) – CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS.

ORIENTADOR: SÉRGIO L. G. PINHEIRO

DEFESA: 11/10/2001

SUMÁRIO

	Pag
RESUMO	01
ABSTRACT	02
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO ESTUDO	03
1.2.1. Objetivo	04
1.2.2. Perguntas a serem respondidas na pesquisa	04
1.2.3. Referencial teórico e metodológico	04
1.2.4. Estrutura da Dissertação	05
CAPÍTULO 2 - REVISÃO DE LITERATURA	
2.1. APRESENTAÇÃO	06
2.2. HISTÓRICO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR.....	06
2.3. EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO RELACIONADA A AGRICULTURA FAMILIAR	08
2.4. A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E EM SANTA CATARINA	13
2.5. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE	16
2.6. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.....	20
2.6.1. Cidadania	20
2.6.2. Participação e organização no processo de desenvolvimento rural	22
2.7. POLÍTICAS PÚBLICAS E CULTURA POLÍTICA	25
2.7. 1.Políticas públicas.....	25
2.7.2. Cultura política	26
2.8. DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL	28
2.8.1. Descentralização.....	28
2.8.2. Poder local	29
2.9. O MUNICÍPIO COMO ESPAÇO LOCAL DE ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO	31
2.10. O PRONAF	34
2.10.1. O Pronaf Infra-Estrutura em Santa Catarina	41
2.10.2. Recursos aplicados	48

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA UTILIZADA

3.1. INTRODUÇÃO.....	52
3.2. PESQUISA DE CAMPO	54
3.2.1. Critérios para seleção da região e dos municípios escolhidos.....	54
3.2.2. Seleção e caracterização dos entrevistados	55
3.2.3. Conteúdo e procedimentos das entrevistas.....	57
3.3. PROCESSAMENTO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	59

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. INTRODUÇÃO	63
4.2. CARACTERÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS	63
4.3. DIAGNÓSTICO SÓCIO CULTURAL.....	66
4.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES	68
4.4.1. Conhecimento dos objetivos do programa	68
4.4.2. Benefícios e diferenças causadas pelo programa Pronaf.....	69
4.4.3. Participação	71
4.4.4. Grau de satisfação	74
4.4.5. Síntese da análise dos resultados das entrevistas com os Agricultores Familiares e das Visitas aos três municípios.....	78
4.5. ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM OUTROS ATORES.....	81
4.5.1. Prefeitos Municipais	81
4.5.2. Secretários Municipais	83
4.5.3. Representantes dos Agricultores Familiares no Conselho Estadual do Pronaf	84
4.5.4. Membros da Secretaria Executiva Estadual do Pronaf	86
4.5.5. Técnicos das Prefeituras e de Empresas Estatais	88

CAPÍTULO 5 - SÍNTESE, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. INTRODUÇÃO.....	91
5.2. SÍNTESE.....	91
5.3. CONCLUSÕES.....	92
5.4. RECOMENDAÇÕES.....	94

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
--	-----------

7. ANEXOS	Pag
ANEXO 1 - RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM ORDEM ALFABÉTICA.....	100
ANEXO 2 - PERGUNTAS FORMULADAS AOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS.....	104
ANEXO 3 – PERGUNTAS FORMULADAS AOS TÉCNICOS	106
ANEXO 4 – PERGUNTAS FORMULADAS ÀS LIDERANÇAS REGIONAIS E ESTADUAIS	108
ANEXO 5 – SOMATÓRIO DAS RESPOSTAS DOS AGRICULTORES.....	110
ANEXO 6 – RESPOSTAS DAS PERGUNTAS DESCRITIVAS	115
ANEXO 7 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BENEFICIADOS.. PELO PRONAF INFRA-ESTRUTURA	128
ANEXO 8 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM QUE SE REALIZOU A PESQUISA	129
 8. FIGURAS	
FIGURA 1 – Processo de análise qualitativa proposto por STRAUS e CORBIN	60
FIGURA 2 – Aplicação do processo de análise qualitativa proposto por STRAUS E CORBIN	62
 9. GRÁFICOS	
GRÁFICO 1 – Recursos aplicados no Pronaf infra-estrutura em Santa Catarina	50
GRÁFICO 2 – Aplicação dos recursos na linha infra-estrutura	50

10. QUADROS

Quadro 1 – Diferença entre o Modelo de Agricultura Patronal e o Familiar	12
Quadro 2 – Composição do Conselho Estadual do Pronaf	45
Quadro 3 – Etapas e Procedimentos Metodológicos Utilizados na Pesquisa	52
Quadro 4 – Roteiro das entrevistas semi- estruturadas.....	57
Quadro 5 – A percepção dos Agricultores Familiares nos municípios em que se realizou a pesquisas sobre as formas que o programa tem ajudado os agricultores	69
Quadro 6 – Exemplos de infra-estrutura beneficiadas pelo Pronaf citados pelos Agricultores Familiares nos municípios em que se realizou na pesquisa	70
Quadro 7 – Porque os Agricultores Familiares não participaram da reunião do CMDR	71
Quadro 8 – Análise geral dos três municípios em que se realizou a pesquisa em relação ao processo de participação	72
Quadro 9 – A percepção dos Agricultores Familiares nos municípios em que se realizou a pesquisa sobre a forma que poderia ser melhorado o CMDR.....	73
Quadro 10 –A percepção dos Agricultores Familiares dos municípios em que se realizou a pesquisa sobre a importância do CMDR.....	73
Quadro 11 - Razões apresentadas pelos entrevistados dos municípios em que se realizou a pesquisa porque acham que os recursos financeiros do Pronaf estão sendo bem aplicados	74
Quadro 12 – As razões apresentadas pelos Agricultores Familiares entrevistados nos municípios em que se realizou a pesquisa porque estarem contentes com a infra-estrutura selecionada	75
Quadro 13 – As respostas dos Agricultores Familiares nos municípios em que se realizou a pesquisa sobre porque acham que o programa Pronaf está melhorando a vida dos agricultores	76
Quadro 14 – Percepção dos Agricultores Familiares nos municípios em que se realizou a pesquisa sobre o que deveria haver num programa de desenvolvimento que não existe no Pronaf	77
Quadro 15 – A percepção dos Agricultores Familiares nos municípios em que se realizou a pesquisa sobre o interesse da Prefeitura em relação ao Programa Pronaf	78
Quadro 16 – Respostas dos Prefeitos Municipais em que se realizou a pesquisa sobre a importância do Pronaf infra-estrutura	82
Quadro 17 – Algumas observações dos Secretários Municipais sobre o Pronaf infra-estrutura	84

11. TABELAS

Tabela 1 – Renda Monetária Bruta (RMB) em salários mínimos por ano e área média dos estabelecimentos familiares na Região Sul – 1985.....	9
Tabela 2 – Características das unidades familiares no Brasil	10
Tabela 3 – Relação existente entre os Agricultores Patronais e Familiares no Brasil quanto ao número de estabelecimentos rurais e suas respectivas áreas	13
Tabela 4 – Número de estabelecimentos de Agricultores Familiares no Brasil, área e percentual ocupado regionalmente	14
Tabela 5 – Área média dos estabelecimentos Familiares nas regiões do Brasil	14
Tabela 6 – Valor bruto da produção e o produto interno bruto do setor agrícola em Santa Catarina	15
Tabela 7 – Número e área dos estabelecimentos rurais por classe de área em Santa Catarina	16
Tabela 8 – Distribuição dos municípios beneficiados pelo Pronaf infra-estrutura entre as unidades da federação	38
Tabela 9 – Distribuição regional dos municípios selecionados pelo Pronaf infra-estrutura	38
Tabela 10 – Pontuação usada no Pronaf em relação ao tamanho das propriedades	43
Tabela 11 – Pontuação usada no Pronaf na relação entre população urbana e rural	43
Tabela 12 – Pontuação usada no Pronaf na relação entre produção agrícola e pessoa ocupada	43
Tabela 13 – Pontuação usada no Pronaf em relação ao movimento econômico dos municípios	44
Tabela 14 - Localização dos municípios beneficiados pelo Pronaf por região do estado em Santa Catarina	48
Tabela 15 – Agricultores Familiares entrevistados nos municípios em que se realizou a pesquisa	56
Tabela 16 – Caracterização dos entrevistados na pesquisa	56
Tabela 17 – População dos municípios em que se realizou a pesquisa	64
Tabela 18 – Data de emancipação dos municípios em que se realizou a pesquisa	64
Tabela 19 – Índices de natalidade, óbitos e densidade demográfica dos municípios em que se realizou a pesquisa	65
Tabela 20 – Receita financeira dos municípios em que se realizou a pesquisa	65
Tabela 21 – Estratos de números e áreas das propriedades dos municípios em que se realizou a pesquisa	66
Tabela 22 – Estratos da faixa etária dos Agricultores Familiares entrevistados na pesquisa	67
Tabela 23 – Estratos das propriedades dos Agricultores entrevistados na pesquisa em relação as áreas da suas propriedades	68

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a participação dos agricultores familiares no processo decisório referente à aplicação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na modalidade infra-estrutura, uma das principais fontes de financiamento da infra-estrutura municipal. Este estudo visa refletir também sobre a descentralização político-administrativa, tendo como foco a participação dos agricultores familiares na tomada de decisão sobre a gestão dos recursos públicos. A análise tomou por base uma pesquisa de campo realizada com representantes dos agricultores familiares que compõem os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDRs -, além de outros atores (como agricultores, conselheiros estaduais do Pronaf, prefeitos, secretários municipais e técnicos), totalizando 88 entrevistados em três municípios beneficiados pelo programa em Santa Catarina. Os principais fundamentos teóricos utilizados nesta análise incluem a Teoria do Estado e suas variantes teóricas de centralização e descentralização, além do debate sobre democracia participativa e cultura política. A metodologia combinou análise qualitativa, incluindo entrevistas semi-estruturadas e observação participante, e análise quantitativa, a qual se baseou em dados secundários. O trabalho de campo constatou que a descentralização político-administrativa e a gestão democrática são processos em construção, cujos avanços variam de município para município. Há evidências de que, entre os três municípios analisados, existem diferenças significativas quanto à participação dos agricultores familiares no processo decisório relacionado à aplicação de recursos do Pronaf. No final, este estudo resume os principais resultados e apresenta algumas sugestões para ampliação da participação dos agricultores familiares na gestão do programa.

ABSTRACT

This research aims to evaluate the participation of small family farmers in the decision making process related to the application of resources of the National Program to Empower Small Family Farmers (Pronaf), infra-structure module, one of the most important financial sources for the cities infra-structure in Brazil. The study also aims to reflect about politics and administrative decentralization, focusing on small family farmers participation in the decision-making process related to the management of public financial resources. The analysis was based in a field-work realized with family farmers representatives who are members of the Rural Development Cities Councils (CMDRs), as well as with other actors (farmers, technicians and politicians), totalizing 88 interviews in 3 cities benefited with the Program in the State of Santa Catarina, Brazil. The main theoretical foundations used in this analysis included the State Theory and its theoretical variations of centralization and decentralization as well as the debate about democratic participation and political culture. The methodology combined both qualitative analysis, including semi-structured interviews and participant-observation, and quantitative analysis, which was based on secondary data. The field-work found that both politics and administrative decentralization as well as the democratic management of public resources are processes in construction, and the evolution is different in each city. It is evident that, among the 3 cities analysed, there are significant differences in relation to the participation of small family farmers in the decision making process related to the application of Pronaf's resources. Finally, this study summarize the main results of the research and presents some suggestions to improve the participation of small family farmers in the management of the Program.

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a participação dos agricultores familiares no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), modalidade infra-estrutura, principal política agrícola do governo federal para a agricultura familiar no Brasil. O Pronaf contempla quatro linhas de ação: negociação de políticas públicas com órgãos setoriais, financiamento de infra-estrutura e serviços dos municípios, financiamento da produção da agricultura familiar e capacitação e profissionalização de agricultores familiares.

Este estudo se limita a analisar a linha de financiamento da infra-estrutura e serviços dos municípios. Escolheu-se estudar esta linha de ação por ser uma das principais fontes de recursos para financiamento da infra-estrutura municipal e também pela ausência de trabalhos, em Santa Catarina, que avaliassem a participação dos agricultores familiares no processo decisório deste importante instrumento de apoio às políticas públicas dos municípios.

O programa Pronaf tem repassado anualmente, através da Caixa Econômica Federal, a fundo perdido, a cada município incluído no programa, um valor médio de R\$ 150.000,00, independente do número de habitantes, totalizando nos últimos quatro anos (1997 – 2000) um valor total em torno de R\$ 600.000,00. Estes recursos destinam-se à melhoria dos meios de produção, das estruturas de beneficiamento, das estruturas de comercialização e à infra-estrutura local, tais como abastecimento de água, máquinas e equipamentos, pontes, bueiros e estradas, serviços e treinamentos.

Além disso, o Pronaf tem como objetivo descentralizar e estimular a participação dos atores na decisão de como aplicar estes recursos, exigindo que o plano anual dessa aplicação seja aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR. O presente estudo baseou-se principalmente no processo de participação dos

agricultores familiares, através dos seus representantes, que compõem os CMDRs. Espera-se que a análise aqui oferecida possa colaborar para mudanças, visando ao aprimoramento deste importante instrumento de apoio às políticas públicas, tendo como referências o uso de práticas de participação democrática. Em Santa Catarina 57 municípios estão sendo beneficiados com o programa Pronaf infra-estrutura.

1.2. OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo avaliar a participação dos agricultores familiares no processo decisório da aplicação dos recursos do Pronaf Infra-Estrutura em três municípios beneficiados pelo programa em Santa Catarina.

1.3. PERGUNTAS A SEREM RESPONDIDAS NA PESQUISA

É possível, dentro da prática de participação existente, que, a partir da exigência do Pronaf, os conselhos municipais de desenvolvimento rural consigam o espaço necessário para influenciar decisivamente na elaboração de políticas públicas?

Considerando o nível atual de formação e participação dos agricultores, terão eles condições de participar ativamente deste processo?

Seriam necessárias grandes transformações na cultura dos agricultores para desempenhar esta importante função?

1.4. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

Os principais fundamentos teóricos utilizados nesta análise incluem a Teoria do Estado e suas variantes teóricas de centralização e descentralização, além do debate sobre democracia participativa e cultura política, na ótica dos principais atores interessados, que são os agricultores familiares. Os referenciais teóricos e metodológicos são apresentados e discutidos, mais detalhadamente, nos capítulos 2 e 3.

1.5. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Estruturamos esta dissertação em cinco partes.

No capítulo introdutório, Capítulo 1, mostramos o propósito de nosso trabalho de pesquisa, que é o de avaliar o Pronaf em sua linha de ação infra-estrutural, tendo por base os municípios utilizados na amostra, na ótica dos principais interessados, que são os agricultores familiares.

No Capítulo 2, realizamos uma revisão histórica da agricultura familiar, de sua importância como segmento gerador de emprego e renda. Abordamos alguns conceitos de desenvolvimento sustentável, e, dentro do conceito de democracia participativa, abordamos conceitos de cidadania, participação, políticas públicas, cultura política, descentralização e poder local. Fizemos uma revisão do Pronaf Infra-Estrutura quanto aos seus objetivos, regulamentos, ao critério de seleção dos municípios enquadrados no programa, à aplicação de recursos, informações gerais do programa e, por último, informações específicas sobre o programa no estado de Santa Catarina.

No Capítulo 3, detalhamos a metodologia e enfatizamos a análise qualitativa, utilizada em complementação à quantitativa. Justificamos o porquê dessa abordagem e das ferramentas usadas, como a entrevista semi-estruturada e a observação participante. Além disso, apresentamos os critérios de seleção dos municípios, a delimitação do estudo e, por último, informações mais específicas sobre o trabalho de campo.

No Capítulo 4, descrevemos analiticamente os dados obtidos, através da exposição do que foi observado e desenvolvido na pesquisa, utilizando tabelas e gráficos. Na análise e discussão foram estabelecidas relações entre os dados obtidos, o problema da pesquisa e o embasamento fornecido pela revisão da literatura.

No capítulo final (Capítulo 5), realizamos uma síntese interpretativa dos principais argumentos desenvolvidos, resumimos os resultados obtidos e fornecemos algumas sugestões para o aprimoramento do programa Pronaf.

CAPÍTULO 2 - REVISÃO DE LITERATURA

2.1. APRESENTAÇÃO

Neste capítulo apresentaremos a fundamentação teórica adotada para tratar o problema e os temas pesquisados. Por meio da análise da literatura publicada, traçamos um quadro de referência e definimos a estrutura conceitual que sustenta o desenvolvimento da pesquisa. Com base nessa fundamentação, abordamos os seguintes temas: agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, democracia participativa, cidadania, participação, organização, políticas públicas, cultura política, descentralização, poder local, conselho municipal, plano municipal e o Pronaf.

2.2. HISTÓRICO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

LAMARCHE (1997) afirma que a agricultura familiar teve origem na precariedade jurídica, econômica e social e no controle dos meios de trabalho e produção, especialmente da terra, pelo sistema de produção e das técnicas de produção rudimentar, da pobreza da população engajada nessa atividade, tendo como resultado a grande mobilidade espacial e a sua dependência frente a grande propriedade. Segundo o autor, esta precariedade tem diferentes caracterizações e apresenta, desde a sua origem, um caráter regional bastante acentuado.

Na década de 50, inicia-se o processo de industrialização do País, acentuando-se na de 60 com o processo de modernização da agricultura, que impunha modificações no perfil técnico e econômico da agricultura brasileira, surgindo, a partir daí, o que se chama de modernização conservadora.

É nesse período que se iniciam os programas nacionais de desenvolvimento. O primeiro a ser implementado foi o “Plano de Metas” (1956–1960). Este primeiro plano iniciou as políticas de incentivo agrícola, como o crédito agrícola, a pesquisa agrícola, a assistência técnica, os insumos modernos (fertilizantes de síntese química, inseticidas e

pesticidas), as máquinas agrícolas, os armazéns, silos e frigoríficos e a melhoria dos rebanhos bovinos.

Estes planos tinham como objetivo a elevação da produção e a produtividade e a transformação da agricultura dita tradicional. Somente a partir do III PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1980–1985) - é que começou, de maneira tímida, uma preocupação com o meio ambiente, com a introdução de algumas políticas de preservação e utilização racional dos recursos naturais existentes.

Este processo trouxe profundas modificações na parte técnica e econômica da agricultura brasileira, embora mantendo algumas particularidades. Uma delas é a concentração da propriedade fundiária, um elemento importante na organização da atividade agrícola. Outra particularidade é a questão social, manifestada pela concentração de renda e pela marginalização da população rural, que permanece até hoje, com ainda maior gravidade. O nível de miséria que afeta o meio rural brasileiro não é uma característica apenas desse meio.

Na década de 80, o setor agrícola sofreu uma profunda crise econômica, provocando um processo de fragmentação fundiária, associada ao crescimento da mão-de-obra familiar. Apesar do grau de modernidade atingido, grande parte da população não chega a ultrapassar os limites da precariedade.

As condições do campo pioraram, em decorrência do modelo de desenvolvimento utilizado, trouxe como uma das conseqüências a intensificação do êxodo rural, agravando-se os problemas urbanos.

A agricultura familiar tem passado, nestas últimas décadas, por algumas transformações, decorrentes do caráter conservador do processo de modernização agrícola, discriminatório, incompleto, além de dependente de insumos externos e ambientalmente agressivo.

Há uma diferença significativa com o que ocorreu na década de 70, quando o crescimento econômico permitiu que o êxodo rural fosse considerado um redutor de pobreza. O crescimento urbano dessa década permitia uma possibilidade real de melhoria de vida a um grande contingente da população que saía do campo.

Esta perspectiva se transforma na década de 80, quando se esgotam os mecanismos de crescimento rápido e bloqueia-se a mobilidade que possibilitava a incorporação de massas crescentes de trabalhadores.

Segundo GRZYBOWSSKI (1987), as mobilizações e manifestações de trabalhadores rurais ressurgem com vigor, ampliam-se em número e extensão, com novos segmentos e em novas regiões (movimentos de posseiros, movimento dos sem-terra, movimentos das barragens e lutas indígenas).

Na década de 90 há uma profunda descapitalização dos agricultores, fruto do pacote contra a inflação, de 1995, que teve como consequência a redução do preço dos produtos agrícolas e o aumento dos insumos. A entrada do Brasil no processo de globalização trouxe prejuízos aos agricultores familiares, pois o País abriu as fronteiras para a entrada de produtos agrícolas de outros países, em desigualdade de condições, gerando uma crise sem precedentes no setor. Como consequência, acentuaram-se o êxodo da população jovem e o envelhecimento da população rural. Aliado a estes problemas, aumentou o índice de desemprego, dificultando a incorporação dessas massas trabalhadoras pelo meio urbano.

2.3. EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO RELACIONADA À AGRICULTURA FAMILIAR

Em geral, as políticas (e tecnologias) agrícolas eram consideradas neutras, e o público a ser beneficiado, homogêneo. Mais recentemente, porém, por pressão das entidades representativas de trabalhadores e pequenos produtores, surge a Lei Agrícola n.º 8.171/91, ainda em vigor, que consagra para os diversos setores da agricultura o direito a uma política agrícola diferenciada. Esta lei ressalta o princípio da diferenciação e pressupõe tratamento distinto para as categorias de agricultores familiares, com o que se reconhece a desigualdade social entre a agricultura familiar e a chamada agricultura patronal (VILELA, 1997).

Existe uma dificuldade muito grande para se classificar as propriedades agrícolas, muitos esforços foram feitos neste sentido, tendo como base inúmeros fatores. O critério utilizado para concessão de crédito rural, utilizado no Manual de Crédito Rural – MCR 1990 - classificava os produtores em mini, pequeno, médio e grande produtor, de acordo com a renda bruta auferida no ano agrícola considerado. O MCR 1997 classifica-os em: miniprodutor – com renda bruta anual inferior a R\$ 7.500,00; pequeno produtor – com a renda bruta anual entre R\$ 7.500,00 e R\$ 22.000,00; e médio e grande produtor – com a renda bruta anual superior a R\$ 22.000,00.

O governo federal, face às pressões existentes e à situação de pobreza em que se encontrava a agricultura familiar, buscou, através do convênio de cooperação técnica entre a FAO e o Incra, firmado em janeiro de 1994, elaborar uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil (FAO, 1994). Este estudo analisa a desigualdade existente na agricultura familiar e apresenta uma nova tipologia. Tal tipologia distribui os agricultores familiares em três categorias: agricultores consolidados, em transição e periféricos. Para esta categorização, foram utilizados dois critérios: Renda Monetária Bruta (RMB) do estabelecimento, medido em salários mínimos, com cortes estabelecidos pelos valores da Renda Média e Mediana (Tabela 1). Os 50% dos agricultores com RMB abaixo da mediana formam o estrato mais pobre (C). Os agricultores que apresentam RMB acima da média formam o estrato superior (A) e, aqueles em transição, com RMB entre a média e a mediana, formam um estrato médio (B).

Tabela 1 – Renda Monetária Bruta (RMB) em salários mínimos por ano e área média dos estabelecimentos familiares da Região Sul – 1985

Unidades da Federação	RMB em Salário Mínimo/Ano			Área Média (em hectare)		
	A	B	C	A	B	C
Paraná	130	22	1	29	14	10
Santa Catarina	102	29	6	29	19	14
Rio Grande do Sul	84	22	1	34	18	15
Total Sul	100	23	2	32	17	13

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1985 – Elaboração: FAO, 1996.

Através destas características, os agricultores familiares foram divididos, em julho de 1995, de acordo com a Renda Média Bruta (RMB), nas seguintes categorias:

- familiar de subsistência ou periféricos: agricultores com a RMB anual inferior a R\$ 2.500,00;
- familiar em transição: agricultores com RMB anual entre R\$ 2.500,00 e R\$ 6.000,00;

- familiar consolidado ou integrado ao mercado: agricultores com RMB superior a R\$ 6.000,00.

Esta divisão em três categorias deixa clara a necessidade da existência de tratamentos diferenciados e específicos por parte das políticas públicas, principalmente às unidades familiares de subsistência.

As unidades familiares consolidadas ou integradas ao mercado são definidas como as que dispõem de mecanismos de comercialização agrícola regulares que, mantidas as condições atuais de produção, garantem a reprodução da força de trabalho.

A categoria em transição é a das unidades familiares que estão ligadas de forma frágil ao mercado, e estão sujeitas a que um desequilíbrio na renda familiar leve ao abandono de suas atividades.

As unidades familiares de subsistência, ou periféricas, caracterizam-se pela concentração no autoconsumo e na venda da mão-de-obra de forma sazonal.

Tabela 2 – Características das unidades familiares no Brasil

Estrato	Nº Estabelecimentos (em milhões)	% do Total	Área Média (ha)	Nº Médio Pessoas Ocupadas
Consolidados	1,1	25,5	32,0	3,8
Em transição	1,0	23,5	16,1	3,3
Subsistência	2,2	50,0	13,7	2,9

Fonte: FAO/Incra, 1994.

O relatório do projeto FAO (1994) indica que por falta de capacidade de autofinanciamento, pela exiguidade e baixa fertilidade dos solos, pela baixa capacitação dos recursos humanos ou por serem vítimas do forte viés urbano das políticas públicas, os 3,2 milhões de unidades de subsistência e de transição tendem a desaparecer (Tabela 2), seja pela migração, seja pela pulverização minifundiária que gera estabelecimentos economicamente inviáveis.

Por outro lado, as demandas concretas por políticas diferenciadas se caracterizam, principalmente, por serviços de provisão de financiamento e apoio à comercialização ofertados por instituições públicas. Porém, apesar de serem direcionados para a agricultura familiar, destes serviços, em geral, apropriou-se o empresariado de médio e

grande porte, excluindo virtualmente a agricultura familiar dos seus circuitos de atendimento.

Observa-se que as reformas do Estado, desencadeadas em 1930 e 1964, pelas rupturas institucionais então produzidas, legaram à relação Estado-agricultura estilos de regulação díspares, contudo, são confluentes, principalmente nos seguintes aspectos:

- centralização federal da política rural;
- inviolabilidade dos direitos da propriedade fundiária;
- relativa ausência do Estado no âmbito da previdência social e da legislação trabalhista no meio rural;
- explícita preferência pela defesa da renda de segmentos patronais regionalmente selecionados;
- virtual marginalização da agricultura familiar da execução concreta da política agrícola.

A Constituição de 1988 consagrou regras formais em diversos aspectos das relações sociais no espaço rural, como meio ambiente, política agrícola, política fundiária e reforma agrária, seguridade social e previdência social, tributos e orçamentos, assim como os direitos individuais e coletivos (DELGADO, 1994).

As principais recomendações do projeto FAO (1994) são:

- Desenvolvimento Global Integrado, entendido como a execução de planos de expansão, reorientação ou reconversão do sistema de produção praticado em determinado estabelecimento; propõe a abertura de uma linha de financiamento como incentivo à elaboração de planos de desenvolvimento global integrado.
- Política diferenciada: uma política agrícola diferenciada para o pequeno produtor no que se refere a crédito agrícola, preços mínimos, inserção da atividade da agricultura familiar no ambiente macroeconômico, financeiro e fiscal favorável, mensagens tecnológicas apropriadas, o que implicava eliminação de isenções fiscais e subsídios à produção patronal, como os de maquinaria pesada.
- Educação: mudança fundamental no padrão de ensino rural, baseado na sustentabilidade, através da formação profissional dos agricultores que vivem e trabalham em estabelecimentos de caráter familiar, em parceria entre governo e estruturas sindicais e cooperativas.

- Sustentabilidade: uso de novos métodos de produção que venham a reduzir os impactos ambientais adversos e assegurar altos níveis de pureza e não-toxicidade dos alimentos.
- Ações Fundiárias: estão previstas ações, através da reforma agrária, como orçamento agrário, arrendamento e parceria e tributação agrária.

Nesta concepção, as três principais funções da exploração familiar - produção, consumo e acumulação de patrimônio - têm como objetivo a lógica da produção e reprodução, pela qual cada geração procura garantir um nível de vida estável para o conjunto da família e a reprodução dos meios de produção.

As principais diferenças entre agricultura familiar e patronal estão sintetizadas no quadro 1.

A agricultura familiar difere do modelo patronal principalmente por não ter como principal preocupação o lucro e sim os recursos necessários para a sua manutenção e a continuidade da sua família. Por unidade familiar entendemos, neste trabalho, a citada por LAMARCHE (1997, p. 15), que diz: “*A exploração familiar, tal como concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família*”. A interdependência destes três fatores (propriedade, trabalho e família), no funcionamento da exploração, engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como transmissão de patrimônio e reprodução da exploração.

Quadro 1 – Diferença entre o modelo de agricultura patronal e o familiar

Modelo Patronal	Modelo Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão estão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelo agricultor e sua família
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Trabalho assalariado é predominante	Trabalho assalariado é complementar
Padronização, controle e previsibilidade	Adaptação e flexibilidade

Fonte: Adaptado FAO/Inra (1994).

2.4. IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

A opção do governo pela agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento rural baseia-se nos melhores resultados socioeconômicos obtidos por ela em relação à patronal, sobretudo na capacidade de maior ocupação da mão-de-obra rural e na produção de alimentos a baixo custo. O documento elaborado pelo PRONAF (1996) reconhece a importância social e econômica da agricultura familiar no Brasil, baseando-se em dados do censo de 1985. Outra pesquisa, realizada em 1994, também comprova esta eficiência (ASSESOAR/DESER, 1994). Estudos desse tipo fortalecem o reconhecimento da potencialidade competitiva da produção agrícola proveniente da agricultura familiar.

Estes estudos contrariam a previsão do projeto UTF/BRA/036/BRA, segundo a qual os agricultores familiares periféricos e os agricultores familiares em transição vão desaparecer.

Conforme se pode observar na tabela 3, os agricultores familiares do Brasil, apesar de representarem o maior percentual de estabelecimentos rurais (85,2%), ocupam um menor percentual da área existente (30,5%) em relação aos agricultores patronais.

Tabela 3 – Relação existente entre os agricultores patronais e familiares no Brasil quanto ao número de estabelecimentos rurais e suas respectivas áreas

Extrato	Numero de estabelecimentos rurais	%	Area (milhões de hectares)	%
Agricultores Patronais	554.501	11,4	240,0	67,9
Agricultores Familiares	4.140.604	85,2	107,8	30,5
Outros*	164.759	3,4	5,8	1,6
Total	4.859.864	100,0	353,6	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995/1996.

* Possesores, arrendatários, parques florestais, etc.

Conforme pode ser observado na tabela 4, a Região Sul é a que possui a maior concentração de agricultores familiares no Brasil, com um percentual de 90,5% dos estabelecimentos (907.635 agricultores familiares) e 43,8% da área existente.

Observa-se na tabela 4 uma grande diferença na área média dos estabelecimentos familiares no Brasil (26,0 hectares), em relação à patronal (433 hectares).

Tabela 4 – Número de estabelecimentos de agricultores familiares no Brasil, área e percentual ocupado regionalmente

REGIÃO	NUMERO TOTAL DE ESTABELECEMENTOS	% SOBRE TOTAL	TOTAL AREA (ha)	%AREA S/ TOTAL
NORDESTE	2.055.257	88,3	34.043.218	43,5
CENTRO-OESTE	162.062	66,8	13.691.311	12,6
NORTE	380.895	85,4	21.860.960	37,5
SUDESTE	633.620	75,3	18.744.730	29,2
SUL	907.635	90,5	19.428.230	43,8
BRASIL	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995/1996.

Também pode-se verificar uma grande variação na área média dos estabelecimentos familiares entre as regiões do Brasil, variando de 17 hectares na Região Nordeste a 84 hectares na Região Centro-Oeste (Tabela 5).

Tabela 5 – Área média dos estabelecimentos familiares nas regiões do Brasil

REGIÃO DO BRASIL	ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECEMENTOS (ha)
Nordeste	17
Centro-Oeste	84
Norte	57
Sudeste	30
Sul	21
Brasil	26

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995-1996.

Em Santa Catarina, segundo o relatório de ações desenvolvidas para valorização da agricultura familiar no estado (COMISSÃO ESTADUAL DA CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 1996), os estabelecimentos

familiares representam 90,3% do total de estabelecimentos, ocupando uma área de 40,6%, sendo responsáveis por 73,1% do valor da produção agropecuária catarinense e representando 85,3% do pessoal ocupado na agropecuária.

Como pode ser observado na tabela 6, a participação do setor agrícola no produto interno bruto em Santa Catarina vem crescendo, e grande parte deste resultado se deve à agricultura familiar, responsável por quase três quartos do VBP agrícola estadual.

Tabela 6 – Valor Bruto da Produção e o Produto Interno Bruto do setor agrícola em Santa Catarina

Ano	Valor Bruto da Produção (VBP) (R\$ 1.000,00)	Produto Interno Bruto (PIB) ² (R\$ 1.000,00)
1997	4.169.143	2.851.124
1998	4.284.579	2.949.939
1999	5.006.562	3.359.978

FONTE: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul/ICEPA/SC.

A tabela 7 apresenta que mais da metade das propriedades está situada na classe de 1 a 20 hectares (65,16%).

¹ O Valor Bruto da Produção – VBP - é baseado nas informações do Censo Agropecuário de 1985 e a partir de então é corrigido pelas informações da produção e do seu valor, constantes na Produção Agrícola Municipal (PAM), Produção Pecuária (PPM) e da Produção da Silvicultura e Extração Vegetal, publicados anualmente.

² O cálculo do PIB estadual está inserido dentro de uma metodologia orientada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e adaptada pelo Programa de Contas Regionais do IBGE/BRASIL, sendo desenvolvida com padrões uniformes para todos os estados da Federação. Em Santa Catarina, o PIB do setor primário, calculado pelo Instituto Cepa/SC, foi baseado nos dados do Censo Agropecuário de 1985 e a partir de então corrigido para os anos intercensitários com base nas informações de produção nos estados. O Consumo Intermediário (CI) representa as despesas relativas à produção contabilizada, tais como adubos e fertilizantes, defensivos, rações, transporte da produção, sementes, medicamentos para animais, energia elétrica e outros. O Produto Interno Bruto (PIB) é a diferença entre o Valor Bruto da Produção (VBP) e o Consumo Intermediário (CI).

Tabela 7 – Número e Área dos estabelecimentos rurais por classe de área em Santa Catarina

CLASSE DE ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	%	ÁREA (ha)	%
0 a menos de 10	72.462	35,64	364.673	5,5
10 a menos de 20	60.051	29,53	838.076	12,7
20 a menos de 50	49.865	24,52	1.481.570	22,4
50 a menos de 200	16.705	8,22	1.428.939	21,6
200 a mais	4.154	2,04	2.499.587	37,8
Sem declaração	110	0,05	-	-
TOTAL	203.347	100,00	6.612.846	100,0

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 1995-1996.

Em síntese, esses dados refletem a importância da agricultura familiar no Brasil e em Santa Catarina.

2.5. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE

Para se conceituar o desenvolvimento sustentável, faz-se necessário compreender, primeiramente, o que se entende por desenvolvimento. A respeito deste assunto, ALMEIDA (1997) relata que, de um modo geral, as teorias desenvolvimentistas, quer sejam (neo)liberais ou marxistas, inspiram-se nas sociedades ocidentais para propor modelos para o conjunto do mundo. A idéia de desenvolvimento que fundamenta esta visão reside no paradigma do humanismo ocidental, ou seja, na compreensão de que o desenvolvimento socioeconômico é provocado pelos avanços técnico-científicos, assegurando ele próprio o crescimento e o progresso das virtudes humanas, das liberdades e dos poderes dos homens. Ainda nessa mesma linha de considerações, o autor diz que, seguidamente, se tem reduzido a idéia de desenvolvimento à de modernização e, em consequência disso, os países do Terceiro Mundo são julgados à luz dos padrões dos países desenvolvidos, todos de modernização precoce. Este etnocentrismo conduziu à aplicação, no mundo inteiro, de um modelo único de modernização e, portanto, a ver “em atraso” os países “subdesenvolvidos”. A fronteira entre modernização e desenvolvimento foi, na verdade, sempre pouco clara, diz o autor.

A modernização indica a capacidade que um sistema social tem de produzir a modernidade; o desenvolvimento refere-se à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. Portanto, a modernização, para o autor, é um processo, e desenvolvimento, uma política.

Desenvolvimento, tradicionalmente, se constituiu num tema de grande importância para a sociedade; nas discussões é geralmente relacionado a aspectos econômicos. As dimensões sociais, políticas, culturais ou antropológicas são, em geral, entendidas como conseqüências do desenvolvimento econômico ou determinado por ele. Desenvolvimento também é relacionado a progresso e as formas de avaliação são geralmente realizadas através de indicadores econômicos (ex., PIB e renda per cápita), vinculando, assim, desenvolvimento ao crescimento econômico (BRANDEBURG, 1999).

FREY (1998) diz que a partir da divulgação, em 1987, do Relatório Brundtland, denominado "NOSSO FUTURO COMUM", ganha impulso um "novo" paradigma na política de desenvolvimento, denominado desenvolvimento sustentável. Este novo paradigma contrapõem-se ao anteriormente dominante, baseado no crescimento econômico com a conseqüente redistribuição social.

Existem diversas definições conceituais para o desenvolvimento sustentável. Segundo o documento Novo Mundo Rural (BRASIL/MDA, 1997), o desenvolvimento sustentável é um processo de elevação do nível geral de riqueza e de qualidade de vida da população que compatibiliza a eficiência econômica, a equidade social e a manutenção dos estoques de capital natural. Nesta definição estão contempladas as dimensões econômicas, a sociocultural, a político-institucional, a tecnológica e a ambiental, porém fere princípios da termodinâmica. Já a ECO 92 definiu desenvolvimento sustentável como a garantia das necessidades das gerações presentes sem comprometer as das gerações futuras (TESTA et al, 1996). Neste estudo adotamos por definição a de BUARQUE (1995), que define o desenvolvimento sustentável como um processo de mudança social e de elevação de oportunidades na sociedade, compatibilizando no tempo e no espaço crescimento e eficiência econômica, conservação ambiental, qualidade de vida e equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade das gerações.

Um dos resultados fundamentais alcançados pelo debate sobre desenvolvimento sustentável é que a degradação ambiental e a persistência de problemas de exclusão social se encontram intimamente relacionadas. Tanto nas cidades quanto no campo, as populações mais pobres são mais afetadas pelos graves problemas relacionados à crise do meio ambiente (falta de saneamento básico, destruição por enchentes e deslizamentos de encostas, poluição das águas e erosão, entre outros), o que demonstra que em diferentes contextos as tendências de degradação ambiental acabam agravando os problemas sociais.

Há hoje uma percepção de que a questão ecológica não tem somente uma função limitadora para o desenvolvimento e o planejamento econômico, mas, pelo contrário, o meio ambiente e os recursos naturais são considerados como fonte e solução potencial para os problemas socioeconômicos com que se defrontam as comunidades locais. Apesar do grande avanço, uma falha do relatório Brundtland é de fazer críticas ao processo de decisão do sistema econômico e político mundial e de apoiar a participação popular, ele não apresenta sugestões concretas para mudanças nos mecanismos de decisão e das condições de poder dos foros nacionais e internacionais. Este desleixo ou omissão em relação às necessidades e exigências políticas e administrativas, abrigo no modelo as mais diversas representações políticas, é, segundo o autor, uma das mais graves limitações do relatório Brundtland.

A preocupação em torno do desenvolvimento sustentável é tradicionalmente caracterizada pela preocupação com a “*tragédia dos bens comuns*”, detectada por HARDIM (1977) como o dilema básico da questão ambiental, que dificulta a preservação ou o gerenciamento sustentável dos recursos naturais. Esta preocupação fortaleceu a vertente do Estado forte, como meio conveniente e indispensável para a imposição do bem comum e para limitar a prática egoísta e predatória dos recursos naturais pelo seres humanos.

A percepção sobre desenvolvimento, existente na década 70, favoreceu a aceitação da proposta do ecodesenvolvimento. A preocupação primária desta abordagem são a salvaguarda das bases naturais da vida socioeconômica e a “*saúde ecológica da civilização humana*” (SACHS, 1986), que devem ser buscadas via planejamento. O ecodesenvolvimento visa à satisfação das necessidades básicas da população atual e à autonomia destas comunidades, “pensando” nas “gerações futuras”. O

ecodesenvolvimento, portanto, exige a participação ativa da população e um planejamento de caráter “preventivo-adaptativo”, que se baseia na análise sistêmica, sendo recomendado para propostas de desenvolvimento regional e local no meio rural.

Segundo VIEIRA (1999), vivemos hoje uma crise ecológica global que ameaça a sobrevivência da vida no planeta. O modelo industrial de produção, capitalista ou socialista, promove uma degradação ambiental sistemática pelo esgotamento de recursos naturais não-renováveis e pela poluição generalizada de elementos vitais – ar, água, solo. A destruição da base material da produção caracteriza a crise ecológica como uma crise de civilização. O mesmo autor diz, ainda, que as teorias de desenvolvimento econômico do século XX, assim como as políticas decorrentes, sempre ignoraram a condicionalidade ambiental, considerada apenas mera externalidade. O pensamento econômico do século XIX ignorou o assunto. Já as teorias de desenvolvimento do século XX, baseadas na idéia de que somente o crescimento econômico poderia promover o progresso social, melhorar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades, não foram confirmadas pela história. Ao contrário, o crescimento econômico trouxe consigo o aumento da pobreza e da desigualdade social.

Atualmente, as propostas de desenvolvimento evoluíram conceitualmente, incorporando a idéia de sustentabilidade. No contexto da agricultura, a sustentabilidade diz respeito, basicamente, à capacidade de garantir a permanência da produtividade, com um menor custo entrópico, e promover a melhoria da qualidade de vida da população.

Esta proposta de desenvolvimento sustentável defende a revalorização do espaço rural através de uma nova concepção do desenvolvimento socio-econômico, formulada numa perspectiva territorial, tendo como elemento central as potencialidades específicas de cada local, em contraponto à proposta de desenvolvimento setorial e da globalização.

CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA (1999) ressaltam que hoje não é mais eficiente desenhar e implementar políticas nacionalizadas e centralizadas e sugerem que, para que se melhore o desempenho das políticas públicas, o seu enfoque deve ser redirecionado para a esfera regional e a local. O tema desenvolvimento local ganha importância no cenário da democratização do País como uma possibilidade concreta da intervenção articulada de novos atores sociais e políticos na reorientação da atuação do

Estado, com vistas a atender aos objetivos da construção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida da população.

2.6. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

2.6.1. Cidadania

A cidadania, segundo VIEIRA (1999), tem assumido historicamente várias formas em função dos diferentes contextos culturais. Enquanto direito a ter direitos, o conceito tem se prestado a diversas interpretações. O autor, ao trabalhar este conceito, cita a clássica concepção de T.H. Marshall, que, analisando o caso inglês e sem pretensão de universalidade, generalizou a noção de cidadania e seus elementos constitutivos (MARSHALL, 1967).

A cidadania seria composta dos direitos civis e políticos – direitos de primeira geração – e dos direitos sociais – direitos de segunda geração. Os direitos civis, conquistados no século XVIII, correspondem aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, de ir e vir, direito à vida e à segurança, entre outros. São os direitos que embasam a concepção liberal clássica. Já os direitos políticos, alcançados no século XIX, dizem respeito à liberdade de reunião, de organização política e eleitoral e ao sufrágio universal. São também chamados direitos individuais exercidos coletivamente, e acabaram se incorporando à tradição liberal.

Os direitos de segunda geração, os direitos sociais, econômicos ou de crédito, foram conquistados no século XX, a partir das lutas do movimento operário e sindical. São os direitos de trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego, enfim, a garantia de acesso aos meios de vida e bem-estar social. Tais direitos tornam reais os direitos formais.

Na segunda metade do nosso século, surgiram os chamados “direitos de terceira geração”. Trata-se dos direitos que têm como titular não o indivíduo, mas grupos humanos como o povo, a nação, coletividades étnicas ou a própria humanidade. É o caso do direito de autodeterminação dos povos, o direito ao desenvolvimento, o direito à paz, o direito ao meio ambiente.

Segundo CRANSTON (1983), a concepção de cidadania de Marshall prestou-se a inúmeras críticas, desde as que excluíram os direitos sociais nelas contidos, por não serem direitos naturais e sim históricos, até os que classificaram a cidadania em *passiva*, a partir “de cima”, via Estado, e *ativa*, a partir “de baixo”, de instituições locais autônomas. De acordo com TURNER (1990), haveria uma cidadania conservadora – passiva e privada – e uma outra revolucionária – ativa e pública.

Apesar de CRANSTON (1983) reconhecer a tensão existente entre o princípio da igualdade implícito no direito de cidadania e a presença das desigualdades inerentes às sociedades de classe, para Marshall o “status” de cidadão constitui um mecanismo para reduzir as diferenças de classe e promover a igualdade social nas sociedades capitalistas. O modelo liberal de sociedade é caracterizado pela individualização da cidadania, a privatização da vida social e uma separação clara entre a esfera pública e privada.

Para MARX (1974), a verdadeira individualidade só pode ser alcançada através da socialização integral, pois só então se atinge a igualdade. Por isso é preciso sair dessa concepção de liberdade como função puramente individualista e compreender que, muito pelo contrário, a liberdade é cooperação, solidariedade e trabalho coletivo. Enfim, é preciso passar da figura do cidadão à do companheiro.

GRZYBOWSKI (1987) diz que os movimentos sociais são os verdadeiros forjadores de cidadania e o espaço de construção da democracia. A crescente multiplicação dos movimentos sociais no Brasil, como forma de mobilização e criação de espaços de prática e política, faz dos confrontos com o Estado (em função das reivindicações coletivas) elementos fundamentais de construção da cidadania.

É importante ressaltar que a cidadania jamais deve ser uma concessão do Estado, e sim uma conquista dos excluídos, através do exercício político, de lutas. Hoje, o que se tem observado, na maioria das vezes, é a interferência do Estado no processo de conquista da cidadania, e o faz de forma clara através do uso de uma política social assistencialista.

DEMO (1994) constata que a nossa sociedade é tipicamente desmobilizada porque a função mais real da política social tem sido controlar e desmobilizar a população, impedindo a conquista popular organizada da cidadania.

Entende-se que é principal função do Estado a implantação de medidas compensatórias que busquem reduzir as profundas desigualdades sociais e econômicas, gerada por uma política concentradora de renda, é dever do Estado estar a serviço da sociedade, ciente dos seus direitos e deveres e não a serviço dos seus governantes.

2.6.2. Participação e Organização no Processo de Desenvolvimento Rural

Segundo GEILFUS (1997), muito se fala de participação nos projetos e no desenvolvimento das comunidades. As pessoas, geralmente, se dão conta que a maioria dos projetos de desenvolvimento fracassou no atendimento das metas iniciais por falta da participação dos beneficiários na elaboração, na execução, no gerenciamento e avaliação dos projetos (isto é, em todas as fases dos projetos). Muitos técnicos, todavia, vêem o desenvolvimento como um processo linear, que passa de uma situação A para uma situação B de forma pré-determinada. Para eles, a participação poderia ser uma perda de tempo.

Existem muitas definições diferentes de participação. Uns chamam de participação o que para outros não passa de manipulação da passividade.

Para AZEVEDO e PRATES (1991), a concepção de planejamento no Brasil foi notadamente influenciada pela abordagem “cepalina” dos anos oitenta. Este diagnóstico aponta para imensos desequilíbrios econômicos e sociais. Para superar estas desigualdades seriam necessárias mudanças estruturais profundas, principalmente no que se refere ao planejamento governamental. Propunha-se um sistema de planejamento compreensivo e integrado, tendo como objetivo atuar concomitantemente na esfera social e econômica, de forma a envolver os vários níveis de governo.

Os autores fazem uma análise do planejamento participativo, dos movimentos sociais e da ação coletiva, e colocam que, no caso brasileiro, a maioria das experiências sobre a rubrica de planejamento participativo refere-se ao que denominam de “*participação restrita ou instrumental*”. Caracteriza-se pelo envolvimento da comunidade diretamente beneficiada em um projeto específico, ou em um programa de âmbito local, através de fornecimento de mão-de-obra voluntária ou sub-remunerada, e em definições de microprioridades e alocações de certos recursos e equipamentos de consumo coletivo,

diretamente concernentes à iniciativa governamental específica. Este tipo de iniciativa governamental tem diferentes objetivos: resposta à crise do modelo de planejamento; divisão de responsabilidades com as comunidades carentes na aplicação de verbas escassas; aumento de recursos disponíveis, através de substituição de parte do capital por mão-de-obra gratuita ou sub-remunerada; maior eficácia na alocação dos recursos e aumento de legitimação do governo ou de burocracias públicas, entre outros.

Os mesmos autores citam outro tipo de participação, a “*participação ampliada ou neocorporativa*”, que normalmente tem como característica a inclusão de organizações associativas em órgãos colegiados do tipo conselhos ou comitês. Este tipo de participação exige algumas definições: quanto à composição do colegiado, aos atores que deveriam participar, à legitimidade e ao processo de seleção da escolha dos participantes, à definição do caráter consultivo ou deliberativo dos órgãos colegiados.

Este tipo de participação é, sem dúvida, um mecanismo importante de democratização do Estado e de incorporação paulatina dos setores populares mais bem organizados na gestão pública nos diferentes níveis de governo.

A seguir, apresentamos uma tipologia de escala de participação, baseada em como as pessoas participam em programas e projetos de desenvolvimento. Nesta tipologia, PINHEIRO, PEARSON e CHAMALA (1997) distinguem, de acordo com o nível de poder e responsabilidade, sete tipos de participação:

- Participação passiva: as pessoas participam sendo informadas do que vai acontecer ou já aconteceu. É uma decisão unilateral, sem qualquer tipo de consulta ou diálogo.
- Participação via extração de informações: as pessoas participam respondendo a perguntas formuladas através de questionários fechados. Os métodos não são discutidos e não há retorno de dados ou resultados.
- Participação consultiva: as pessoas participam sendo consultadas por agentes externos, os quais definem problemas e sugerem soluções com base na consulta, mas sem dividir a tomada de decisão.
- Participação por incentivos materiais: as pessoas participam fornecendo recursos (como mão-de-obra e terra) em troca de dinheiro, equipamentos, sementes ou outra

forma de incentivo. Quando o incentivo termina, o entusiasmo, em geral, também acaba.

- Participação funcional: as pessoas participam formando grupos para atender a objetivos predeterminados de projetos definidos por agentes externos. Estes grupos, em geral, dependem de facilitadores, mas, às vezes, se tornam independentes.
- Participação interativa: as pessoas participam de forma cooperativa, interagindo via planos de ação e análise conjunta, os quais podem dar origem a novas organizações ou reforçar as já existentes. Estes grupos têm controle sobre as decisões locais, e a ênfase é dada a processos interdisciplinares e a sistemas de aprendizado envolvendo múltiplas perspectivas.
- Participação por automobilização: as pessoas participam tomando iniciativas para mudar os sistemas independentemente de instituições externas. O resultado dessa ação coletiva pode ou não mudar uma situação social indesejável (ex.: distribuição desigual de renda e de poder).

Com relação ao aspecto político, em particular à participação da população rural, NAVARRO (1996) destaca a importância de os agricultores familiares se apresentarem como sujeitos sociais a partir de um formato organizacional próprio e autonomamente construído, ou seja, criando a sua própria representação. O mesmo autor também recomenda a investigação de formas de adensar o capital social das comunidades rurais, através de estímulos promovidos pela ação extensionista.

O Brasil possui uma tradição centralizadora no que se refere aos poderes municipal, estadual e federal, e também uma concentração do poder nas mãos das elites políticas dominantes brasileiras, tanto no âmbito municipal e estadual, quanto no nacional. A recuperação deste poder por parte do cidadão passa necessariamente pelos municípios, pela descentralização do poder e da ação estatal, pela desburocratização e pela participação da sociedade civil na gestão do “bem” público.

2.7. POLÍTICAS PÚBLICAS E CULTURA POLÍTICA

2.7.1. Políticas Públicas

Segundo TEIXEIRA (1993) entendem-se por políticas públicas, diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos que regulam as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. Trata-se, neste caso, de políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento), que orientam um conjunto de ações que geralmente dão aplicação a recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intenções, as declarações de vontades e as ações desenvolvidas. As políticas públicas traduzem, através do seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, pelos seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição, a redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão e a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores, com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais para que se possa estabelecer um mínimo de consenso, e garantir legitimidade e eficácia.

Elaborar uma política significa definir quem decide o que, quando, com que conseqüências e para quem. Ou seja, identificar atores relevantes, a interação entre atores, a seqüência e o conteúdo das ações, normas que orientam os atores e o que se espera do processo, face aos condicionantes internos e externos e aos recursos disponíveis.

De um modo geral, pode-se dizer que as políticas públicas têm como objetivo responder as demandas da sociedade, consideradas como vulneráveis. Estas demandas são interpretadas pelos que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda construída com a participação da sociedade civil através da pressão e mobilização social. Visam, também, ampliar e efetivar direitos de cidadania que também são gestados nas lutas sociais e passam a ser reconhecidos institucionalmente. Outras políticas objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos desajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico (econômicas). Outras ainda são necessárias para regular conflitos entre os

diversos atores sociais que, mesmo hegemônicos, têm interesses opostos que não se resolvem por si mesmos ou pelo mercado e necessitam de mediação. Os objetivos das políticas têm uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, não obstante, para sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo, assim, de sua capacidade de organização e negociação.

As definições das políticas a serem utilizadas estão relacionadas com a natureza do regime político em que se está vivendo, com o grau de organização da sociedade civil e da cultura política vigente.

Teoricamente, as políticas públicas deveriam ter como base o aprendizado organizacional da sociedade como um todo. Mas o que se tem visto na maioria dos casos é que as políticas públicas nascem de processos complexos de organização (em maior ou menor grau) da sociedade civil e, principalmente, da iniciativa privada. Estes processos decisórios nem sempre são transparentes, nem sempre levam em conta os interesses do setor envolvido, e por ocasião de sua implantação permanecem inflexíveis quanto ao seu ajuste ou alteração.

2.7.2. Cultura Política

SEIBEL (1996:1) define cultura política como um conceito (ideológico) de poder, disseminado (consentido ou imposto) entre classes e segmentos sociais que se relacionam (econômica, política e ideologicamente) e materializado numa *práxis* cristalizada (ação e relação) que organiza, encaminha e realiza interesses de classes e segmentos sociais.

Na história da formação do Estado brasileiro, desenvolveram-se duas estruturas de poder; uma tradicional, do tipo patrimonial, e outra burocrática, derivando para uma tecnocracia, agora com uma conformação neoliberal. A primeira tem suas origens em Portugal (FAORO, 1992); e desenvolve-se como uma forma de dominação hegemônica até a revolução de 1930, quando o advento da burguesia industrial trouxe novas configurações no âmbito do Estado e entre as classes sociais então emergentes. A segunda forma, compatível com um projeto de dominação burguesa, não logra deslocar ou superar o assim chamado “Estado Patrimonial”.

Existe uma relação de “*amor e ódio*” entre estas duas estruturas de poder. A estrutura de poder burocrática organiza as relações dos incluídos, das classes envolvidas com o mercado e a produção capitalista. A estrutura tradicional organiza e mantém os vínculos dos indivíduos excluídos dessas esferas, sai da esfera do direito e entra na de caridade, do assistencialismo e do clientelismo, que são relações patrimoniais (cultura política neopatrimonial).

Em meio à incapacidade da burguesia de, por contingências históricas, lograr a superação das formas arcaicas de dominação, emergem novas forças sociais, que se constituem a partir do combate à ditadura militar, opondo-se igualmente ao tecnocratismo autoritário, e propõem uma nova afirmação de valores éticos, políticos e sociais.

No Brasil, falta a separação entre o que é público e o que é privado; falta a instituição de uma moralidade pública; também não existe, face à sua debilidade institucional, especialmente na área social, uma sociedade de direitos. A origem da cultura predominante é a da lógica do poder patrimonial, em que há uma incompatibilidade com uma cultura político-administrativa efetivamente pública. A relação do Estado patrimonial com a sociedade brasileira e com os segmentos sociais populares é de clientelismo, baseado na troca. De um lado, existe a demanda de um serviço público e, do outro, o administrador, situação em que a concessão do serviço é vista pelo beneficiário como um favor, que gera um débito, que por sua vez se paga com o voto.

O processo de democratização da sociedade brasileira e da gestão administrativa questiona este tipo de poder e sugere uma nova cultura político administrativa. Esta nova forma passa por uma diferente concepção de gestão pública, separando o que é público do que é privado, atuando com transparência, partilhando o poder com a sociedade civil, através da participação e estimulando a população local a decidir sobre seu próprio destino, construindo sua cidadania.

2.8. DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL

2.8.1 Descentralização

DOWBOR (1998) reconhece que a descentralização constitui uma questão de sobrevivência socioeconômica dos países subdesenvolvidos, mas que, além disso, ela pode devolver ao cidadão um espaço em que pode moldar o mundo em que vive, recuperar a dimensão política da economia e, com isso, o espaço social da cidadania.

STEIN (1994), ao elaborar uma revisão teórico-conceitual, diz que a descentralização adquiriu um ar de modernidade e que constitui uma palavra de ordem no mundo político e administrativo, principalmente após o advento da Constituição de 1988. Conclui que o processo de descentralização seja concebido com o status de meio, método ou tática, e afirma que, dependendo da perspectiva de cada ator social, a descentralização pode ser um problema a ser resolvido, um objetivo que se busca ou um meio para resolver algum outro problema. A descentralização, portanto, é utilizada como uma ferramenta na perseguição de determinados fins; daí a sua inter-relação com termos correlatos como democracia, autonomia e participação. No tocante à controvérsia que o termo tem causado, é preciso levar em conta que não existe um sistema orientado exclusivamente para a otimização da centralização ou da descentralização. É necessário, por isso, identificar o ambiente social e a época histórica em que se concretiza. A mesma autora diz que a descentralização não possui somente qualidades exclusivamente positivas, da mesma forma que a centralização não é nociva por si só. A descentralização constitui-se numa das estratégias idealizadas pelos governos neoliberais para diminuir a ação estatal na área do bem-estar social, e com isso reduzir os gastos públicos nesse setor. Contrapondo-se a esta tese, alguns autores (ex. FELICISSIMO, 1994, FISCHER, 1992 e MELO, 1996) conclamam a reformulação do Estado sem desobrigá-lo das suas funções sociais, tendo como proposta de descentralização uma maior articulação do Estado com a sociedade civil, por meio de organizações comunitárias e sindicatos.

O processo de descentralização que o autor recomenda pressupõe a existência da democracia, da autonomia e da participação, pois estas características são entendidas como medidas políticas que passam pela redefinição das relações de poder, que implica a existência do pluralismo, entendido como ação do Estado, do mercado e da sociedade

na provisão de bens e serviços que atendam às necessidades humanas básicas, onde o papel do Estado não seja minimizado em seu dever de garantir os direitos dos cidadãos.

2.8.2. Poder Local

FISCHER (1992) diz que o conceito de local é impreciso e tem um contorno difuso. A noção de “local” contém duas idéias: em um sentido, complementares, em outro, antagônicas. Se local se refere a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião e outras formas que indicam uma posição geográfica, sugere um estado de inércia; igualmente, dá o sentido de um espaço abstrato de relações sociais, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em torno de interesses comuns.

Sendo assim, a análise do local nos remete ao estudo do poder enquanto relações de força, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre os atores sociais, bem como a definição de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas.

DOWBOR (1998) diz que o reforço da capacidade local de governo é necessário para uma gestão pública minimamente coerente, mas não é suficiente. A mudança exige uma alteração profunda na cultura político-administrativa que herdamos. A diferença está em uma sociedade participativa e organizada em torno dos seus interesses – e o interesse local é um poderoso organizador de cidadania (torna-se um forte estabilizador do próprio governo e dos processos de regulação).

Os principais pontos que caracterizam esse enfoque são:

- Princípio da proximidade: capacidade real de decisão, com descentralização dos encargos, atribuição de recursos e flexibilidade de aplicação.
- Papel mobilizador da administração local: além dos serviços básicos, como limpeza e serviços sociais, a administração local tem de assumir um papel catalisador das forças sociais em torno de objetivos de médio e longo prazo.

- Organização dos atores sociais: formação de fóruns de elaboração de consensos, com a participação de sindicatos, empresas, instituições de pesquisa, movimentos sociais, representantes dos diferentes níveis de administração pública.
- Inovação: utilização de inovações tecnológicas que permitam a modernização dos serviços, bem como a transparência das ações administrativas.
- Eixos críticos de ação: desenvolvimento de projetos de interesse local, com ações desencadeadoras a médio e longo prazo, que articulam, por exemplo, proteção ambiental, turismo e criação de empregos.
- Recursos subutilizados: identificar recursos naturais e humanos do município para uma utilização plena e adequada.
- Pesquisa do potencial local: mobilização dos recursos subutilizados e racionalização geral das atividades locais, que implicam um esforço sistemático de estudos e organização do conhecimento sobre o potencial existente, enfocando o ciclo completo de atividades que assegurem o desenvolvimento econômico e social.
- Utilizar a matriz de decisões: através dos estabelecimento de parcerias entre o setor público (universidades), o setor privado, entidades comunitárias, objetivando a integração entre bairros pobres e ricos. Estabelecer parcerias entre a administração municipal e entidades não-governamentais e programas de nível nacional.
- Gestão intergovernamental: racionalização da gestão intergovernamental, sob a coordenação do prefeito. Não é racional os programas serem elaborados em nível federal e, sem conhecimento da população e dos atores sociais locais, serem executados no município.
- Concentrar as atividades nos objetivos humanos: junção do desenvolvimento dos mercados, do progresso, das inovações tecnológicas com qualidade de vida, tendo como objetivo principal o desenvolvimento humano.
- Visão da sustentabilidade: Associando ambiente, turismo e tecnologia.
- Comunicação e informação: a informação, a educação, a cultura, a mídia, constituem formas de consolidação da cidadania e da democracia.

O resgate da governabilidade local pode significar um importante processo de racionalização administrativa, que traz junto um impacto político fundamental, que é o de restituir o direito do cidadão de decidir sobre a dimensão social da sua qualidade de vida.

Ao se devolver ao nível local a iniciativa para as transformações sociais, se está favorecendo a organização da sociedade em torno dos seus interesses. A utilização de sistemas participativos de gestão irá gerar instrumentos poderosos de controle sobre as decisões dos governos centrais, abrindo espaço para uma nova cultura política.

Para se evoluir para uma democracia participativa, são essenciais a organização da sociedade civil e o desenvolvimento da sua capacidade de controle sobre as macroestruturas do poder. O espaço local, embora não seja o único, é, sem dúvida, um espaço fundamental de organização social e de negociação de conflitos.

2.9. O MUNICÍPIO COMO ESPAÇO LOCAL DE ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO

A implementação dos conselhos municipais de desenvolvimento se deu após a Assembléia Nacional Constituinte e a Constituição Federal de 1988, que promoveram alguns avanços, principalmente no campo das políticas sociais.

Dentre as principais conquistas alcançadas no setor das políticas sociais, destacam-se, segundo CAMPOS & MACIEL (1995), as que se referem aos princípios e diretrizes que deverão orientar a ação governamental. A universalização dos direitos, a descentralização político-administrativa e a gestão democrática, que contemplam a participação popular, são princípios e diretrizes orientadores das políticas públicas. Os mesmos autores enfatizam que, incorporando estes conceitos (universalização, descentralização e participação), a Constituição estabelece bases jurídicas para a construção de um novo formato de cidadania, agora contemplando o ramo social como direito do cidadão e dever do Estado.

A respeito do papel destinado aos conselhos, FRANCO (1995) diz que o seu surgimento, sobretudo no processo de realização das políticas sociais no Brasil, coloca duas questões:

“a) a do papel político dos conselhos municipais como novos instrumentos (de elaboração, decisão, implementação ou execução, monitoramento ou acompanhamento, fiscalização e/ou controle e avaliação) da política social;

b) a do papel dos conselhos na reforma da política em geral, quer dizer, na democratização da política como condição para a democratização da sociedade e na conquista da cidadania política como condição para a universalização da cidadania”.

Como se pode observar, a Constituição sugere, a partir de sua implementação, a promoção da descentralização dos serviços e, ao mesmo tempo, a busca da democratização e transparência na determinação de prioridades e aplicações dos recursos.

COMASSETTO (2000), para ressaltar o papel político dos conselhos como novos instrumentos sociais, cita Franco (1995:115), que aborda os diferentes papéis que eles podem desempenhar sob o ponto de vista da política, destacando:

“a possibilidade de atuarem como elementos do processo de radicalização da democracia; como mecanismo de transformação (ou conversão) de agentes sociais em sujeitos políticos (ou como via de acesso à cidadania política); como instituições de sustentabilidade política que assegurem, inclusive, a continuidade das políticas para além da duração dos mandatos eletivos e como espaços de parceria Estado-sociedade”.

A Constituição também prevê que a formação do conselhos municipais, a partir do conceito de democracia participativa, considera-se uma constituição paritária, em que 50% de seus membros sejam representantes do poder público, e os outros 50% sejam composto por representantes da sociedade civil organizada.

O processo de escolha dos representantes da sociedade civil deve ser definido a partir de um amplo processo democrático, através de eleição direta e secreta de todos os seus representantes, nas suas bases, e que todas as entidades civis existentes nos municípios tenham o seu lugar assegurado.

Os conselhos são um elemento de aproximação entre a sociedade civil e o governo municipal, tendo como objetivo democratizar a tomada de decisões sobre as políticas públicas. O caráter deliberativo de alguns conselhos municipais lhes confere um

significativo espaço nos processos de gestão dos recursos públicos. No caso do planejamento municipal, devem coordenar todo o processo, o planejamento da gestão e da avaliação do plano.

A partir desta consulta às bases, devem-se sistematizar e priorizar os problemas e sugestões a partir de critérios previamente discutidos de forma democrática.

Para que se possa promover o desenvolvimento sustentável, deve-se estar orientado para a especificidade local, em que o Estado tem o papel de regulador e facilitador, articulando e compatibilizando as diretrizes do desenvolvimento com as demandas colocadas pelo desenvolvimento local.

Do ponto de vista dos poderes locais, o modelo de gestão que ainda predomina é o tradicional, no qual as lideranças agem de forma patrimonialista na condução da coisa pública, administrando os interesses coletivos através de práticas clientelistas, com pouca transparência e com pouca ou nenhuma participação da comunidade na definição e implementação de seus próprios projetos.

Sabe-se que não há receitas válidas para todo e qualquer contexto. Entende-se que os princípios de abordagens participativas se caracterizam como um excelente instrumento que, bem aplicado e com a devida especificidade, flexibilidade e criatividade, tem catalisado, em diferentes níveis, o processo social do desenvolvimento local.

THIOLLENT (1997) apresenta as ações necessárias para o planejamento de um projeto de pesquisa participativa. Uma delas é a ação exploratória, ou de diagnóstico, na qual pesquisadores, extensionistas e alguns membros da comunidade investigada começam a detectar problemas, atores, tipos de ações possíveis. É a ação em função da qual são realizadas diversas reuniões no sentido de sensibilizar a comunidade envolvida no processo, o qual inclui as seguintes fases:

- a) Fase de pesquisa aprofundada: nesta, a situação é pesquisada por vários instrumentos de coleta de dados, principalmente a entrevista estruturada e a observação, pois o público rural possui aspectos culturais profundamente relevantes que podem ser observados através do contato direto. Depois de analisar estes dados, deverá ser elaborado um relatório.

b) Fase de ação: a comunidade, após conhecer os resultados do diagnóstico, analisa os resultados e define em conjunto ações concretas e objetivas de modo a solucionar os problemas levantados. Nesta fase, devem ser realizados seminários constantes para planejar as ações e redirecionar as atividades.

c) Fase de avaliação: tem como objetivo avaliar os resultados, redirecionar as ações necessárias e resgatar o conhecimento produzido durante o processo. Os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural - PMDR - devem contemplar todas as necessidades sentidas pela maioria da população. Sua execução deve ser coordenada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR. Os planos devem ser construídos a partir de amplo processo de participação, no qual todos os atores que fazem parte do CMDR tenham discutido de forma democrática, nas suas bases, seus principais problemas, oferecendo sugestões sobre as formas de resolvê-los ou, quando isso não é possível, minimizá-los.

2.10. O PRONAF

O Pronaf teve origem a partir do programa denominado de Programa de Valorização da Pequena Produção - PROVAP-, criado em 1994 pelo Governo Itamar Franco. Em agosto de 1995, em face à pressão da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e à divulgação do relatório do projeto UTF/BRA/036/BRA (FAO, 1994), lança-se oficialmente o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

Através do Decreto Presidencial nº 1.946, do dia 28 de junho de 1996, o governo federal institucionalizou o Pronaf. Os motivos que levaram à sua criação têm sido analisados sob alguns pontos de vistas: Entre eles, destaca-se o que sofreu influência do Banco Mundial, a partir da nova Divisão Internacional do Trabalho (VILELA, 1997) e o outro, que resultou das lutas dos movimentos sociais, especialmente da Contag (SILVA, 1999).

O Pronaf se propõe a apoiar o desenvolvimento rural, tendo por fundamento o fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de emprego e renda. É um programa de parceria que envolve os governos municipais, estaduais e o federal e a

iniciativa privada, executado de forma descentralizada, tendo como protagonista os agricultores familiares e suas organizações.

O Pronaf tem como objetivo geral propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, geração de empregos e melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares. Os objetivos específicos do programa são os seguintes (PRONAF, 1996):

- ajustar as políticas públicas à realidade da agricultura familiar;
- viabilizar a infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural;
- fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar;
- elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão;
- favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos.

O Pronaf é apresentado como propulsor do desenvolvimento rural, tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar enquanto segmento gerador de emprego e renda, de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável que vise alcançar níveis de satisfação e bem-estar de agricultores e consumidores no que se refere a questões econômicas, sociais e ambientais, de forma a produzir um novo modelo agrícola nacional.

São beneficiários do Pronaf os agricultores familiares e suas organizações, aqueles que exploram a terra na condição de proprietários, assentados, posseiros, arrendatários, ou parceiros e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos (PRONAF, 1996):

- a) utilizar o trabalho direto, seu e de sua família, com contratação de empregado eventual ou a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir;
- b) ter, no mínimo, 80% da renda familiar originada da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa;

- c) residir na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- d) não deter, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor.

São consideradas organizações de agricultores familiares as associações e cooperativas com pelo menos 60% do seu quadro social ativo constituído por agricultores familiares. No caso de associações, é necessário que sejam legalmente constituídas e estejam em funcionamento há pelo menos seis meses.

As linhas de ação constituem um núcleo estratégico de agregação de políticas e ações, em curso ou planejadas, de diferentes agentes, governamentais ou não, coerentes com seus princípios, diretrizes e objetivos. Neste sentido, deverão integrar-se com outros programas e projetos que venham a contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar.

Para alcançar estes objetivos, o Pronaf fundamenta-se nas seguintes linhas de ação (PRONAF, 1996):

- Negociação de políticas públicas com órgãos setoriais: articula-se com órgãos governamentais com o propósito de promover o ajustamento de políticas à realidade dos agricultores familiares;
- Financiamento de infra-estrutura e serviços dos municípios: operacionaliza-se através de apoio financeiro e técnico aos municípios para implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação de infra-estrutura e serviços necessários para dinamizar o setor produtivo e assegurar sustentação ao desenvolvimento da agricultura familiar;
- Financiamento da produção da agricultura familiar: disponibiliza recursos financeiros para atender à demanda de crédito de custeio e investimento dos agricultores familiares para a implantação e/ou ampliação de atividades agrícolas e não-agrícolas, geradoras de renda;
- Capacitação e profissionalização de agricultores familiares: busca a elevação do nível de capacitação dos atores sociais, de qualificação técnico-profissional dos agricultores sobre produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização.

Para efeito de dissertação, concentrou-se este estudo sobre a linha de ação que trata do financiamento da INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS NOS MUNICÍPIOS, por ser a

única fonte de recursos sistemática disponível para financiamento da infra-estrutura municipal.

Para que o município seja incluído no Pronaf Infra-estrutura, este deve ter constituído um CMDR e elaborado o seu Plano de Desenvolvimento Rural – PMDR. Este plano deve prever outras fontes de recursos, que não sejam tão somente os oriundos do Pronaf, contemplando com recursos oriundos do fundo municipal de desenvolvimento rural, do orçamento municipal e de parcerias com outras entidades estaduais, nacionais e até internacionais.

O programa Pronaf infra-estrutura iniciou a nível de País em 1996 beneficiando 380 municípios, e adotou como critério de seleção a proporcionalidade de agricultores familiares existentes nas regiões e estados. Como 50% das famílias de agricultores familiares estão na Região Nordeste, 50% das vagas (190) foram destinadas a esta região e os outros 50% das vagas (190) foram distribuídos nas outras regiões do País.

Na divisão do número de municípios por estado, também foi adotado o mesmo critério. Na segunda seleção, em 1997, foram selecionados mais 628 municípios, totalizando 1.018 municípios. Na oportunidade, adotou-se o mesmo critério, com exceção dos estados do Sul, que fizeram um acordo, com a anuência da Secretaria Nacional do Pronaf, de que os três estados deveriam ter o mesmo número de municípios beneficiados pelo programa.

Atualmente, são contemplados com o programa Pronaf Infra-Estrutura 1.506 municípios, e se manteve a mesma proporcionalidade, à exceção do Sul do Brasil, onde o estado do Paraná teve o seu número de municípios alterado para 60, quebrando a igualdade de números existentes nos municípios do Sul do País. Esta conquista se deve a uma forte mobilização das lideranças políticas locais.

A tabela 8 apresenta a Distribuição dos Municípios Beneficiados pelo Pronaf Infra-Estrutura entre as unidades da Federação. A Bahia teve o maior número de municípios beneficiados (175) e o Distrito Federal, o menor número (5 municípios).

Os dados apresentados na tabela 4 confirmam que 49,65% do número de estabelecimentos familiares encontram-se na Região Nordeste.

Tabela 8 – Distribuição dos municípios beneficiados pelo Pronaf Infra-Estrutura entre as unidades da Federação

Unidades da Federação	Numero de Municípios	%	Unidades da Federação	Numero de municípios	%
AC	17	1,1	PB	86	5,7
AL	41	2,7	PE	88	5,8
AM	33	2,2	PI	73	4,8
AP	9	0,6	PR	60	4,0
BA	175	11,6	RJ	39	2,6
CE	106	7,0	RN	75	5,0
DF	5	0,3	RO	32	2,1
ES	45	3,0	RR	9	0,7
GO	42	2,8	RS	57	3,8
MA	60	4,0	TO	39	2,6
MG	152	10,1	SC	57	3,9
MS	23	1,5	SE	50	3,3
MT	29	1,9	SP	48	3,2
PA	56	3,7	TOTAL	1.506	100,0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria da Agricultura Familiar (2001).

Na tabela 9 observa-se a distribuição regional dos municípios selecionados no programa Pronaf. A região do País com maior número de municípios é a Nordeste (754), representando 50% do total dos municípios selecionados; a de menor número é a Região Centro-Oeste (99), representando 6,6% do total de municípios beneficiados.

Tabela 9 – Distribuição regional dos municípios selecionados pelo Pronaf Infra-Estrutura

REGIÕES	NÚMERO DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS	%
CENTRO-OESTE	99	6,6
NORTE	195	13,0
SUL	174	11,5
SUDESTE	284	18,9
NORDESTE	754	50,0
TOTAL	1.506	100

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar (2001).

CARNEIRO (1999) faz uma reflexão a respeito da proposta do governo do então candidato à presidência Fernando Henrique Cardoso, sob o título de “Novo Mundo

Rural”, contida no documento de campanha. No documento, o autor faz uma análise dos ingredientes novos que constituem a proposta, destacando algumas de suas características.

As características seletivas do programa não contemplam 2.330.000 estabelecimentos classificados como “*inviáveis economicamente*” ou “*inadequados em termos de infraestrutura disponível*”, deixando-as marginalizadas, relegando esta categoria, chamada “*periférica*”, a programas que constituem as chamadas políticas sociais e não as políticas econômicas.

O mesmo autor observa a tendência fortemente centrada na adequação dos agricultores brasileiros às demandas do mercado, exigindo um amplo processo de “*profissionalização*” dos membros da unidade familiar. Isto significa transformá-lo em um profissional especializado, buscando alcançar níveis de rentabilidade e de produtividade crescentes para que o tornem competitivo no mercado. O autor também critica a política pautada na profissionalização, que, pensando nestes termos, sem dúvida estaria excluindo todos os demais agricultores que não atingirem o padrão de competitividade exigido, o que, em termos de Brasil, representaria um enorme contingente da população rural.

Outro aspecto analisado pelo autor é a exclusão dos agricultores que, por motivos variados, são levados a desempenhar atividades não-agrícolas que ultrapassem o limite de 20% da renda familiar. O agricultor-meta é aquele que tem no mínimo 80% da renda oriunda de atividades agrícolas. Desta forma, o Pronaf não contempla um expressivo número de agricultores, sob o argumento de serem donos de “*sítios de final de semana*”. Porém, esta estratégia de seleção exclui uma camada muito maior de agricultores, que são os que mais necessitam de ajuda para sair do limite da pobreza.

Nos termos do Pronaf, a impossibilidade da unidade familiar de se sustentar exclusivamente das atividades agrícolas é interpretada como uma incapacidade do agricultor de assimilar a lógica do mercado e de incorporar novas tecnologias ao processo produtivo.

ABREU (2000) também critica esta tipologia adotada, considerando importante a revisão ou a substituição dos itens *b* e *e* do Decreto nº 1.946, que estabelece o enquadramento do público-alvo do programa. O item *b* diz: “*trabalhar com a família,*

no máximo, dois empregados permanentes contratados e/ou em trabalho temporário de caráter sazonal". O item d diz: *"retirar da exploração agrícola ao menos 80% de sua renda familiar"*.

A autora justifica que os agricultores que possuem até dois empregados permanentes na unidade de produção agrícola são os que já possuem um alto grau de capitalização, integrados ao mercado e às agroindústrias. Estes agricultores, face a estas características, não deveriam ser o público-alvo do programa. A exigência de que o agricultor deve retirar da exploração agrícola ao menos 80% de renda, para ser beneficiário do programa, exclui uma parcela importante de agricultores. Parte deles constitui os mais pobres, agricultores de tempo parcial, que historicamente têm dificuldades de contar com a ajuda governamental, obrigados, para se manter na propriedade, a desempenhar atividades não-agrícolas de natureza complementar.

ALTAFIN e DUARTE (2000), ao analisarem a noção de sustentabilidade utilizada no programa, dizem que ela é bastante tímida, restringindo-se apenas ao estímulo do uso racional dos fatores ambientais, frente aos seus objetivos principais, que são o de aumento de sua capacidade produtiva e o de renda. As autoras dizem não haver nos documentos do Pronaf evidências de uma ruptura com as práticas desenvolvimentistas do passado ou na busca de um novo paradigma de desenvolvimento. Relatam a existência de um relatório, na *"área temática de agricultura sustentável"*, da Agenda 21 brasileira, que chama a atenção e sugere a inclusão da promoção da agricultura sustentável no programa Pronaf. Dentre os mecanismos sugeridos, está a criação de linhas de crédito de investimento em proteção ambiental, estímulo à recuperação de áreas degradadas, fomento às práticas agrícolas sustentáveis e o estabelecimento de condicionalidades aos tomadores de crédito.

ABRAMOVAY e VEIGA (1997: p23), ao fazerem uma análise do programa, chegam à conclusão que:

"apesar dos problemas de implantação do Pronaf financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios – Pronaf Municípios, principalmente no que se refere à seleção dos municípios, ele já desencadeou um inédito e frutífero processo de discussão local sobre os rumos do desenvolvimento rural que poderiam engendrar o fortalecimento da agricultura familiar".

A partir de 1/7/2000, através de nova resolução do Pronaf, foram introduzidas alterações nos requisitos dos beneficiários do programa, passando a integrar o programa os assentados da reforma agrária e os mutuários do Banco da Terra. Esta alteração ocorreu a partir da mudança em que o programa Pronaf passou do Ministério da Agricultura e do Abastecimento para o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As modalidades de financiamento do Pronaf passaram a ser divididas em quatro grupos de beneficiários, que são:

Grupo A – Assentados da reforma agrária e mutuários do Banco da Terra;

Grupo B – Agricultores com renda bruta anual até R\$ 1.500,00;

Grupo C – Agricultores com renda bruta anual na faixa de R\$ 1.500,00 a R\$ 8.000,00;

Grupo D – Agricultores com renda bruta anual na faixa de R\$ 8.000,00 a R\$ 27.500,00.

Esta alteração foi proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a argumentação de que não faz sentido diferenciar as famílias assentadas da agricultura familiar, porque as intervenções públicas devem ser realizadas sobre as microrregiões, no emprego articulado de crédito, terra e infra-estrutura (BRASIL/MDA, 1997).

Entende-se esta iniciativa como uma possível perda de espaço político e de recursos para os agricultores familiares, em face da divisão de espaço, de conquistas políticas e sociais e de recursos com os assentados e mutuários do Banco da Terra.

2.10.1. O Pronaf Infra-Estrutura em Santa Catarina

O programa foi criado no estado de Santa Catarina através do Decreto nº 1.103, de 12 de agosto de 1996, que regulamentou o Pronaf no âmbito estadual.

Os 57 municípios de Santa Catarina foram selecionados de acordo com os estabelecidos pela Resolução N.º 2, de 14 de março de 1997, do Conselho Nacional do Pronaf, válidos para todos os estados beneficiados pelo programa, e que são os seguintes:

Art. 1º - São considerados elegíveis a receber apoio técnico financeiro do PRONAF, no exercício de 1997, para a implementação de ações integradas para o

desenvolvimento rural, os municípios que atendam, simultaneamente, os seguintes critérios básicos:

I - A relação entre o número de estabelecimentos agropecuários com área até 200 (duzentos) hectares e o total de estabelecimentos do município tem que ser maior que a relação do número de estabelecimentos com área até 200 hectares e o total de estabelecimentos do Estado;

II - A relação entre a população rural e a população total do município tem que ser maior que a relação entre a população rural e a população total do Estado;

III - O valor da produção agrícola por pessoa ocupada no município tem que ser menor que o valor da produção agrícola por pessoa ocupada no Estado.

§1º Caberá à Secretaria Executiva do Conselho Nacional do PRONAF aplicar os três critérios acima. Caso o número de municípios que satisfaçam a aplicação simultânea dos três critérios ultrapasse o número previsto para o Estado, caberá ao Conselho Estadual do PRONAF a adoção de critérios complementares para definir a relação dos municípios elegíveis.

§ 2º - Caso o número dos municípios que satisfaçam a aplicação simultânea dos três critérios seja menor do que o número previsto para o Estado, caberá ao Conselho Estadual do PRONAF selecionar os municípios restantes, dentre aqueles que atendam os dois critérios a que se refere este artigo, dando prioridade aos que estiverem contemplados no Programa de Comunidade Solidária, bem com aos que tiverem o maior número de assentados da reforma agrária e/ou de pescadores artesanais.

A partir do que foi estabelecido na resolução N°2, o Conselho Estadual do Pronaf reuniu-se e estabeleceu os seguintes critérios de seleção dos municípios catarinenses a serem contemplados com o Pronaf Infra-Estrutura, tendo por base os critérios do Conselho Nacional do Pronaf:

a) O percentual de estabelecimentos agropecuários de até 50 hectares no município seja maior que a média do percentual dos estabelecimentos de até 50 hectares do

estado com relação ao tamanho das propriedades, (cada município recebeu uma pontuação de acordo com a tabela 10).

Tabela 10 – Pontuação usada no Pronaf em relação ao tamanho das propriedades

Propriedades abaixo de 50 ha	Número de pontos
Acima de 75%	10 pontos
50% a 74%	7 pontos
25% a 49%	5 pontos
Até 25%	3 pontos

b) a relação entre a população rural e urbana no município seja maior que a relação entre a população rural e urbana do estado (neste critério, cada município receberá uma pontuação de acordo com a tabela 11);

Tabela 11 – Pontuação usada no Pronaf na relação entre população urbana e rural

Relação população rural X população urbana	Número de pontos
Acima de 75%	10 pontos
50% a 74%	7 pontos
25% a 49%	5 pontos
Até 25%	3 pontos

c) o valor da produção agrícola por pessoa ocupada no município seja menor que o valor da produção agrícola por pessoa ocupada no estado (neste critério, cada município recebe uma pontuação de acordo com a tabela 12);

Tabela 12 – Pontuação usada no Pronaf na relação entre a produção agrícola e pessoa ocupada

Relação produção agrícola X número de pessoas ocupadas	Número de pontos
Até 24%	10 pontos
25% a 49%	7 pontos
50% a 75%	5 pontos
Acima de 75%	3 pontos

d) o município que apresentar o menor valor econômico deverá obter mais pontos do que o município com o maior valor de movimento econômico (este critério cada município receberá uma pontuação de acordo com a tabela 13);

Tabela 13- Pontuação usada no Pronaf em relação ao movimento econômico dos municípios

Movimento econômico R\$	Número de pontos
700.000,00 a 2.000.000,00	10 pontos
2.000.001,00 a 5.000.000,00	7 pontos
5.000.001,00 a 20.000.000,00	5 pontos
Acima de 20.000.000,00	3 pontos

e) o município que apresentar estrutura como:

- . Escritório Municipal de Agricultura, com no mínimo um técnico;
- . Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural organizado;
- . Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural instituído e com recursos;
- . Plano Municipal de Desenvolvimento Rural elaborado e;
- . orçamento para a agropecuária.

Neste critério, cada município receberá 4 pontos por cada item acima que apresentar. No caso de municípios novos (emancipados em 1997), cada município receberá 6 pontos como incentivo para a sua organização. No caso de possuírem mais de 2 dos itens acima, prevalecerá o de maior pontuação. No caso de orçamento para o setor agropecuário, considera-se o que foi aprovado e publicado. Os abaixo de 10% obterão 2 pontos. Os orçamentos acima de 10% obterão 4 pontos.

Um aspecto bastante criticado dos critérios de seleção é seu “caráter excludente”, que exige o enquadramento simultâneo de todas as condições, sem considerar as características locais. Um exemplo claro de municípios que foram prejudicados pelo critério de seleção hoje adotados são os municípios do Planalto Sul Catarinense, conhecidos por apresentarem alto índices de pobreza, e que foram excluídos por apresentarem área média das propriedades agrícolas acima da média do estado. O Conselho Estadual do Pronaf encaminhou sugestão no sentido de eliminar o critério de

exclusão, considerando, para efeitos de classificação, o total da soma de pontos dos municípios.

O Conselho Estadual do Pronaf foi instituído através de decreto pelo Governador do Estado por ocasião da criação do programa, sendo a sua criação uma exigência do Conselho Nacional do Pronaf. A escolha das entidades que compõem o conselho, bem como a presidência e o secretário executivo do programa, é uma decisão do executivo estadual, que o faz de acordo com os seus interesses políticos.

A participação e representatividade dos agricultores familiares no Conselho Estadual do Pronaf é muito baixa -13,6%, (vide quadro 2). Dos 22 membros participantes do conselho, apenas quatro membros são representantes dos agricultores (Federação da Agricultura de Santa Catarina - Faesc -, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina - Fetaesc – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – Ocesc e o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo – Cepagro). Do total, nove membros (40,9%) possuem ligação direta com o Estado. Chama a atenção o número de membros representantes de bancos, em número de seis (27,2%). Além disso, alguns destes representantes são técnicos e não agricultores familiares. Portanto, é necessário rever a distribuição dos membros participantes, de forma a contemplar uma maior participação das entidades que representam os agricultores familiares.

Quadro 2 – Composição do Conselho Estadual do Pronaf

NOME DOS MEMBROS PARTICIPANTES	Nº Vagas
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura	01
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC - EPAGRI	01
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural - CEDERURAL	01
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	01
Federação Catarinense de Associações de Municípios - FECAM	01
Federação da Agricultura de Santa Catarina - FAESC	01
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família	01
Federação dos Trabalhadores na Agricultura de SC - FETAESC	01

(continua)

(Quadro 2 – cont.)

NOME DOS MEMBROS PARTICIPANTES	Nº Vagas
Organização das Cooperativas do Estado de SC - OCESC	01
Cooperativa Central de Crédito de SC – SICOOB/SC	01
Companhia Integrada de Desenvolvimento de SC - CIDASC	01
Secretaria de Estado da Fazenda	01
Delegacia Federal do Ministério da Agricultura – DFA/SC	01
Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC S/A	01
Banco do Brasil S.A.	01
Banco do Desenvolvimento do Estado de SC - BADESC	01
Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo - CEPAGRO	01
Assembléia Legislativa de Santa Catarina	01
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE	01
Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de SC – CEPA/SC	01
Caixa Econômica Federal	02

Na primeira etapa do programa em Santa Catarina foram selecionados 31 municípios, a saber:

Anchieta, Armazém, Aurora, Botuverá, Campo Erê, Campos Novos, Caxambu do Sul, Concórdia, Descanso, Dionísio Cerqueira, Dona Emma, Garopaba, Gravatal, Imaruí, Ipira, Leoberto Leal, Lontras, Luiz Alves, Mafra, Modelo, Pedras Grandes, Petrolândia, Piratuba, Quilombo, Rodeio, Romelândia, São Domingos, São João Batista, São Martinho, Treze de Maio e Vidal Ramos.

Na segunda etapa, no mês de outubro de 1997, foram selecionados mais 26 municípios, que são:

Abdon Batista, Agronômica, Águas Frias, Barra Bonita, Belmonte, Coronel Martins, Entre Rios, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Iraceminha, Irati, Jupiá, Paial, Paraíso, Planalto Alegre, Princesa, Santa Rosa do Sul, Santiago do Sul, São Bernardino, São João do Sul, São Miguel da Boa Vista, Serra Alta, Sul Brasil, Tigrinhos, Timbó Grande e Witmarsum.

Na segunda seleção, 80,7% dos municípios selecionados tinham sido recém-emancipados. Acredita-se que este alto índice se deva ao sistema de pontuação, que

premia os municípios mais recentemente emancipados, como estímulo a sua organização.

Dos 57 municípios selecionados, segundo a divisão em unidades espaciais de Planejamento Regional da Epagri³, os municípios ficaram assim distribuídos:

OESTE CATARINENSE: 32 municípios, que são:

Anchieta, Campo Erê, Caxambu do Sul, Concórdia, Descanso, Dionísio Cerqueira, Ipira, Modelo, Piratuba, Quilombo, Romelândia, São Domingos, Águas Frias, Barra Bonita, Belmonte, Coronel Freitas Martins, Entre Rios, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Iraceminha, Irati, Jupiá, Paial, Paraíso, Planalto Alegre, Princesa, Santiago do Sul, São Bernardino, São Miguel da Boa Vista, Serra Alta, Sul Brasil e Tigrinhos.

MEIO OESTE CATARINENSE: dois municípios, que são:

Campos Novos e Abdon Batista.

PLANALTO SUL CATARINENSE: nenhum município desta região foi beneficiado.

PLANALTO NORTE CATARINENSE: teve dois municípios beneficiados, que são:

Mafra e Timbó Grande.

ALTO VALE DO ITAJAÍ: foram beneficiados oito municípios, que são:

Aurora, Dona Emma, Lontras, Leoberto Leal, Petrolândia, Vidal Ramos, Agronômica e Witmarsum.

LITORAL NORTE CATARINENSE: com três municípios, que são: Botuverá, Luiz Alves e Rodeio.

REGIÃO METROPOLITANA: com dois municípios, que são:

Garopaba e São João Batista.

LITORAL SUL CATARINENSE: 8 municípios, que são:

Armazém, Gravatal, Imaruí, Pedras Grandes, São Martinho, Treze de Maio, São João do Sul e Santa Rosa do Sul.

Como se pode observar na tabela 14, a maior concentração dos municípios beneficiados está no oeste do estado, com 56,14% do total, e logo a seguir vêm as regiões do Alto Vale do Itajaí e do Litoral Sul Catarinense, com 14,04% do total cada uma. Esta maior

³ Adotamos esta divisão de unidades regionais por estarmos habituados a utilizá-la e para facilitar a obtenção de dados junto à Epagri.

concentração dos municípios beneficiados pelo programa na região Oeste Catarinense se deve ao fato de ser a região agrícola mais importante do estado, de onde provém mais da metade do Valor Bruto da Produção agropecuária de Santa Catarina (TESTA et al., 1996).

Tabela 14 – Localização dos municípios beneficiados pelo Pronaf por região do estado em Santa Catarina

Região do Estado	Número de municípios	%
Oeste	32	56,14
Meio Oeste	02	03,51
Planalto Sul	0,0	0,0
Planalto Norte	02	3,51
Alto Vale do Itajaí	08	14,04
Litoral Norte	03	5,26
Região Metropolitana	02	3,51
Litoral Sul	08	14,04
TOTAL	57	100,00

2.10.2. Recursos Aplicados

Em relação à aplicação de recursos para o desenvolvimento rural, PRETTY (1995) cita exemplos de países desenvolvidos que subsidiam de forma intensiva a sua produção, como é o caso da Organização da Comunidade Econômica Européia - OECD. Estes países fornecem um suporte total de cerca de US\$ 180 bilhões, representando cerca de US\$ 16.000 por agricultor ou US\$ 170 por hectare de terra agrícola. Há o caso do Japão, que aplicou em subsídio o equivalente a US\$ 35,7 bilhões, representando o equivalente a 71% do valor total da produção agrícola, ou seja, US\$ 21.000 por agricultor e US\$ 9.708 por hectare.

No Brasil, desde 1997 o Pronaf representa uma das principais fontes de financiamento para o meio rural; alguns resultados já são sentidos. Na safra 98/99, através da linha de financiamento da produção, foi aplicado um volume de recursos da ordem de R\$ 1,8 bilhão, representando 35% do valor da safra deste período. Através da linha de crédito para investimento, foi aplicado um volume de recursos financeiros da ordem de R\$ 288 milhões.

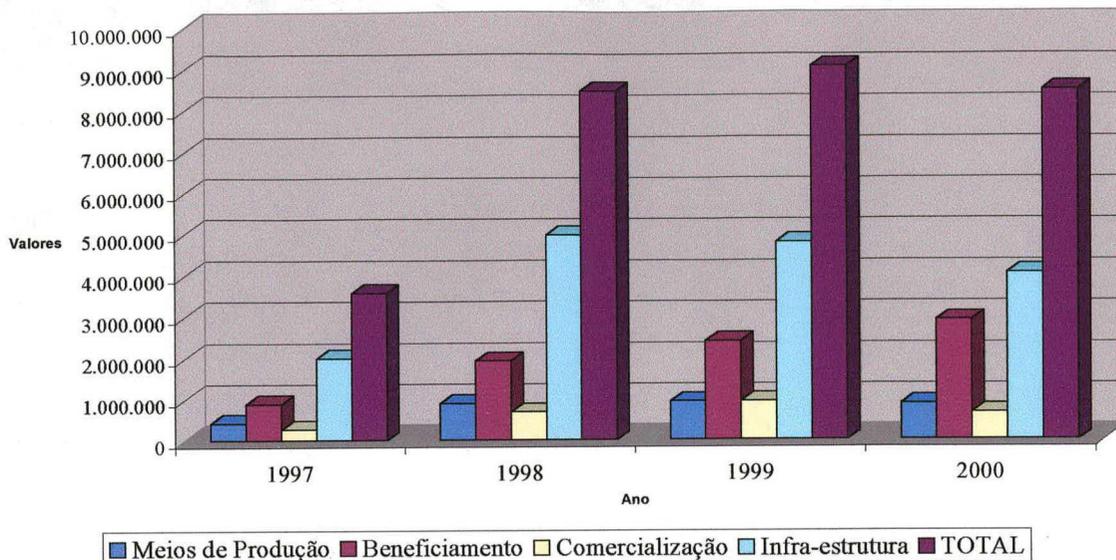
Na linha de financiamento da infra-estrutura e serviços municipais, o valor médio repassado aos municípios a fundo perdido é de R\$ 153 milhões ao ano. Nos quatro anos de existência do programa Pronaf, foram repassados aos 1.018 municípios enquadrados no programa cerca de R\$ 612 milhões.

Em Santa Catarina, através da linha de ação infra-estrutura e serviços, em 1997 os 17 municípios beneficiados receberam a importância de R\$ 3.580.024,10. Em 1998, foram beneficiados 51 municípios, que receberam, no total, R\$ 8.470.658,83. Em 1999 foram beneficiados 57 municípios, com um valor de R\$ 9.067.054,56. No ano de 2000, foram beneficiados 52 municípios, com um valor total de R\$ 8.484.409,00. Nestes quatro anos foram aplicados R\$ 29.602.145,79.

Tomando por base o ano de 1997, em 1998 houve um acréscimo de 66,7% no número de municípios; no volume de recursos repassados pelo programa, 54,92%.

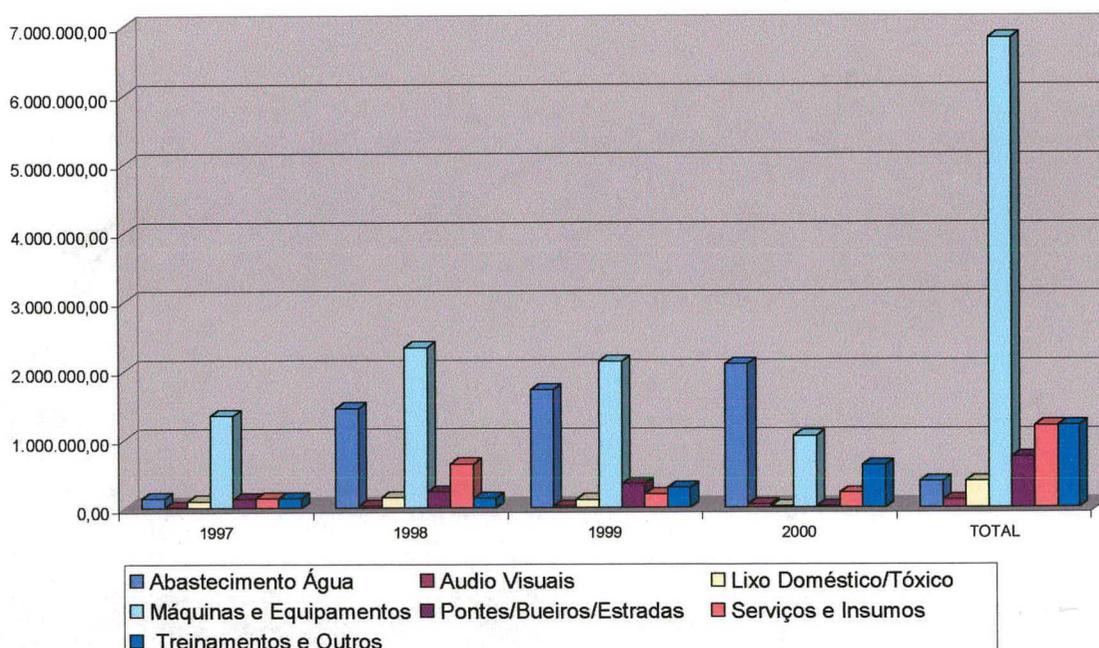
Como se pode observar, houve uma variação no valor médio aplicado nos municípios, que teve no ano de 1997 o maior valor médio de aplicação, com R\$ 210.589,65, e o menor valor médio no ano de 1998, com R\$ 148.608,03.

Segundo informações da Secretaria Executiva Estadual do Pronaf, para o ano de 2001 os valores a serem repassados para os municípios do Centro Sul e Sul do País serão reduzidos. Entendem que as outras regiões precisam de mais recursos por apresentam uma situação econômica financeira pior que estas 2 regiões, e será repassado um valor menor, e devesa ser repassada para os município das regiões Sul e Centro Sul a importância de R\$ 40.000,00 por ano.

Gráfico 1 - Recursos Aplicados pelo Pronaf Infra-estrutura em Santa Catarina

No ano de 1997, os municípios tiveram uma contrapartida de 16%, participando com um valor total de R\$ 582.761,72. Em 1998 tiveram uma participação total de R\$ 1.821.853,56, aumentando a contrapartida para 22%. Em 1999, os municípios participaram com um valor total R\$1.109.415,78, baixando a sua participação para 12,23%. Em 2001, a contrapartida foi de R\$ 713.192,00, representando 9,17% do valor total.

Conforme os valores apresentados no gráfico 1, de 1997 até o ano de 2001 mais da metade dos recursos financeiros totais do Pronaf foi aplicada na linha de ação infra-

Gráfico 2 - Aplicação dos Recursos da Linha Infra-Estrutura

estrutura, com exceção do ano de 2000, que representou 47,66%. O maior percentual foi em 1998, com 58,71%. Dentro da linha de ação infra-estrutura, o item de maior percentual de aplicação é o de máquinas e equipamentos, com 67% no primeiro ano. Este percentual cresceu em 1998 e a partir deste ano decresceu, conforme se observa no gráfico 2. Este decréscimo se deve à limitação imposta pelo programa, de modo a evitar que se tornasse um programa de financiamento de máquinas aos municípios. Já no ano de 2000, dentro da linha de ação infra-estrutura, predominou a aplicação dos recursos no financiamento de redes de abastecimento de água, o que vem crescendo ano a ano.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA UTILIZADA

3.1. INTRODUÇÃO

Este capítulo detalha os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, que compreende as fases de coleta, processamento e análise dos dados. Utilizou-se principalmente a análise qualitativa, baseada em informações técnico-científicas coletadas da literatura existente, e também em informações obtidas de agricultores, técnicos e lideranças municipais e estaduais. A análise qualitativa foi complementada também com a análise quantitativa.

O processo metodológico foi dividido em quatro etapas, especificadas no quadro a seguir (Quadro 3).

Quadro 3 – Etapas e procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa

Etapas	Procedimentos utilizados
1- Caracterização da região de estudo e escolha de municípios	Coleta de dados secundários Obtenção de informações junto à coordenação estadual do Pronaf Definição de critérios de seleção dos municípios Consulta a técnicos regionais da Epagri Entrevista a componentes do Conselho Estadual do Pronaf Visita aos municípios
2 - Pesquisa de campo	Entrevistas semi-estruturadas e observação participante
3 – Organização de dados	Transcrição das fitas, seleção e sistematização de dados
4 – Análise dos dados	Interpretação com base na análise de conteúdo temático

Relacionando a análise quantitativa à qualitativa, a primeira utiliza a representação numérica, através de dados estatísticos, e geralmente aplica o raciocínio indutivo, tentando responder às perguntas formuladas nesta pesquisa (seção 1.3.). Por outro lado,

a análise qualitativa não se utiliza tanto do critério numérico para garantir sua representatividade. Ela é mais narrativa, dedutiva, e procura revelar as percepções das pessoas, procurando responder a questões durante o curso da pesquisa. Segundo PATTON, citado por PINHEIRO (1998):

“A análise quantitativa geralmente envolve um conjunto de questões limitado e padronizado, facilitando a comparação, a análise estatística, e a generalização dos resultados. Por outro lado, a pesquisa qualitativa normalmente envolve um menor número de pessoas e/ou casos. Isto reduz a generalização, mas aumenta o entendimento dos dados estudados”.

Os métodos qualitativos enfatizam a especificidade de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser, sendo por isso considerados essencialmente “reveladores”. Segundo DEY (1993), a análise qualitativa trabalha principalmente com significados, enquanto a análise quantitativa trabalha sobretudo com números. Porém, os significados não podem ser ignorados quando se lida com números, e vice-versa, o que enfatiza a complementaridade entre métodos qualitativos e quantitativos.

Dentre as técnicas disponíveis para a obtenção e construção de informações, esta pesquisa utilizou-se da entrevista e da observação participante. A entrevista é um processo de interação social entre duas pessoas. Uma delas, o entrevistador, tem por principal objetivo obter informações da outra parte, o entrevistado. Este estudo utilizou a entrevista semi-estruturada, conforme proposto por HAGUETTE (1999) e detalhada na seção 3.2.3.

A observação participante, Segundo HAGUETTE (1999), é o processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação com os observados, participando com eles em seu ambiente natural de vida, interagindo e realizando a coleta de dados.

Ao utilizar esta técnica, o pesquisador procurou, por ocasião das visitas aos municípios trabalhados na pesquisa, registrar as observações que achou importantes, através da sua percepção e dos conhecimentos acumulados como extensionista rural nos 23 anos de atuação.

3.2. PESQUISA DE CAMPO

3.2.1. Critérios para Seleção da Região e dos Municípios Escolhidos

O principal critério para escolha dos municípios e da região foi a diversidade de formas participativas. Neste caso, procurou-se selecionar municípios que refletissem, numa análise a priori, a diversidade de participação dos agricultores familiares na tomada de decisão em relação às definições do Pronaf Infra-Estrutura. Como as limitações (tempo, recursos financeiros) deste estudo permitiam apenas trabalhar em três dos 57 municípios contemplados pelo programa Pronaf Infra-Estrutura, o princípio da diversidade conduziu à escolha de três que representassem os diferentes graus de participação dos agricultores.

Estes diferentes graus de participação, para efeitos de análise, foram denominados de alta, média e baixa, representando os dois extremos e a média da diversidade de formas de participação. Diferentes formas de participação foram discutidas na seção 2.6.2.

Entende-se como alta participação, neste estudo, quando os agricultores, na sua maioria, conhecem os objetivos do programa, estão participando de forma interativa ou funcional (conforme definido na seção 2.6.2), tomando iniciativas para mudar a situação local, e se mantêm informados sobre o andamento do programa.

Ns municípios com média participação são caracterizados quando os agricultores, na sua maioria, conhecem os objetivos do programa, participam de forma consultiva ou por incentivos, e se mantêm informados sobre o andamento do programa.

Nos municípios com baixa participação, os agricultores, em sua maioria, não conhecem bem o programa, e a participação se dá de forma passiva ou via fornecimento de informações.

A estimativa “a priori” do grau de participação baseou-se nas informações obtidas junto à Secretaria Executiva do Pronaf estadual, a técnicos da Epagri e de outras organizações, como o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural - Cederural - e o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo (Cepagro), por serem as fontes de informação disponíveis. Os três municípios escolhidos foram:

- Coronel Martins: município considerado como de boa participação dos agricultores. Foi escolhido com base nas informações da equipe regional da Epagri de Concórdia e da Secretaria Executiva do Pronaf.
- São Martinho: município considerado de participação média dos atores. A equipe regional da Epagri de Tubarão, consultada, sugeriu a visita aos municípios de Gravatal, Armazém e São Martinho para posterior escolha de um deles. Após essa visita e após terem sido obtidas as informações com a equipe técnica local e em conversas com alguns participantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, a opção recaiu sobre o município de São Martinho.
- São João Batista: município considerado como de baixa participação dos atores. Foi escolhido em razão da experiência do autor da pesquisa quando ali atuou na condição de Gerente Regional da Epagri e acompanhou a implantação do programa neste município, das informações da equipe regional da Epagri de Florianópolis e da Secretaria Executiva Estadual.

Além desses três municípios escolhidos, decidiu-se entrevistar alguns atores de um município não contemplado pelo programa. Foi escolhido o município de Major Gercino, pelo esforço das lideranças municipais para que ele fosse incluído no programa e também por sua proximidade com o local onde esta pesquisa foi realizada (UFSC, em Florianópolis), o que facilitaria os trabalhos de coleta de informações.

3.2.2. Seleção e Caracterização dos Entrevistados

Para definição dos entrevistados nos municípios selecionados, procurou-se, no escritório local da Epagri, a listagem completa de agricultores por comunidade. Como o objetivo específico deste estudo é avaliar a participação dos agricultores familiares no processo decisório referente à alocação dos recursos do programa Pronaf Infra-Estrutura, não foram entrevistados agricultores de municípios não contemplados com recursos do referido programa, como é o caso de Major Gercino. Contudo, neste município foram entrevistadas três lideranças de agricultores familiares, visando analisar a sua percepção em relação às perspectivas de este município ser contemplado com o programa. A partir destas listagens, utilizou-se a técnica de amostragem aleatória simples. Numeraram-se

os nomes dos agricultores das listas e se fez o sorteio dos números dos elementos da população.

O princípio da diversidade definiu o número de agricultores entrevistados em cada comunidade. Este número foi considerado suficiente quando se constatou que os depoimentos começaram a se repetir e não havia evidências de que poderiam existir depoimentos simultaneamente diferentes. O número de entrevistados por município está especificado na tabela 15.

Tabela 15 – Agricultores familiares entrevistados nos municípios em que se realizou a pesquisa

Municípios	Nº total de agricultores familiares existentes*	Nº de agricultores familiares entrevistados	% de agricultores entrevistados em relação ao total
Coronel Martins	656	25	3,8
São Martinho	648	22	3,4
São João Batista	289	15	5,2
Major Gercino	590	03	0,5
Total	2.183	65	3,0

*Obtido das listas de agricultores familiares fornecido pelo escritório local da Epagri.

Tabela 16 – Caracterização dos entrevistados na pesquisa

Grupo de entrevistados	Número	%
Agricultores Familiares	65	73,9
Participantes do CMDR	18	20,4
Participantes do Conselho Estadual do Pronaf	07	8,0
Técnicos	07	8,0
Presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais	04	4,5
Presidentes do CMDR	04	4,5
Secretários Municipais de Agricultura	03	3,4
Prefeitos Municipais	03	3,4
Secretários Municipais de Obras	01	1,1
Secretários Municipais de Administração	01	1,1
Madeireiro	01	1,1
Total de entrevistados	88	100,0

Além dos agricultores, também foram entrevistados outros atores, conforme caracterizado na tabela 16 e detalhado no anexo 1. Neste caso, como o número de pessoas entrevistadas era relativamente pequeno, procurou-se entrevistar todos os atores destas categorias. Só não foram entrevistados aqueles que, por algum motivo, não puderam realizar a entrevista (alguns destes motivos são explicitados na seção 4.5.).

No estado, foram entrevistados alguns participantes do Conselho Estadual do Pronaf, principalmente aqueles que têm um contato mais freqüente com o programa, que foram: dois secretários executivos estaduais do Pronaf⁴; um representante da Caixa Econômica Federal, um representante do Cepagro; um representante do Cederural⁵; um presidente da Fetaesc e um representante do Instituto Ceba/SC.

Para estabelecer o número de entrevistados em cada categoria, utilizou-se o critério da diversidade, da mesma forma que foi orientada a seleção dos agricultores familiares.

3.2.3. Conteúdo e Procedimentos das Entrevistas

Nas entrevistas semi-estruturadas, procurou-se seguir o roteiro pré-determinado, constante de uma lista de temas e algumas perguntas orientadoras que visam orientar a conversação para tópicos previamente estabelecidos de acordo com a temática central da pesquisa (Quadro 4).

Quadro 4 - Roteiro das entrevistas semi-estruturadas

Temas	Perguntas orientadoras
1-Conhecimento e objetivo do programa	Conhece o programa? Para que serve?
2-Benefícios e diferenças causados pelo programa	Tem ajudado o agricultor? De que forma? Dar exemplos!
3-Participação comunitária	Participou da escolha do representante do CMDR? De reunião para discutir a forma de aplicação de recursos?
4-Avaliação do CMDR	Acha importante a sua existência? Conhece os representantes? Acha que está funcionando bem? De que forma poderia melhorar? Todas as entidades estão representadas?

⁴ Foi entrevistado o Secretário Executivo do Pronaf Estadual, que está atualmente no cargo, e o anterior. Entrevistamos o anterior porque ele estava no cargo quando foi realizada a seleção dos 57 municípios incluídos no programa.

⁵ Entrevistamos o Ex-Secretário executivo do Cederural por ter participado também do processo de escolha dos 57 municípios selecionados pelo programa.

5-Quanto à aplicação dos recursos	Acha que os recursos foram bem aplicados? Conhece as coisas que foram selecionadas?
6-Satisfação dos agricultores	O que um programa de desenvolvimento deveria ter?
7-Quanto à permanência das estruturas criadas	As estruturas permanecerão ao longo do tempo? Terão condições de mantê-las?
8-Quanto à participação da prefeitura	Tem demonstrado interesse em relação ao programa? Por quê?
9-Em que o programa poderia melhorar	Qual a sua sugestão para melhorar o programa? Algum comentário adicional que gostaria de fazer?

Em conversas com os colaboradores (técnicos locais da Epagri), estes acharam que não haveria necessidade de agendar previamente as datas e horários das entrevistas. Por este motivo, elas não foram marcadas com antecedência, à exceção do município de Coronel Martins. No caso dos municípios de Coronel Martins e São Martinho, os técnicos da Epagri, que estão à frente do processo decisório relacionado ao Pronaf, acharam por bem não acompanhar o entrevistador nos contatos com os entrevistados, de modo a deixá-lo mais à vontade ou para evitar uma possível influência em suas respostas. No caso de São João Batista, o técnico da Epagri acompanhou o entrevistador em todas as entrevistas, pois quem estava à frente do processo era o Secretário Municipal de Agricultura. Neste caso, a presença do técnico da Epagri, em nossa opinião, não influiria no resultado. Nos outros dois municípios, quem acompanhou o entrevistador de modo a facilitar o acesso às propriedades e ajudar a criar um ambiente de confiança junto aos agricultores familiares em relação à entrevista, foram auxiliares de escritório, o inseminador da prefeitura ou a extensionista social, de acordo com as respectivas disponibilidades de tempo.

No início das entrevistas, preocupamo-nos em recuperar os objetivos da conversa, fazendo uma previsão do tempo a ser gasto, perguntando aos entrevistados se teriam este tempo disponível e se aceitavam que a entrevista fosse gravada. Garantimos o sigilo das informações prestadas e perguntamos se queriam uma cópia da entrevista em fita ou papel. Evitamos ajudar os agricultores a se expressarem, de modo a não influenciar nas respostas e registramos o nome do entrevistado, dia, local e município.

Apenas um agricultor se recusou a ser entrevistado. Não conseguimos identificar o motivo. Achamos que a reação podia ser devida a algum descontentamento com a

prefeitura ou com a Epagri. Um outro agricultor não permitiu que se gravasse a entrevista, pois achou que poderia falar alguma coisa que o pudesse comprometer. Cada entrevista com os agricultores durou, em média, 25 minutos. Já algumas, tiveram duração média de 40 minutos.

3.3. PROCESSAMENTO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Em geral, a análise qualitativa envolve a coleta de dados de diversas fontes, como observações, documentos e entrevistas. Segundo DEY (1993), um dos maiores desafios da análise qualitativa são as etapas de processamento, análise e síntese das informações. Neste estudo, optou-se por seguir o processo desenvolvido por STRAUSS e CORBIN (1990), denominado análise de conteúdo temático. Este processo envolve a classificação, categorização e interação entre os dados através de codificações abertas, axiais e seletivas, conforme ilustrado na figura 1.

A etapa de codificação aberta é realizada por diferenciação, na qual os dados brutos são categorizados primeiramente em conceitos e, depois, em categorias. Esta codificação pode ser feita analiticamente, formulando-se perguntas a respeito dos dados, buscando semelhanças e diferenças entre os eventos ou fenômenos observados, sendo, finalmente, agrupados em categorias.

A codificação axial é a fase que envolve o estabelecimento de relações e conexões entre os conceitos e as categorias. Tem como objetivo especificar cada categoria, as condições em que foram identificadas, e qual o contexto das ações interativas que envolvem e conectam a categoria com outras, assim como as consequências destas interações.

A codificação seletiva é a etapa em que acontece a seleção das categorias de maior interesse para o estudo e, sistematicamente, a etapa em que umas são relacionadas com as outras, através da formulação de perguntas, desenvolvimento e teste de teorias ou hipóteses.

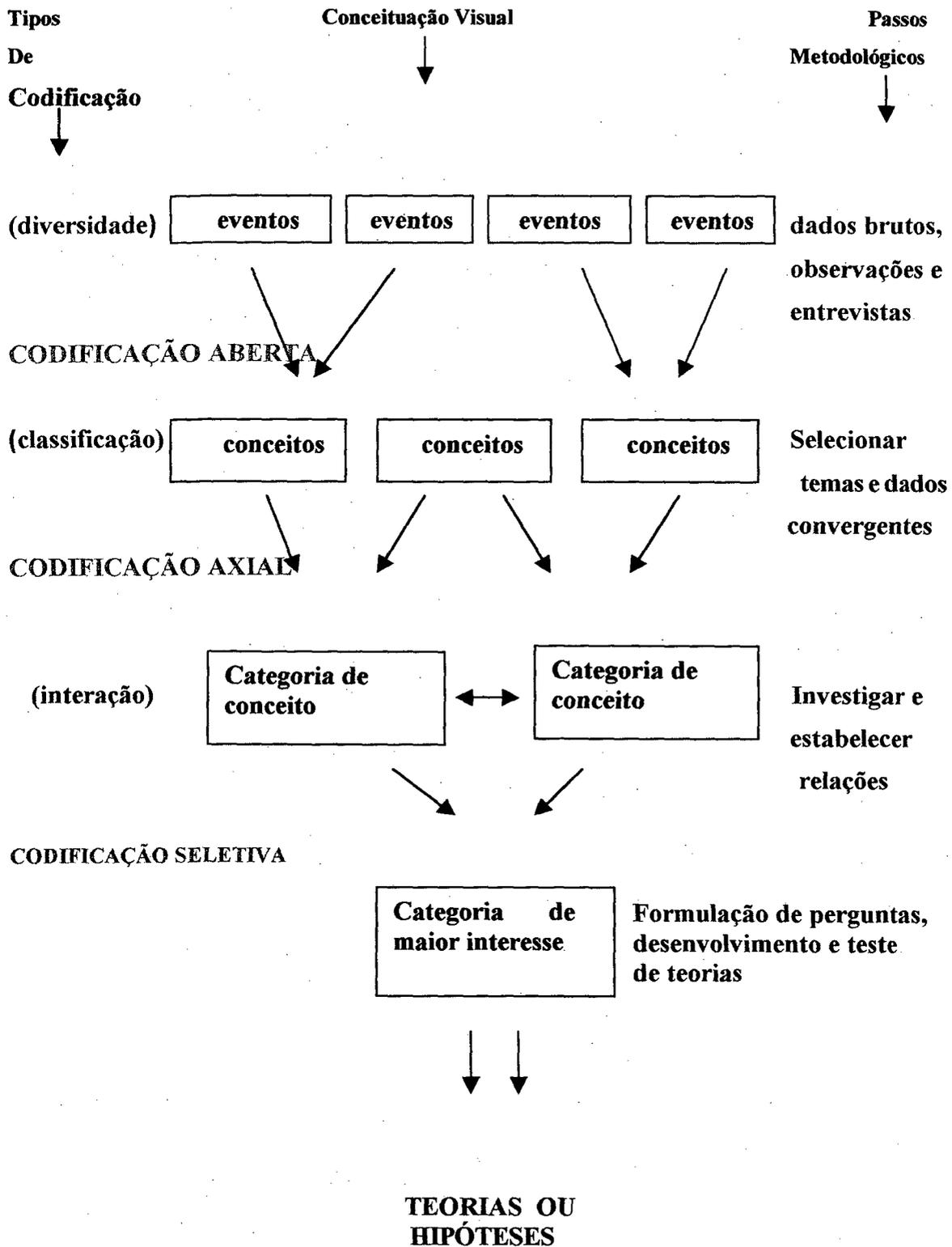


Figura 1 – Processo de Análise Qualitativa proposto por STRAUSS e CORBIN
 FONTE: STRAUSS e CORBIN, adaptado por PINHEIRO (1998).

A codificação aberta se assemelha ao primeiro processo de montagem de um quebra-cabeça, no qual as várias partes estão dispersas e é necessário juntá-las de acordo com algumas semelhanças básicas.

Já a codificação axial corresponde ao processo de juntar peças semelhantes em relação a cores ou outras similaridades, tendo como objetivo fazer com que a figura passe a fazer algum sentido.

Na codificação seletiva, a interação entre as peças é aprofundada e as várias partes da figura do quebra-cabeça começam a tomar uma forma mais compreensiva, até que formem um conjunto completo.

Face às características subjetivas do processo de interpretação que compõem a pesquisa qualitativa, um aspecto por demais importante é a garantia da credibilidade da análise. O uso da comparação dos resultados e de métodos de análise quantitativa e qualitativa ajuda a enfatizar o rigor e a consistência dos resultados.

A figura 2 reflete a utilização desse processo de análise de conteúdo utilizado neste estudo.

No capítulo seguinte, os resultados são apresentados, analisados e discutidos.

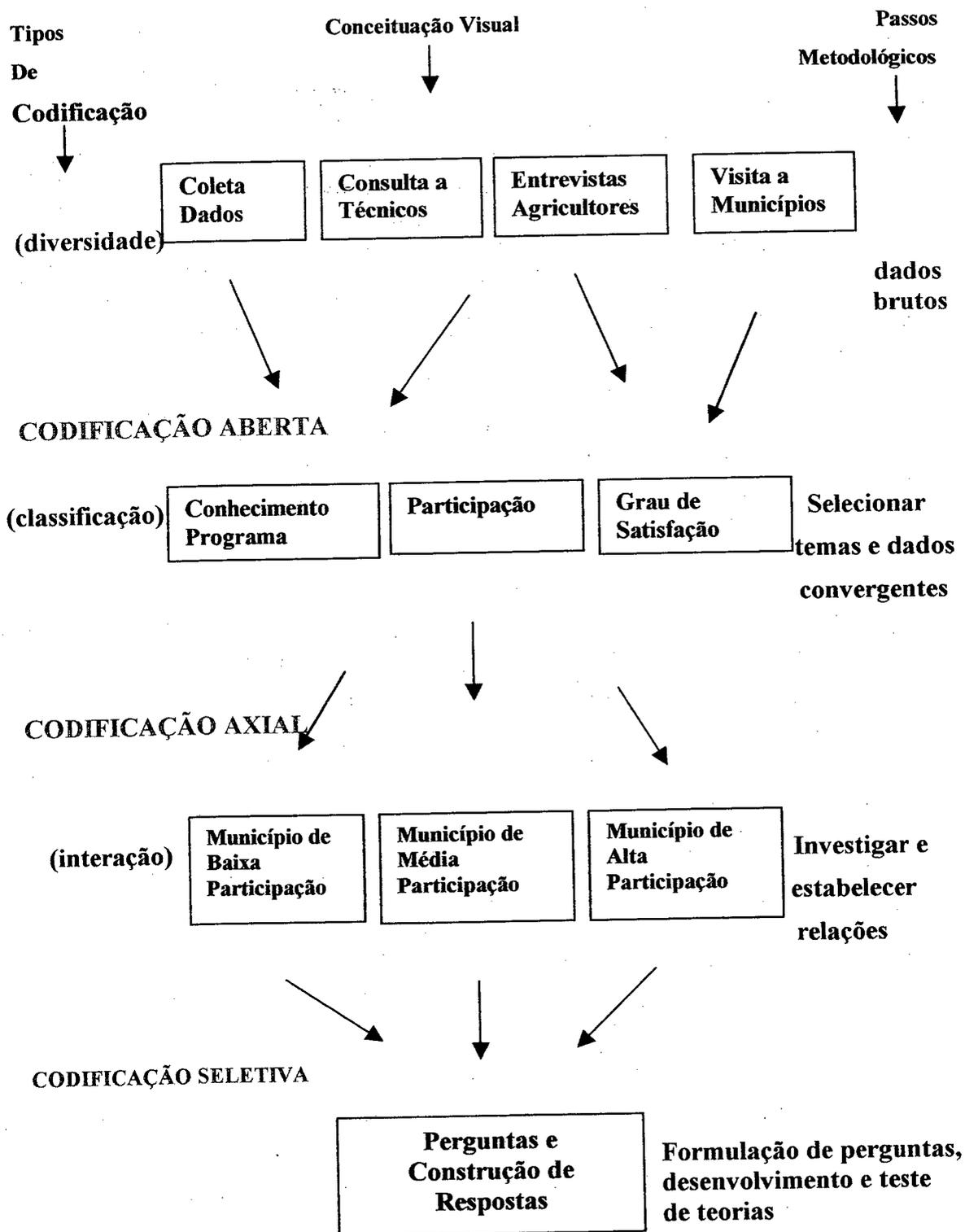


Figura 2 – Aplicação do Processo de Análise Qualitativa proposto por STRAUSS e CORBIN neste estudo

Fonte: Adaptado STRAUSS e CORBIN citado por PINHEIRO (1998).

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentaremos, analisaremos e discutiremos os resultados obtidos, através da exposição do que foi observado e desenvolvido no processo de pesquisa, utilizando tabelas e quadros (predominantemente quantitativos) para facilitar a compreensão do leitor. Nas duas primeiras seções (4.2. e 4.3.), são apresentados e analisados os dados secundários⁶ referentes às características dos municípios estudados. As seções seguintes apresentam e analisam os dados primários obtidos nesta pesquisa (essencialmente qualitativos e, sobretudo, através de entrevista). Na análise e discussão foram estabelecidas relações entre os dados obtidos, o problema pesquisado e o embasamento teórico e metodológico dado pela revisão da literatura.

4.2. CARACTERÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

Com relação à população, analisando-se a Tabela 17, verifica-se uma grande diferença entre o município de São João Batista em relação aos outros três municípios estudados (Coronel Martins, São Martinho e Major Gercino), quer seja quanto à sua população total, bem acima das demais, quer na relação entre a população urbana e a população rural. A população urbana representa 81,9% da população do município, enquanto que nos outros municípios a população rural é maior que a urbana.

Estes dados confirmam que o município de São João Batista foi enquadrado no programa sem obedecer aos critérios técnicos estabelecidos pelo Pronaf, fato que indica a possibilidade de irregularidade no processo .

Caso esses critérios fossem obedecidos, o referido município não seria contemplado com recursos do Pronaf, pois não preenche o requisito do Artigo 1º, seção II, quanto à relação entre a população urbana e a rural. Esta possível irregularidade foi confirmada em entrevista realizada com um componente do Conselho Estadual do Pronaf, que

admitiu que no primeiro ano alguns municípios foram incluídos no programa sem obedecer a todos os critérios de seleção.

Diz este conselheiro que em “*Santa Catarina no 1º ano houve, isso é notório, houve um grupo de municípios que entraram a partir de critérios técnicos, vamos dizer assim, e teve outro grupo que entraram com critérios políticos, e isso depois no 2º ano mudou, eu posso ser testemunha disso, porque participei ativamente neste momento, e se respeitou muito os critérios técnicos*”.

Tabela 17 – População dos municípios em que se realizou a pesquisa

Município	Total	Homens	Mulheres	Urbano	Rural
Coronel Martins	2.387	1.227	1.160	458	1.929
São João Batista	13.737	7.473	7.378	11.262	3.589
São Martinho	3.331	1.712	1.562	888	2.386
Major Gercino	3.534	1.630	1.513	977	2.166

FONTE: IBGE – CENSO 2000 - Dados Preliminares.

A tabela 18 mostra as datas de emancipação dos quatro municípios utilizados na pesquisa. Observa-se que o município de Coronel Martins foi emancipado há pouco tempo, isto é, há nove anos. Esta característica deve ter ajudado no processo de seleção pelo Pronaf, pois existe nas normas deste programa um incentivo com seis pontos aos municípios recém-emancipados. Com relação aos outros três municípios, São João Batista tem 43 anos de emancipação, São Martinho tem 38 anos e Major Gercino, 39 anos.

Tabela 18- Data da emancipação dos municípios em que se realizou pesquisa

Município	Data Emancipação
Coronel Martins	30/03/1992
São João Batista	19/07/1958
São Martinho	14/11/1962
Major Gercino	28/12/1961

FONTE: Planos Municipais.

A tabela 19 mostra a existência de um baixo índice de natalidade no município de São Martinho em relação aos municípios de São João Batista e Major Gercino (em Coronel Martins não havia dados disponíveis). Em relação ao índice de óbitos por 1.000

⁶ Informações obtidas de outros documentos.

habitantes, o município de São Martinho apresenta um índice significativamente superior ao dos demais. Com relação à densidade demográfica, o município de São João Batista apresenta um valor bastante superior ao dos demais, evidência de um município mais urbanizado .

Tabela 19 – Índices de natalidade, óbitos e densidade demográfica dos municípios em que se realizou a pesquisa

Município	Natalidade	Óbitos/ 1.000 hab.	Densidade Dem. Km2
Coronel Martins*	-	-	27,7
São João Batista	21,02	4,4	68,0
São Martinho	2,66	6,5	14,1
Major Gercino	20,53	3,6	12,9

FONTE: Planos Municipais.

* Dados não-disponíveis.

Conforme a tabela 20, o município de São João Batista apresenta uma receita anual superior à dos outros municípios, provavelmente por ter um setor comercial e industrial maior que os demais. O principal setor deste município é o industrial, e pela cultura existente nos municípios mais industrializados, em geral se investem poucos recursos no setor agropecuário. Desta forma, o programa Pronaf Infra-Estrutura caracteriza-se como uma importante fonte de recursos para a realização de investimento nos municípios.

Tabela 20 – Receita financeira dos municípios em que se realizou a pesquisa

Municípios	Correntes (R\$)	Capital (R\$)
Coronel Martins	75.894.776,78	22.661.327,57
São João Batista	122.625.328,21	10.811.750,57
São Martinho	63.799.559,63	4.233.126,67
Major Gercino	66.955.774,12	1.284.643,47

FONTE: IBGE - Censo1993.

Observando-se a tabela 21, verifica-se que nos municípios de Coronel Martins, São João Batista e Major Gercino, a maioria das propriedades possui no máximo 20 hectares (67,3% a 80%). Esta predominância de propriedades agrícolas com áreas pequenas dificulta a reprodução da agricultura familiar. O que não significa que elas são as beneficiadas. A exceção é o município de São Martinho, onde apenas 36,4% das propriedades estão situados na classe que vai de 0 a 20 hectares.

Tabela 21 – Estratos de números e áreas das propriedades dos municípios em que se realizou a pesquisa

Classes (hectares)	São João Batista		São Martinho		Coronel Martins		Major Gercino	
	Nº Propriedades	% Área	Propriedades	% Área	Nº Propriedades	% Área	Nº Propriedades	% Área
0 a 20	349	80,0	236	36,4	324	70,4	343	67,3
20,1 a 50	68	15,6	285	43,8	106	23,0	105	20,6
50,1 a 500	19	4,4	129	19,8	30	6,6	62	12,1
TOTAL	436	100	650	100	460	100	510	100

FONTE: Censo IBGE 1985, Planos Municipais, Censo Agropecuário E.M.A⁷ 1993 (Coronel Martins).

4.3. DIAGNÓSTICO SÓCIO-CULTURAL

Dos três municípios em que foram entrevistados agricultores familiares, existe uma variação significativa quanto à sua escolaridade. Em média, 64,7% do total estudou até o 4º grau primário: em Coronel Martins, 73,79%; em São João Batista, 66,6%; em São Martinho, 55%.

Com relação à escolaridade dos filhos dos entrevistados, realizamos a análise separadamente em dois grupos, visando facilitar a interpretação e a representatividade dos dados. O primeiro grupo representa os filhos com até 20 anos e o segundo grupo refere-se aos filhos com mais de 20 anos.

Entre os jovens (abaixo de 20 anos), é muito alto o percentual dos que estão ainda cursando o 1º grau, embora haja uma variação muito grande. Num extremo estão os municípios de São João Batista e Coronel Martins, com 80% e 76,2%, respectivamente, de estudantes cursando o 1º grau. Em outro extremo está São Martinho, com 45,8% de estudantes cursando o 1º grau, apresentando, assim, um maior percentual (54,2%) cursando o 2º grau.

⁷ E.M.A. – Escritório Municipal de Agricultura.

Já no grupo de filhos com mais de 20 anos, a situação é bem pior. No caso de Coronel Martins, 76,3% estudaram até o 4º ano primário. Nos outros dois municípios o percentual é mais baixo, 33,3% em São Martinho e apenas 15% em São João Batista.

Estes números demonstram o baixo nível de escolaridade dos agricultores familiares entrevistados, principalmente no município de Coronel Martins.

Dos 64 agricultores entrevistados, 86,9 % eram proprietários, 9,8% eram filhos e 3,3% eram esposas dos proprietários.

Com relação à faixa etária dos agricultores familiares entrevistados, observa-se na tabela 22 que Coronel Martins e São Martinho têm o seu maior percentual na faixa que vai de 31 a 40 anos (38,1% e 36,4%), e São João Batista, na faixa que vai de 51 a 60 anos (42,9 %).

Tabela 22 - Estratos da faixa etária dos agricultores familiares entrevistados na pesquisa

Idade dos A.F. entrevistados	Coronel Martins		São João Batista		São Martinho	
	Número	%	Numero	%	Número	%
Até 30 anos	01	4,8	03	21,4	01	4,5
31 a 40 anos	08	38,1	0	0,0	08	36,4
41 a 50 anos	05	23,8	03	21,4	04	18,2
51 a 60 anos	04	19,0	06	42,9	05	22,7
Acima de 60 anos	03	14,3	02	14,3	04	18,2
Não responderam	04	-	01	-	0,0	-
TOTAL	25	100	15	100	22	100

FONTE: Pesquisa de Campo.

Os dados primários apresentados na tabela 23, obtidos no trabalho de campo, estão em consonância com as informações da tabela 21, elaborada com dados secundários. Nos municípios de Coronel Martins, São João Batista e Major Gercino, a maioria das propriedades está compreendida nas classes que vão até 20 hectares. Já o município de São Martinho se caracteriza por ter um maior percentual de propriedades nas faixas que vão acima de 20 hectares.

Tabela 23 – Estratos das propriedades dos agricultores entrevistados na pesquisa em relação às áreas de suas propriedades

Area (ha)	Coronel Martins %	São João Batista %	São Martinho %
0 a 10	23,8	16,7	5,0
11 a 20	38,1	33,3	5,0
21 a 30	14,3	50,0	30,0
31 a 40	14,3	0,0	15,0
41 a 50	0,0	0,0	5,0
51 a 100	9,5	0,0	20,0
Acima de 100	0,0	0,0	20,0

FONTE: Pesquisa de Campo.

4.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES

Nesta seção, os dados obtidos são apresentados e analisados. Procuramos avaliar, na percepção dos agricultores, os aspectos relacionados ao conhecimento dos objetivos do programa Pronaf Infra-Estrutura, benefícios ou diferenças causados pelo programa, a participação (principalmente através do seu principal fórum de deliberação, que é, na maioria dos municípios, o CMDR), e o seu grau de satisfação em relação aos resultados alcançados, conforme especificado no anexo 2.

4.4.1. Conhecimento dos Objetivos do Programa

A maioria dos entrevistados respondeu que conhece o programa de forma superficial, embora reconheçam que o programa está ajudando os agricultores, embora exista uma diferença significativa nas respostas. Somente no município de Coronel Martins, 65,2% dos entrevistados responderam que conhecem bem o programa, enquanto em São João Batista apenas 35,7% responderam da mesma forma, e em São Martinho, 39,1%.

Quando questionada para que serve o programa, a maioria (70,2%) respondeu que serviu para ajudar o agricultor com algum tipo de investimento ou com um resultado específico obtido, como instalar cooperativa de leite, melhorar o preço do leite, com máquinas, sementes, telefone e rede de água. Em geral, os entrevistados manifestaram a

preocupação com o que poderia vir para ajudá-los individualmente. Somente quatro agricultores responderam que o programa tinha como objetivo promover o bem-estar coletivo, responsabilizar o agricultor, desenvolver o município e fortalecer a agricultura familiar.

4.4.2. Benefícios e Diferenças Causados pelo Programa Pronaf

Com relação aos benefícios, a grande maioria reconhece que o programa está ajudando os agricultores. Cem por cento dos entrevistados em Coronel Martins, 93,3% em São João Batista e 95,5% em São Martinho responderam que o programa ajudou muito os agricultores familiares.

Quando a questão era a relação existente entre conhecer apenas superficialmente o programa (evidência constatada no item anterior), mas reconhecer seus benefícios, as respostas dos agricultores familiares se basearam nos resultados do programa alcançados em sua comunidade e em algumas comunidades vizinhas. Ficou evidente que só conhecem os resultados do programa no âmbito municipal os agricultores familiares que participam do conselho municipal. Quando a pergunta era sobre a forma que o programa havia ajudado, as respostas que tiveram um maior número de citações são apresentadas no quadro 5.

Quadro 5 – A percepção dos agricultores familiares nos municípios em que se realizou a pesquisa sobre as formas que o programa tem ajudado os agricultores

Respostas	Coronel Martins		São Martinho		São João Batista	
	Respostas	Nº	Respostas	Nº	Respostas	Nº
Mais frequentes	Cooperativa de leite / aumento do preço / melhor organização	10	Sementes / máquinas e equipamentos	12	Com máquinas e rede de abastecimento d'água	13
Outras respostas	Equipamentos / redes abastecimento d'água / lixeira tóxica	5	Telefonia e outras formas de ajuda	3	Lixeira tóxica	1
	Ajudou a comunidade	1	Responsabilizando o agricultor	1		
Não responderam		9		6		1
Total		25		22		15

Quando foi solicitado aos entrevistados um exemplo prático de alguma infra-estrutura beneficiada pelo programa, as mais citadas estão apresentadas no quadro 6.

Pelas citações dos quadros 5 e 6, observa-se que os agricultores estão mais preocupados com o que pode vir ajudá-los de forma individual, ou o que venha a interferir no resultado econômico de sua propriedade, sem se preocupar com os aspectos sociais do programa.

Quadro 6 – Exemplos de infra-estruturas beneficiadas pelo Pronaf citados pelos agricultores familiares nos municípios em que se realizou a pesquisa

Respostas	Coronel Martins		São Martinho		São João Batista	
	Respostas	Nº	Respostas	Nº	Respostas	Nº
Mais frequentes	Cooperativa de leite	10	Máquinas e equipamentos	11	Máquinas	8
Outras respostas	Rede abastecimento d'água / Lixeira tóxica / Ensiladeiras / Resfriadores / Pequenas agroindústrias	7 1	Sementes / Adubo verde / Telefonia rural	5 4	Redes abastecimento d'água / Lixeira tóxica	3 1
Não responderam		7		2		3
Total		25		22		15

No município de Coronel Martins, a partir do financiamento do Pronaf Infra-Estrutura, foi adquirido um caminhão frigorífico para transporte do leite a granel, viabilizando a formação de uma cooperativa de leite. Com a formação desta cooperativa, os agricultores se organizaram e conseguiram aumentar consideravelmente o preço do leite pago ao produtor, provocando o aumento da produção de leite no município. Mais de 70% dos agricultores familiares de Coronel Martins foram beneficiados. Supomos que o número elevado de citações esteja relacionado ao sucesso desta atividade no município.

Já em São Martinho, os benefícios citados pelos agricultores familiares estão relacionados ao financiamento de ensiladeiras e batedeiras de cereais, que foram repassadas para grupos de agricultores familiares que se organizaram e administram as máquinas.

Em São João Batista, os benefícios estão relacionados à compra de máquinas e implementos agrícolas, administrados pela Prefeitura Municipal, que estão prestando os serviços (aração, gradagem, plantio e colheita, principalmente da lavoura de milho) de forma subsidiada, que tem causado um bom nível de satisfação por parte da maioria dos agricultores entrevistados.

4.4.3. Participação

Com referência à participação dos agricultores nas reuniões com representantes do CMDRs para discutir como deveriam ser aplicados os recursos do programa, há novamente uma diferença significativa entre as respostas obtidas nos três municípios estudados. Em Coronel Martins, 71,4% responderam que participaram desta decisão, enquanto em São Martinho apenas 47,8% e em São João Batista, somente 40% (Anexo 5). As resposta sobre o porquê de não haverem participado estão apresentadas no quadro 7.

No caso de São João Batista, alguns agricultores manifestaram a falta de interesse na participação sobre a aplicação dos recursos, a possível explicação se deve ao fato de alguns agricultores familiares não acreditarem no processo, o qual, em geral, costuma delegar ao executivo municipal a responsabilidade de conduzir este tipo de programa.

Com relação à existência do CMDR, a totalidade dos agricultores sabia da sua existência nos três municípios pesquisados. Quando perguntados se conheciam os representantes de sua comunidade nos respectivos CMDRs, 100% dos entrevistados responderam que sim em São Martinho, 91% em Coronel Martins e 69,2% em São João Batista. As respostas obtidas neste município estão abaixo dos percentuais dos outros dois municípios, evidenciando de que em São João Batista prevalece um menor grau de participação comunitária.

Quadro 7 – Porque os agricultores familiares não participaram da reunião do CMDR

Respostas	Coronel Martins %	São Martinho %	São João Batista %
Não foi convidado	66,7	62,5	44,4
Não teve interesse	0,0	12,5	33,4
Não pode ir	33,3	25,0	22,2

Obs. Dados retirados do anexo 7.

Esta mesma percepção é refletida no processo de escolha dos representantes do CMDR. Sobre esta questão, há uma diferença significativa nas respostas dos entrevistados de São João Batista em relação às dos outros dois municípios estudados. Em São João Batista, apenas 9,1% dos entrevistados dizem ter participado do processo de escolha,

enquanto que em São Martinho 45% e em Coronel Martins 53,8% responderam que participaram. Pelo que pudemos observar, não há um processo de escolha com a participação das comunidades de São João Batista, e sim de indicação do poder executivo municipal. Estes dados, somados à experiência do pesquisador, revelam que, em relação à participação, nota-se uma apatia dos agricultores no município de São João Batista.

Quadro 8 - Análise geral dos três municípios em que se realizou a pesquisa em relação ao processo de participação

Municípios	Composição do CMDR	Atuação Poder Público	Organização comunitária	Participação nas decisões	Cultura Política	Acesso a informação
Coronel Martins	Boa representatividade	Democrática	Boa	Boa	Participativa	Bom
São Martinho	Boa representatividade	Democrática	Média	Boa	Transição Clientelista / Participativa	Bom
São João Batista	Baixa representatividade	Centralizadora	Baixa	Baixa	Clientelista	Baixo

O quadro 8 sintetiza as principais características analisadas no processo e as principais diferenças quanto ao tipo de participação dos agricultores familiares nos três municípios em que se realizou a pesquisa.

Com referência à atuação do CMDR, a maioria dos entrevistados respondeu que está bom, o que indica que está contente com a sua atuação. Os índices de aprovação vão de 70% em São João Batista, a 87,5% em Coronel Martins.

Perguntados se escutaram alguma crítica ao funcionamento do CMDR, responderam que sim 5,3% dos entrevistados em São Martinho, 12,5% em Coronel Martins e 38% em São João Batista. Observa-se que as críticas dos agricultores de São João Batista estão acima da média dos outros dois municípios, provavelmente pelo fato de haver algumas manifestações contrárias em relação à gestão das máquinas pela prefeitura.

Quando perguntados de que forma poderia ser melhorada a atuação do conselho, as respostas dos que responderam estão no quadro 9.

Apesar do número baixo de agricultores que responderam, nota-se uma manifestação no município de Coronel Martins, por uma maior participação, e nos municípios de São Martinho e São João Batista, pela melhoria da comunicação. Apesar de os agricultores familiares de Coronel Martins estarem participando mais das decisões em relação aos outros dois municípios, estes não estão satisfeitos e querem avançar mais ainda, principalmente na gestão dos recursos oriundos do Pronaf.

Quadro 9 – A Percepção dos agricultores familiares nos municípios em que se realizou a pesquisa sobre a forma que poderia ser melhorado o CMDR

Respostas	Coronel Martins		São Martinho		São João Batista	
	Respostas	Nº	Respostas	Nº	Respostas	Nº
Mais frequentes	Maior participação nas decisões	4	Melhorar a comunicação	4	Melhorar a informação	3
Outras respostas	Fazer as reuniões do CMDR nas comunidades	1			Participação, organização e dedicação do Presidente do CMDR	4
Não responderam		20		18		8
Total		25		22		15

Perguntados porque acham importante o CMDR, as respostas mais citadas dos entrevistados estão relacionadas no quadro 10.

Quadro 10 – A percepção dos Agricultores Familiares nos municípios em que se realizou a pesquisa sobre a importância do CMDR

Respostas	Coronel Martins		São Martinho		São João Batista	
	Respostas	Nº	Respostas	Nº	Respostas	Nº
Mais frequentes	Participação e melhoria da comunicação	15	Participação, organização e melhoria da informação	16	Participação, organização e melhoria da informação	8
Outras respostas	Fiscaliza a aplicação dos recursos financeiros	1	Valoriza o agricultor	1		0
Não responderam		9		6		7
Total		25		22		15

Quando perguntados se todas as entidades que representam os agricultores têm participado das reuniões do CMDR, 50% dos membros desse conselho responderam sim em São João Batista, 40% em Coronel Martins e 33,3% em São Martinho.

A maioria dos conselheiros tem sentido a falta nas reuniões de representantes das câmaras de vereadores, de diretores das cooperativas e prefeitos.

Quanto aos recursos, quando perguntados se estão sendo bem aplicados, 100% dos entrevistados responderam que sim em Coronel Martins, 92,3% em São João Batista e 93,8% em São Martinho. Estes resultados indicam que a grande maioria dos agricultores familiares está contente com a forma de aplicação dos recursos. A interpretação dos agricultores é de que os recursos estão sendo aplicados nas obras prioritárias que tinham sido propostas, e que não houve desvio de recursos para outras obras.

Isto se confirmou quando os entrevistados foram perguntados porque acham que os recursos estão sendo bem aplicados, como pode ser observado no quadro 11.

Quadro 11 – Razões apresentadas pelos entrevistados dos municípios em que se realizou a pesquisa, porque acham que os recursos financeiros do Pronaf estão sendo bem aplicados

Respostas	Coronel Martins		São Martinho		São João Batista	
	Respostas	Nº	Respostas	Nº	Respostas	Nº
Mais frequentes	Infra-estruturas vieram ao encontro das necessidades	7	Participação dos agricultores	7	Participação e veio satisfazer necessidades	5
Outras respostas	Pelas manifestações que tem escutado	1	Infra-estrutura veio ao encontro necessidades	1	Podiam ter sido feitas mais coisas	1
	Participação dos agricultores		Pelas manifestações que tem escutado	1		
Não responderam		14		13		9
Total		25		22		15

4.4.4. Grau de Satisfação

Quanto ao grau de satisfação com a infra-estrutura selecionada, quando perguntados se estavam contentes, 100% dos entrevistados responderam que sim no município de Coronel Martins, 83,3% em São Martinho e 78,6% no de São João Batista. Este resultado demonstra que há um alto grau de satisfação em Coronel Martins, embora nos outros municípios o índice esteja um pouco abaixo, principalmente em São João Batista; em geral os entrevistados manifestaram satisfação com a infra-estrutura selecionada.

No quadro 12 é apresentado o porquê de os entrevistados estarem contentes com o que foi selecionado.

Quadro 12 – As razões apresentadas pelos agricultores familiares entrevistados nos municípios em que se realizou as pesquisas, o porque estarem contentes com a infra-estrutura selecionada

Respostas	Coronel Martins		São Martinho		São João Batista	
	Respostas	Nº	Respostas	Nº	Respostas	Nº
Mais frequentes	Organização, participação e outras infra-estruturas	15	Máquinas e equipamentos agrícolas, Participação, rede água e telefonia	20	Máquinas e rede abastecimento d'água	12
Outras respostas	Outras infra-estruturas	3	Parcialmente, falta trator	1	Má gestão das máquinas / prefeitura	2
Não responderam		7		1		1
Total		25		22		15

Quando perguntados se os agricultores defendiam outras ações diferentes daquelas que foram contempladas pelo Pronaf nestes municípios (especificados nos quadros 5 e 6), 77,8 % dos entrevistados responderam que não em Coronel Martins, 80% em São João Batista e 88,9% em São Martinho. Isto evidencia que a maioria das ações contempladas, segundo os agricultores familiares, coincidiu com suas expectativas.

Quando perguntados se as estruturas implantadas permaneceriam ao longo do tempo, 94,1% dos entrevistados responderam que sim em Coronel Martins, 92,3% em São Martinho e 69,2% em São João Batista. Com base na experiência do pesquisador na região e nos contatos realizados durante o trabalho de campo, o índice mais baixo em São João Batista poderia refletir uma maior dificuldade financeira dos produtores, os quais manifestaram não ter condições financeiras de manter estas estruturas, e que por isso cabia à prefeitura a sua manutenção.

Quando perguntados se o programa Pronaf está ajudando a melhorar a vida dos agricultores, 100% dos entrevistados responderam que sim em Coronel Martins, 92,3% em São João Batista e 89,5% em São Martinho. Quando perguntados por que acham que o programa está melhorando a vida do agricultor, as respostas dos entrevistados dos três municípios estão relacionadas no quadro 13.

Quadro 13 – As respostas dos agricultores familiares nos municípios em que realizou a pesquisa sobre porquê acham que o programa Pronaf está melhorando a vida dos agricultores

Respostas	Coronel Martins		São Martinho		São João Batista	
	Respostas	Nº	Respostas	Nº	Respostas	Nº
Mais frequentes	Criação cooperativa, abastecimento d'água e benefícios vindos às benfeitorias	20	Participação, sementes, telefonia e outras benfeitorias	16	Por causa das máquinas	12
Outras respostas	Lixeira tóxica	1	Em parte (faltou trator)	1	Redes de água	1
Não responderam		4		5		2
Total		25		22		15

O quadro 14 apresenta as respostas dos agricultores entrevistados sobre o que um programa de desenvolvimento deveria ter que não existe no Pronaf.

No quadro 14, observa-se que os agricultores familiares estão solicitando o auxílio individual para financiamento (trator e correção do solo). Isto pode ser um indicativo de carência de crédito na linha do Pronaf, que financia investimento para agricultores familiares nestes municípios.

Há várias respostas de agricultores familiares entrevistados no município de São Martinho manifestando a necessidade de máquinas, o que é justificado pela carência de máquinas e pelo alto preço cobrado pelos prestadores destes serviços no município.

Quadro 14 – Percepção dos agricultores familiares nos municípios em que se realizou a pesquisa sobre o que deveria haver num programa de desenvolvimento que não existe no Pronaf

Respostas	Coronel Martins		São Martinho		São João Batista	
	Respostas	Nº	Respostas	Nº	Respostas	Nº
Mais frequentes	Prazo programa mais longo	7	Financiamento mais trator	8	Financiamento individual para os agricultores	2
	Financiamento Individual	4	Prazo programa mais longo	4	Financiamento individual de trator e correção do solo	2
			Melhorar a gestão das máquinas	2		
Outras respostas	Financiar laticínio, melhoria estradas e mais resfriadores	3	Financiamento individual para agricultores	1	Maior fiscalização e mais cuidado com meio ambiente	2
	Aumentar participação agricultores	3	Melhorar comunicação	1	Financiamento pequenas indústrias	1
					Maior participação dos agricultores	1
Não responderam		10		6		8
Total		25		22		15

Os agricultores familiares, quando perguntados se têm notado o interesse da prefeitura em relação ao programa, 100% dos entrevistados responderam que sim em São João Batista e 89,5% em Coronel Martins e São Martinho.

Há também, por parte dos entrevistados, nos municípios de Coronel Martins e São Martinho, a sugestão de que seja prorrogado o prazo de duração do programa por mais dois ou quatro anos. Entendemos que é difícil atender a esta solicitação pelo fato de um número elevado de municípios estar esperando a sua oportunidade.

Segundo a percepção dos agricultores familiares, as razões para o interesse da prefeitura em relação ao programa estão sintetizadas no quadro 15.

Quadro 15 – Percepção dos agricultores familiares nos municípios em que se realizou a pesquisa sobre o interesse da prefeitura em relação ao programa Pronaf

Respostas	Coronel Martins		São Martinho		São João Batista	
	Respostas	Nº	Respostas	Nº	Respostas	Nº
Mais frequentes	Tem participado com recursos e máquinas	12	Tem participado das reuniões do CMDR e com recursos (contrapartida)	7	Os agricultores estão sendo bem atendidos com máquinas	2
					Tem demonstrado interesse	2
Outras respostas	Secretaria da Agricultura é a mais atuante	1	Faltou mais dinamismo	1	Está usando o programa politicamente	1
	Falta movimentar o fundo municipal	1				
	Ajudou em parte	1				
Não responderam		10		14		10
Total		25		22		15

4.4.5. Síntese da Análise dos Resultados das Entrevistas com Agricultores Familiares e das Visitas aos Três Municípios

As observações realizadas durante a permanência em cada município para realização das entrevistas e consultas nos permitem realizar algumas considerações, sintetizadas nos próximos parágrafos.

No município de Coronel Martins, observamos uma cultura participativa forte e evidente. O técnico da Epagri ao ser consultado atribuiu esta percepção a um trabalho de longo prazo, objetivando estimular e formar uma cultura participativa. O espaço conquistado pelos agricultores está sendo respeitado pelo poder público municipal, não interferindo na atuação do CMDR, assegurando o direito dos agricultores a escolher os seus representantes através de eleição direta, independentemente das cores partidárias de seus representantes. Esta posição democrática é confirmada na prática, pois, segundo informações, mais de 60% dos conselheiros pertencem ao Partido dos Trabalhadores – PT -, agremiação partidária que difere bastante, em termos ideológicos, da do atual Poder Executivo, que é do Partido da Frente Liberal - PFL.

Neste município, observou-se que o prefeito municipal não tem participado regularmente nas reuniões do CMDR, deixando ao encargo do diretor de Agricultura da prefeitura municipal o processo de negociação com os componentes do conselho. O prefeito tem respeitado o que é decidido pelo conselho; a prefeitura tem participado com a contrapartida através de recursos financeiros para implantação de diversos investimentos, como perfuração de poços artesianos e aquisição de caminhão tanque para transporte de leite, entre outros.

Quanto à posição dos agricultores de Coronel Martins, a maioria está contente com o processo, pois tanto os agricultores entrevistados como os participantes do CMDR se acham responsáveis pelo processo.

É prática comum no município os conselheiros reunirem-se regularmente com os moradores de sua comunidade para discutir as solicitações que são levadas ao CMDR. Os agricultores estão preocupados em participar da gestão dos recursos. Não conseguimos entrevistar o prefeito municipal. Agendamos horário e na hora o prefeito disse não ser possível a sua realização, sugerindo que entrevistássemos o secretário municipal de Administração. Entendemos que não houve interesse de sua parte em ser entrevistado. Não identificamos uma razão específica para tal atitude, mas pudemos perceber que o prefeito confia no seu representante.

Com relação ao município de São Martinho, observamos que está se formando uma cultura participativa, embora ainda não tão forte como a do município de Coronel Martins, estimulada pela existência de algumas iniciativas de organizações comunitárias. Um exemplo são os grupos de agricultores que administram o uso das ensiladeiras, obtidas através do programa Pronaf em parceria com a prefeitura. O engenheiro agrônomo da Epagri é o presidente do CMDR há alguns anos. O CMDR é composto por 40 componentes, sendo na sua grande maioria representantes dos agricultores familiares. Os representantes são escolhidos através de eleições nas comunidades e, no caso das entidades participantes, por indicação.

A principal função do CMDR tem sido definir a aplicação dos recursos do Pronaf, colaborar na divulgação dos programas estaduais, organizar grupos e participar do programa municipal de sementes. As decisões do CMDR, na maioria das vezes, são tomadas com a presença do prefeito municipal e o secretário municipal de obras, que

tem participado da maioria das reuniões do CMDR. A prefeitura tem participado financeiramente com a contrapartida prevista no plano anual do Pronaf e com outros recursos não previstos, visando à implementação dos itens constantes nos planos anuais.

Com relação ao município de São João Batista, o que se observa é uma cultura participativa muito limitada e falta de interesse dos agricultores familiares na participação. O presidente do CMDR é um agricultor, indo para o seu terceiro mandato, sem deflagrar um processo eleitoral que possibilite o surgimento de outros candidatos. Os representantes do conselho foram indicados pelo poder público, não havendo renovação em sua composição ao longo dos anos, e é pouco ativo. Reúnem-se eventualmente, com o objetivo de atender às exigências do programa Pronaf e elaborar o plano anual de investimentos.

Geralmente, não são feitas reuniões do CMDR nas comunidades para identificar demandas e, quando são feitas, o prefeito normalmente não participa delas. O Secretário Executivo Estadual do Programa e o Coordenador Estadual do Pronaf já estiveram neste município verificando denúncias de má utilização das máquinas financiadas pelo programa, diferente de outros municípios, como São Martinho, onde quem administra as máquinas é a prefeitura.

Apesar disso, os agricultores familiares manifestaram satisfação com a aplicação dos recursos e com o projeto, e não têm demonstrado interesse em participar de reuniões com o representante do CMDR. Esta situação se deve à relação de poder existente entre o executivo e os agricultores familiares, os quais não estão motivados a participar do processo.

Esta análise confirma que a seleção dos municípios, pelo critério do tipo de participação, determinado a priori, foi confirmada pela pesquisa de campo. Em outras palavras, foi confirmada uma forma de participação diferente em cada um dos três municípios estudados.

4.5. ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM OUTROS ATORES

4.5.1 Prefeitos Municipais

Analisando as respostas contidas no quadro 16, observa-se que todos os prefeitos são unânimes em afirmar que o programa Pronaf Infra-Estrutura trouxe uma nova dinâmica para os municípios e os agricultores familiares. A maior parte do orçamento municipal é destinada ao pagamento dos funcionários, sobrando poucos recursos para investimentos.

O prefeito de São Martinho disse que os recursos vindos para o seu município foram utilizados de forma a estimular a organização, e que as estruturas e equipamentos foram, em sua maioria, repassados para os agricultores administrarem de forma associativa. Já o prefeito de São João Batista enfatizou os serviços prestados pelas máquinas adquiridas através do programa, as quais são administradas pela prefeitura.

Com referência ao critério de seleção dos municípios a serem contemplados com o Pronaf, o prefeito de Major Gercino não consegue entender porque o município de São João Batista foi contemplado com o programa, devido à sua característica urbana e à pouca importância da agricultura na receita municipal.

Nota-se que o prefeito de São Martinho foi bastante enfático em afirmar a importância da participação dos agricultores familiares no processo decisório através do seu Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR. Destacou a importância de não decidir sozinho e em dividir as responsabilidades, e que tanto ele quanto o secretário municipal de Obras, que é vice-prefeito, participaram da maioria das reuniões do CMDR para estimular e tomar as decisões junto com os agricultores familiares. Um fator que motivou os agricultores familiares neste município foi ver o que foi decidido ser concretizado.

Já o prefeito de São João Batista respondeu que o conselho tem decidido autonomamente, e que não participou das reuniões do CMDR, para deixá-lo à vontade para tomar as decisões.

Quadro 16 – Respostas dos prefeitos municipais em que se realizou a pesquisa sobre a importância do Pronaf Infra-Estrutura

São Martinho	São João Batista	Major Gercino
Deu uma nova perspectiva para os agricultores	A prefeitura não poderia adquirir as máquinas existentes sozinha, a folha salarial consome todo os recursos financeiros disponíveis	Não entende como o seu município está como 8º suplente, pois 90% das suas atividades são agrícolas
Surpreendeu a participação dos agricultores, ajudando a decidir onde aplicar os recursos, dividindo responsabilidade.	Com a aquisição das máquinas pode ser dado um bom atendimento aos agricultores, diminuindo o êxodo rural	Os critérios têm que ser melhorados. Por causa do critério da renda média dos agricultores o município não foi classificado
Ficavam motivados. As coisas que decidiam, depois tornavam-se realidade.	O agricultor cresceu ao participar das decisões. Não participou das reuniões do CMDR para não interferir nas decisões	A principal atividade agrícola do município é o fumo, que dá uma renda bruta alta, e prejudicou a classificação do município
Com os equipamentos entregues para administrarem em grupo estimulou a sua organização	Falta flexibilidade para mudar o plano operativo do programa. Deveriam ser respeitados os interesses do município	A entrada no programa seria a solução para diminuir o êxodo rural. Seria a única forma de investir recursos no meio rural
Os recursos financeiros deveriam ser aplicados naquilo que decidissem, de acordo com as suas necessidades	O programa deveria contar com ações de proteção ao meio ambiente	Nos últimos 20 anos a população reduziu de 5.560 para 3300 habitantes
Os recursos financeiros foram suficientes, mais se viesse mais seria ótimo	O prazo de atendimento do programa deveria ser mais longo. Deveria ser prorrogado	É importante que a comunidade participe das decisões
O único conselho municipal que funcionou bem no município foi o da agricultura		Não entende como o município de São João Batista, em que a maioria da população é urbana, pode ser contemplado

Obs: Em Coronel Martins o prefeito não concedeu entrevista.

Os prefeitos acham que os agricultores estão contentes com a aplicação de recursos e admitem, principalmente em São João Batista, que há reclamações quanto à administração e à utilização das máquinas.

Os prefeitos de São João Batista e São Martinho disseram que os agricultores vão manter as estruturas criadas. O prefeito de São João Batista justifica que não deixarão as estruturas se perder, pois precisam delas, enquanto que o prefeito de São Martinho justifica dizendo que os agricultores familiares já estão se preparando, pois as estruturas estão sendo repassadas para eles administrarem.

Quanto a sugestões de possíveis melhorias no Pronaf Infra-Estrutura, os prefeitos entrevistados acham que o programa deveria ser mais aberto quanto à definição no que

aplicar os recursos, que os recursos deveriam ser aplicados de acordo com a realidade dos municípios e que deveriam ser respeitados os seus interesses.

Quanto ao prazo de quatro anos de duração do programa, o prefeito de São João Batista sugere que seja prorrogado por no mínimo mais dois anos, pois só assim terá condições de resolver os problemas de outras comunidades. O prefeito de São Martinho acha que os recursos foram suficientes, mais se continuassem por mais alguns anos seria ótimo.

4.5.2. Secretários Municipais

Conforme pode ser observado no quadro 17, todos os secretários entrevistados (de Agricultura, Obras e Administração) reconhecem a importância do programa Pronaf como elemento transformador da agricultura em seus municípios. Afirmam que reduziu a evasão de agricultores familiares dos municípios e do setor rural.

Os secretários de São Martinho e Coronel Martins ressaltam que foi um instrumento importante de organização das comunidades rurais. Através da atuação do CMDR, as comunidades e os agricultores rurais participaram de forma ativa na decisão da aplicação dos recursos, descentralizando as decisões e estimulando a participação.

Os secretários entrevistados acham que os resultados foram muito bons. Os recursos foram aplicados naquilo que os agricultores queriam, melhorando sua renda e sua qualidade de vida.

Apenas o secretário de São João Batista respondeu que os agricultores familiares não terão condições, sozinhos, de manter as estruturas e máquinas.

Há críticas quanto à limitação no que devem ser aplicados os recursos, tanto no estado quanto no País. Os secretários entrevistados sugerem que o prazo de duração dos benefícios aos municípios selecionados seja mais longo, isto é, que seja prorrogado por mais dois a quatro anos. O secretário de Coronel Martins sugere que estes recursos deveriam ser de aplicação "livre" e permanentes (deveriam poder ser aplicados com a maior liberdade possível).

Quadro 17 – Algumas observações dos secretários municipais sobre o Pronaf Infra-Estrutura

Coronel Martins	São Martinho	São João Batista
Alavancou o setor agrícola Dobrou movimento econômico	O CMDR acompanha as reuniões e a presença das reuniões em quase 100%	Transformou o município, remodelou a estrutura da agricultura
O município vive da transferências de recursos e investiam apenas 5% no setor agrícola	O povo está satisfeito porque tem ido ao encontro do seus interesses	Melhorou a qualidade de vida do agricultor e deu perspectiva de futuro
Comunidade se organizou, houve a descentralização e a participação e a prioridade foi o desenvolvimento do município	O prazo de 4 anos foi importante, mas deveria continuar por mais 2 a 4 anos	Melhor exemplo de benefícios são as redes de abastecimento d'água
Resultados fora, excelentes diminuiu a evasão dos agricultores para centros maiores	Está ajudando a desenvolver o município e melhorou a vida do agricultor	O conselho tem sido fundamental em todo o processo
Recursos deveriam poder ser aplicados de forma livre e permanente	O CMDR tem dado a sua colaboração, pois é bastante participativo	Normas do programa limitam muito e não permitem que o município invista no que ele quer ou precisa
Programa deveria ter um prazo mais longo	Sem a participação da comunidade não somos ninguém	Permitiu ao agricultor ter os serviços das máquinas a custos mais baixos
O gado leiteiro segurou o agricultor, permitiu às famílias uma renda mínima de um salário mínimo por mês	Terão condições de manter a estruturas porque já as estão mantendo	Não terão condições de manter sozinhos as estruturas
	Deveria permitir a compra de mais máquinas, pois é o que o agricultor quer e precisa	Precisaríamos de no mínimo mais 3 anos
		Receberam R\$ 540.000,00 e não R\$ 1.000.000,00, como fora previsto no início do programa

4.5.3. Representantes dos Agricultores Familiares no Conselho Estadual do Pronaf

Segundo os representantes dos agricultores familiares no conselho estadual do Pronaf, o programa deu uma grande espaço para a discussão da agricultura familiar no País. É uma grande idéia, com uma concepção bastante interessante, tendo como estratégia o investimento na infra-estrutura e nos serviços dos municípios selecionados. Deveria ter acontecido há mais tempo.

Contudo, estes atores consideram que o programa foi estruturado de uma forma gerencial ultrapassada ou não-inovadora, centralizada em nível nacional e estadual. No entanto, reconhecem a importância de algumas infra-estruturas financiadas pelo Pronaf, como pequenas agroindústrias, algumas delas com inspeção federal (SIF), em que os agricultores familiares estão agregando valor aos seus produtos, e com isso diminuindo o êxodo rural.

De acordo com os representantes dos agricultores familiares no Conselho Estadual do Pronaf, não houve uma preparação dos municípios, nem uma discussão de modo a aprimorar o processo de gestão do programa. Disseram que os CMDR deixam a desejar, pois, em geral, trabalham muito a questão econômica e pouco a social. Reconhecem que existe uma manipulação dos CMDRs por parte das prefeituras, refletindo a visão tradicional de que é o prefeito quem decide tudo. Geralmente os agricultores participam de forma consultiva, ficando ao encargo da prefeitura a licitação, contratação e gerenciamento da obra, e os agricultores ficam de fora de todo o processo de gestão destes recursos. Outro elemento que dificilmente se percebe nas discussões dos planos municipais é o das estratégias do desenvolvimento local. Em outras palavras, não se observa que as iniciativas financiadas pelo Pronaf Infra-Estrutura estejam inseridas em um plano maior de desenvolvimento, e existam municípios em que o CMDR só existe para atender às exigências do programa.

Para esta categoria de entrevistados, o Conselho Estadual do Pronaf é ativo, principalmente em relação aos critérios de seleção dos municípios, discutindo e enviando sugestões de modo a possibilitar que os mais pobres do estado pudessem ser contemplados. Na primeira seleção, a maioria dos municípios foi escolhida com base em critérios técnicos, embora alguns fossem incluídos sem respeitar todos esses critérios. Na segunda seleção, respeitaram-se somente os critérios técnicos. Há muitas críticas a estes critérios de seleção, por haverem sido definidos em nível nacional, sem preocupação com a nossa realidade. Na prática, o Conselho Estadual do Pronaf acaba sendo um referendador dos planos municipais. As planilhas, com os planos operativos, são enviadas em cima da hora, não permitindo, face aos prazos estipulados, uma avaliação mais detalhada.

Na composição do conselho estadual, o que há de menos são representantes de agricultores familiares. Na visão dos representantes da categoria, falta a participação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina – Fetrafesc - e do Movimento dos Sem-Terra – MST -, que não foram convidados para ter assento e que deveriam buscar o seu espaço, como atores muito ativos nos processos de desenvolvimento, junto com as ONGs e a Associação dos Agricultores Familiares. Está ocorrendo em nível nacional, a partir da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS -, um novo redirecionamento dos conselhos estaduais, por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria Nacional da Agricultura Familiar, para que os conselhos estaduais do Pronaf sejam transformados em um Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural. Há uma discussão sobre o que seria melhor para os agricultores familiares de Santa Catarina: se criar um novo conselho ou passar esta atribuição ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural - Cederural. Há uma certa preocupação em passar esta atribuição para o Cederural, por causa de sua composição, em que os agricultores familiares têm pouca representatividade.

Quanto à aplicação dos recursos, tem-se investido em pequenas agroindústrias, que é um avanço. Entretanto, na maioria das obras não estão sendo realizados estudos de viabilidade econômica e social. Uma proposta que surgiu na reunião do conselho estadual é de que a partir de um determinado valor há que haver um estudo de viabilidade, feito de forma responsável e por pessoa idônea.

Não existe por parte da Secretaria Executiva Estadual um acompanhamento permanente nos municípios por falta de uma melhor estrutura de pessoal. O que existe é apenas uma pessoa que fica gerenciando os problemas operativos, ou seja, “apagando o fogo”, resolvendo problemas emergenciais que surgem através de demandas específicas.

4.5.4. Membros da Secretaria Executiva Estadual do Pronaf

Para os membros da secretaria executiva estadual do Pronaf, através do Pronaf Infra-Estrutura tem se procurado resolver os entraves existentes tanto na produção como na comercialização, através de recursos a fundo perdido, com o objetivo de aumentar a produtividade e melhorar a comercialização.

Os critérios de seleção dos municípios são definidos em nível federal. Foi solicitada a alteração dos critérios de seleção, de modo a possibilitar que municípios de regiões carentes, como os do planalto serrano catarinense, pudessem ter a oportunidade de participar da seleção, pois são excluídos em razão de sua área média ser maior que a média estadual.

Existem vários exemplos de projetos bem-sucedidos. Um deles é o de uma pequena agroindústria de leite que beneficia 11 famílias. Estes agricultores estão recebendo um acréscimo de 30% a 50% a mais no preço do seu produto, em consequência da agregação de valor proporcionada pelo processamento.

Só no ano 2000, pela primeira vez, foram obtidos recursos previstos para treinar os participantes do CMDR. Em muitos municípios, a maioria dos conselheiros não estava preparada para o processo, sendo os conselhos comandados pela prefeitura. Segundo depoimentos de alguns deles, após o término do curso, eles disseram que só agora é que realmente sabiam a sua função em todo o processo. Para o ano de 2001 estão previstos mais alguns cursos.

Com relação à seleção na aplicação dos recursos, os prefeitos tem como preferência a aplicação em máquinas. Entendemos que nos municípios em que os agricultores familiares estão menos organizados existe manipulação política. Em 1998 não houve limitação quanto à compra de máquinas, e eles foram usados preponderantemente para tal fim. Em 1999, decidiu-se que os municípios que tivessem adquirido máquinas com os recursos do programa não poderiam fazê-lo novamente.

A partir de 1999, começou-se a financiar pequenas agroindústrias. A formação destas pequenas agroindústrias exige uma maior organização dos associados, o que pode dificultar a manipulação política. Quanto à permanência das estruturas ao longo do tempo, observa-se que nas agroindústrias implantadas, os agricultores já estão reinvestindo, mas ainda há necessidade de formação de fundos para novos investimentos.

Não existe periodicidade nas reuniões do conselho estadual. Isto normalmente ocorre em função da demanda (em média, reúne-se dez vezes por ano). Quanto à sua composição, há um número pequeno de representantes dos agricultores, representados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina - Fetaesc - e do

Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo - Cepagro. Da mesma forma que os representantes dos agricultores familiares, os membros da Secretaria Estadual do Pronaf entendem que há necessidade da participação de outras entidades que representem os interesses dos pequenos agricultores, público-alvo do programa, como a Fetrafesc, o MST e o Movimento das Mulheres Agricultoras. Segundo os membros da Secretaria Executiva Estadual do Pronaf, existe uma preocupação do Conselho Nacional do Pronaf em modificar os conselhos estaduais, de modo a incluir um número maior de representantes dos agricultores familiares.

Quanto à participação das prefeituras no Pronaf, os membros da Secretaria Executiva dizem ter ocorrido uma evolução, não só com relação à participação financeira, mas por haver uma maior discussão na elaboração dos projetos e também uma maior conscientização a respeito dos objetivos do programa.

Quanto ao prazo de duração do programa, estes membros admitem que o prazo existente de 4 anos não é suficiente, e acham que seria ideal é que houvesse recursos para atender a todos os municípios do estado de forma permanente.

4.5.5. Técnicos das Prefeituras e de Empresas Estatais

Em geral, os técnicos das prefeituras e de empresas estatais acham o Pronaf um programa inovador e importante. Boa parte das famílias estava abandonando o meio rural por falta de apoio. O programa busca o envolvimento dos agricultores familiares em projetos associativos, que é o único caminho para as pequenas propriedades. A agricultura nunca teve um suporte de volume financeiro semelhante ao que o programa está disponibilizando. A carência de recursos para investimento é tão grande que não vai ser no prazo de quatro anos que se resolverão todos os problemas.

Uma incoerência do programa é ter por meta a descentralização, enquanto que a União é que determina como o conselho estadual deve proceder para selecionar os municípios nos estados.

Para esta categoria de entrevistados, a participação do conselho é fundamental. Quanto mais atuante, mais suas deliberações serão consideradas. Quando as decisões são divididas, a possibilidade de sucesso de um projeto é maior. Há um maior

comprometimento das pessoas envolvidas e elas se sentem responsabilizadas. É necessário que o agricultor esteja bem representado, que os seus representantes participem de forma ativa nas decisões, buscando o interesse do coletivo. É preciso começar certo desde a escolha dos representantes, e o processo tem que ser democrático. Os cursos para conselheiros são de extrema importância e vieram bastante atrasados.

Há uma reclamação quanto à burocracia exigida pela Caixa Econômica Federal. Estes atores dizem que a melhor fiscalização é a que é feita pelo CMDR, sobretudo quando é ativo e escolhido de forma democrática. Sugerem mais encontros com a Secretaria Executiva Estadual do programa Pronaf, pois geralmente se faz apenas um encontro por ano. Os componentes da secretaria executiva deveriam visitar mais os municípios, e os exemplos bem-sucedidos deveriam ser levados ao conhecimento dos outros municípios para troca de experiência.

Há um direcionamento muito grande do programa quanto ao que pode ser incluído nos projetos, não respeitando as decisões e as necessidades dos municípios. Ao contrário de alguns agricultores familiares, no município de São João Batista, a maioria dos técnicos acha que os agricultores terão condições de manter as estruturas ao longo do tempo, principalmente nas comunidades mais organizadas.

As prefeituras têm demonstrado um grande interesse face à perspectiva de obterem recursos a fundo perdido para investir na infra-estrutura local. Algumas prefeituras vislumbram a possibilidade de avançar na participação dos agricultores familiares, descentralizando as decisões.

Segundo a percepção dos técnicos, os agricultores estão contentes com os resultados do programa, pois têm sentido a diferença na prestação de serviços. Eles têm visto ser resolvido o problema de abastecimento de água, a melhoria na comunicação através da instalação de postos telefônicos e a melhoria da sua renda, através da instalação de pequenas agroindústrias que lhes permitiram agregar maior valor ao seu produto.

Os entrevistados desta categoria entendem que os cursos de preparação dos conselheiros devem continuar com uma menor periodicidade. Terá que acontecer também uma maior troca de experiência entre os municípios, com a ida mais freqüente dos componentes da secretaria executiva. Todos foram unânimes em afirmar que o prazo de duração do

programa deve ser estendido por dois a três anos, nem que para tanto seja necessário reduzir os valores a serem repassados.

No capítulo seguinte, apresentamos uma síntese e as principais conclusões e recomendações deste estudo.

CAPÍTULO 5 - SÍNTESE, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentamos uma síntese da dissertação, incluindo os principais argumentos desenvolvidos na análise e os resultados obtidos. Além disso, apresentamos algumas sugestões e recomendações para o aperfeiçoamento do programa Pronaf Infra-Estrutura, além de algumas questões que poderão ser aprofundadas em futuros estudos.

5.2. SÍNTESE

O objetivo deste estudo foi avaliar a participação dos agricultores familiares quanto à aplicação de recursos do Pronaf Infra-Estrutura, tomando por base uma pesquisa de campo realizada em três municípios beneficiados pelo programa em Santa Catarina.

Este estudo tem como objetivo refletir sobre a descentralização político-administrativa, tendo como foco a participação dos agricultores familiares no processo decisório e na gestão dos recursos públicos. O programa Pronaf representa o início de um processo que tem como objetivo criar uma nova estratégia no estabelecimento de políticas públicas para o meio rural, tendo como enfoque central o fortalecimento da agricultura familiar.

Pela concepção proposta, ele deveria estimular a participação, compatibilizando seus propósitos com os interesses dos beneficiários e com a política agrícola e/ou as prioridades dos municípios e dos estados. Como decorrência, o programa é apresentado como um mecanismo que tem por objetivo descentralizar as decisões e gerir os recursos, na medida que exige a mobilização de esforços e talentos locais para pensar e agir em relação ao seu desenvolvimento rural. Por isso, entendemos que a proposta de desenvolvimento do Pronaf deve contemplar uma ruptura com as práticas desenvolvimentistas conservadoras do passado (ex., clientelismo e paternalismo). Contudo, o trabalho de campo constatou que a universalização dos direitos, a descentralização político-administrativa e a gestão democrática são processos em construção, cujos avanços variam de município para município. Há evidências de que o

município de Coronel Martins está mais avançado nesta prática que o de São Martinho, e o município de São Martinho está mais avançado que o de São João Batista, o qual ainda não rompeu com a forma conservadora de administração e gestão pública.

Apesar de todos os problemas evidenciados, entendemos que os conselhos municipais se constituem num espaço privilegiado de aproximação e negociação entre o poder público e a sociedade civil para formulação, gestão e avaliação das políticas públicas, democratizando a tomada de decisões e enfrentando os poderes locais. Esta prática pode ser observada mais intensamente no município de Coronel Martins. Os conselhos também se constituem em um importante aliado na reforma política, através da democratização da política local e na conquista da cidadania. Para que avanços ocorram, há necessidade da organização da sociedade através da pressão e da mobilização social. Entendemos que a participação é, sem dúvida, um mecanismo importante na democratização do estado e na incorporação dos setores populares na gestão pública. As abordagens participativas se caracterizam como um excelente instrumento da construção da participação, e, quando aplicados com a devida especificidade, flexibilidade e criatividade, podem estimular, em diferentes níveis, o processo social do desenvolvimento local.

5.3. CONCLUSÕES

Após a interpretação dos resultados obtidos, chegou-se às seguintes conclusões:

Há necessidade de que todas as entidades representativas dos agricultores familiares participem mais das decisões dos conselhos do Pronaf em nível federal e estadual (algumas entidades representativas dos agricultores familiares não têm participado, como o MST, a Fetrafesc e algumas ONGs);

Há necessidade de uma maior flexibilidade em relação às normas do programa, de forma a se adaptar as características de cada estado e município.

Deve-se aprimorar o processo de seleção dos municípios, incluindo entre os critérios uma avaliação quanto à organização dos agricultores familiares e à participação democrática nos CMDRs dos municípios a serem selecionados. Foi comprovado, nesta pesquisa, que no município considerado "a priori" como de baixa participação, não evoluiu significativamente na forma de organização dos agricultores familiares, nem em

uma forma de participação mais democrática do CMDR durante os quatro anos do programa. Embora os agricultores tenham-se manifestado satisfeitos com os resultados, esta prática não vai ao encontro dos objetivos do programa, entre eles o aprimoramento do processo participativo com vistas a atingir uma democracia participativa.

É necessário alterar o critério geral de seleção (que exige o enquadramento simultâneo de todas as exigências estabelecidas na seleção dos municípios), para evitar que municípios pobres fiquem fora do projeto. Temos como exemplo os do planalto catarinense, excluídos por não se enquadrarem em um dos critérios de seleção.

Há necessidade de um maior acompanhamento por parte da coordenação estadual do programa nos municípios contemplados, com vistas a conhecer, monitorar e avaliar melhor os resultados;

É preciso aprimorar o processo de comunicação entre os agricultores, CMDR e prefeituras municipais.

Há carência de uma melhor preparação de técnicos, conselheiros do CMDR, agricultores, secretários municipais de Agricultura e prefeitos sobre o papel que cada um deve desempenhar no processo.

Constatamos que o processo de seleção utilizado neste estudo para escolher “a priori” municípios de acordo com diferentes graus de participação (participação boa, média e baixa) foi confirmado pela pesquisa de campo.

Observou-se, também, que os recursos repassados nos quatro anos do programa não foram suficientes para realizar os investimentos inicialmente previstos, que eram de R\$ 1.000.000,00 por município.

Analisando as perguntas que a pesquisa se propõe a responder, chegou-se às seguintes conclusões:

Questão 1 - É possível, dentro da prática de participação existente, que, “auxiliados pela” exigência do Pronaf, os conselhos municipais de desenvolvimento rural consigam o espaço necessário para influenciar decisivamente na elaboração de políticas públicas?

Sim, é possível, um exemplo é o município de Coronel Martins.

Questão 2 - Considerando o nível atual de formação e participação dos agricultores, terão eles condições de participar ativamente da elaboração de políticas públicas?

Nem todos terão condições de participar ativamente do processo. Reconhecemos que este processo de mudança é gradual e que exige primeiro uma mudança na forma de pensar e agir dos atores envolvidos no processo, não só de parte dos agricultores familiares.

Questão 3 - Seriam necessárias grandes transformações em sua cultura para desempenhar esta importante função, que é a elaboração de políticas públicas?

Sim, é necessária a transformação da cultura existente através do aprimoramento dos mecanismos de comunicação e da formação dos agricultores familiares e outros participantes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR.

5.4. RECOMENDAÇÕES

Em função das evidências observadas neste trabalho de pesquisa, fazemos as seguintes recomendações para possíveis melhorias nos resultados do Pronaf infra-estrutura:

- alteração na composição do Conselho Estadual do Pronaf de forma que outras entidades representativas dos agricultores familiares tenham assento (Federação dos Agricultores Familiares, Movimento dos Agricultores Sem Terra, ONGs ligadas à agricultura familiar, cooperativas de crédito solidário a exemplo da Cresol);
- inclusão de parâmetros, entre os critérios de seleção dos municípios, que premiem os que tiverem os agricultores familiares mais organizados (CMDR consolidado, que tenha um tempo mínimo de existência), visando estimular os de outros municípios a se organizarem;
- Desenvolver estratégias de envolvimento dos agricultores familiares nos municípios considerados de baixa participação de forma a provocar a sua organização e a participação;
- revisão dos critérios de seleção, para flexibilizá-la no sentido de permitir a inclusão de municípios pobres que atualmente não são enquadrados no programa (por

exemplo, desenvolver um sistema de pontuação para cada característica que não seja excludente);

- realização de auditoria externa anual, de âmbito municipal, estadual e nacional, para avaliação dos resultados alcançados;
- maior acompanhamento dos participantes do Conselho Estadual do Pronaf e dos executores estaduais do programa aos municípios;
- realização de cursos para conselheiros e técnicos municipais, antes do ingresso do município no programa e ao longo de seu andamento;
- melhoria do processo de comunicação, de modo que os agricultores possam estar mais bem informados sobre o andamento do programa, principalmente no âmbito municipal (por exemplo, com reuniões nas comunidades, divulgação de rádio e através de material impresso);
- organização de eventos para facilitar a troca de experiências entre conselhos municipais, técnicos municipais, secretários municipais e prefeitos;
- criação de um fundo municipal de desenvolvimento rural, para a ampliação da participação dos atores na elaboração e gestão das políticas públicas dos municípios enquadrados no programa, como exigência de contrapartida para a inclusão do município no programa Pronaf, incluindo a alocação anual de recursos e a sua movimentação (esta recomendação tem como objetivo estimular a adoção do orçamento e da gestão participativa em todos os setores do poder público municipal).

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar.** Convênio FIPE/IPEA, 7/97,1997.
- ABREU, Lucimar Santiago de. **Considerações sobre o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: uma contribuição preliminar ao debate.** 2000. Disponível em: <http://www.unicamp.br> – sd.
- ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à idéia do desenvolvimento (rural) sustentável.** In: Almeida e Navarro (orgs.). **Reconstruindo a agricultura.** Porto Alegre: UFRGS,1998
- ALTAFIN, Iara Guimarães; DUARTE, Laura Maria G. **Desenvolvimento sustentável e o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38. Anais. Rio de Janeiro, 2000.
- ASSESSOAR/DESER: **Caracterização de diagnóstico dos sistemas de produção do sudoeste do Paraná.** Francisco Beltrão, 1994.
- AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antônio A. P. **Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva.** In: **Ciências Sociais Hoje.** São Paulo: ANPOCS/Vértice, p.122-152, 1991.
- BRANDEBURG, Alfio. **Agricultura familiar, Ongs e desenvolvimento sustentável.** Curitiba: UFPR,1999
- BRASIL/MDA. **O novo mundo rural: projeto de reformulação da reforma agrária em discussão pelo Governo.** Disponível em://www.incra.gov.br – 1997.
- BUARQUE, Sérgio C.: **Metodologia de planejamento do desenvolvimento sustentável.** Versão preliminar. IICA. Recife, 1995.
- CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José . **Diretrizes de políticas rurais para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local.** 1999. Disponível em: <http://www.unicamp.br> - sd.
- CAMPOS, E. B. & MACIEL, C.B. **Conselhos paritários: o enigma da participação e da construção democrática.** In: VIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Salvador/BA,1995
- CARNEIRO, Maria José. **Política de desenvolvimento e o “novo rural”** – Disponível em: <http://www.unicamp.br> , p. 37. 1999.

- COMASSETO, Vilmar. **A percepção dos prefeitos de Santa Catarina em relação aos conselhos municipais sob o contexto do desenvolvimento sustentável**. 2000. 171f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). UFSC.
- COMISSÃO ESTADUAL DA CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Relatório de ações desenvolvidas no estado**, até outubro de 1996. Florianópolis, 1996.
- CRANSTON, Maurice. Are There Any Human Rights? *Daedalus. Journal of the American Academy of Arts and Sciences*. Vol.112, n.4,1983
- DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada**. Cap.14: O espaço local: âncora da organização social, p. 369-387. São Paulo: Vozes, 1998.
- **Introdução ao planejamento municipal**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DELGADO, Guilherme Costa: **Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas – local: Ensaio e debates**,1994.
- DEMO, Pedro: **Política social, educação e cidadania**. Campinas, São Paulo, Papirus, 1994.
- DEY, I. **Qualitative data analysis, a user-friendly guide for social scientists**. Routledge, London,1993.
- EPAGRI-SC. **Plano municipal de desenvolvimento rural de São João Batista**. São João Batista, 1999.
- FAO. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável: Versão resumida do relatório final do Projeto UTF/BRA/036.FAO/INCRA**. 1994. 24 p.
- FAO. **A agricultura familiar na região sul**. PROJETO UTF/BRA/036/BRA. 1996. 62p.
- FAORO, Raymundo: A aventura liberal numa ordem patrimonialista. In: **Revista USP**, p. 14 – 29. nº 15, 1992.
- FELICÍSSIMO, José R. A descentralização do Estado frente às novas práticas e formas de ação coletiva. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n.2, 1994.
- FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. In: **Revista de Administração Pública**. v. 26, nº.4, p.105 – 113, 1992.
- FRANCO, A. Participação social e participação política: democracia e cidadania – o papel dos conselhos na reforma política – um programa de investigação. In: **Conselhos Municipais e políticas sociais**. Orgs. Sobra, Neves & Carvalho. Rio de Janeiro, IBAM, 1995.
- FREY, Klaus. **Desenvolvimento sustentável, democracia e gestão municipal: fundamentos teóricos-conceituais para um modelo democratizante de gestão ambiental para municípios**. Florianópolis,1998.

- GEILFUS, Franz. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo e evaluación.** Prochamate - IICA, San Salvador, El Salvador. 1997, 208 p.
- GRZIYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais do campo.** Rio de Janeiro, Fase, Vozes, 1987.
- HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Rio de Janeiro, Vozes, 1999. 224 p.
- HARDIM, Garret. **The tragedy of the commons.** In: Hardin, Garret und Baden, John (orgs.) *Managing the commons.* San Francisco : Freemann, 1997.
- IBGE. Censo Econômicos de 1985. **Censo Agropecuário.** Número 23 – Santa Catarina. Rio de Janeiro/RJ, 1991.
- IBGE. Censo Econômicos de 1995. **Censo Agropecuário.** Número 23 – Santa Catarina. Rio de Janeiro/RJ, 1996.
- LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar.** 2 ed. Campinas: São Paulo. Unicamp, 1997
- MARSHAL, T.H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro. Zahar, 1967
- MARX, Karl. **O método da economia política. Os pensadores.** São Paulo, abril, 1974.
- MELO, Marcos A. **Crise confederativa, guerra fiscal e “hobbianismo municipal”: efeitos perversos da descentralização?** In *São Paulo em perspectivas*, v. 10, n. 3, 1996.
- MDA. Secretaria da Agricultura Familiar. **Quadro de Metas do Pronaf Infra-estrutura. Exercício Fiscal 2001.** Brasília, 2001.
- NAVARRO, Zander. **Democracia, cidadania e representação: Os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul,** 1996
- PATTON, M.Q. **Qualitative evaluation and research methods.** Sage, London, 1990.
- PINHEIRO, S.L.G.; PEARSON, C.J.; CHAMALA, S. **Enfoque sistêmico, participação e sustentabilidade: Novos paradigmas para o desenvolvimento rural?** *Revista Agropecuária Catarinense.* Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 18-22, mar./1997.
- PINHEIRO, Sérgio L.G. **Paradigm shifts in agricultural research, development and extension: A case study in Santa Catarina, Brazil.** Tese (Doutorado). University of Sydney, Austrália.
- PRONAF. **Normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Brasília, 1996. 37 p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS. **Plano municipal de desenvolvimento rural sustentável.** Secretaria Municipal de Agricultura. Coronel Martins, 1998.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR GERCINO. **Plano municipal de desenvolvimento sustentável.** Major Gercino, 1997.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO. **Plano de desenvolvimento rural.** Secretaria Municipal de Agricultura. São Martinho, 1997.
- PRETTY, Jules. **Regenerating Agriculture.** Policies and practices for sustainability and self-reliance. Londres: Earthscan, 1995
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986
- SEIBEL, E J. **Cultura política e gestão pública: os limites político-administrativos para a efetivação de políticas públicas.** 1996. Mimeo.
- SILVA, Enid Rocha Andrade.. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: **Uma avaliação das ações realizadas no período 1995/1998.** Brasília. IPEA, 1999.
- STEIN, Rosa Helena. A descentralização como instrumento de ação política e suas controvérsias. **Serviço Social e Sociedades**, nº 54, p.26-37, 1994.
- STRAUSS, A.L.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research.** Grounded theory procedures and techniques, Sage, London, 1990.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Entendendo o papel das políticas públicas no desenvolvimento local e transformação da realidade,** 1993. Mimeo.
- TESTA, Vilson M. et al. **O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense (Proposta para discussão).** Florianópolis: Epagri, 1996.
- THIOLLENT, Michel. **Pesquisa – ação nas organizações.** São Paulo: Atlas, 1997.
- TURNER, Bryan. Outline of a Theory of Citizenship. **Sociology. The Journal of the British Sociological Association.** Vol. 24.n.2, 1990.
- VIEIRA, Liszt : **Cidadania e globalização.** Rio de Janeiro: Record, 1999.
- VILELA, Sérgio Luiz de O. **Qual a saída para o campo brasileiro.** In: XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Anais. Caxambu/MG, 1996.

7. ANEXOS

ANEXO 1 – RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM ORDEM ALFABÉTICA

Nº	NOME DO ENTREVISTADO	ATIVIDADE	CIDADE
1	Adair Cardoso	Agricultor	Coronel Martins
2	Adolfo Nunes Corrêa	Ex-Secretário Executivo Pronaf	Florianópolis
3	Airton Mezalira	Agricultor	Coronel Martins
4	Alcides Smaniotto	Agricultor	Coronel Martins
5	Aloisio Schmidt	Agricultor	São Martinho
6	Altamiro Borges	Agricultor e Conselheiro	Major Gercino
7	Anderson Dalcenter	Secretário Municipal Agricultura	São João Batista
8	Antônio Bandeira	Agricultor	Coronel Martins
9	Antônio Heinzen	Agricultor	São Martinho
10	Ari Cecatto	agricultor	Coronel Martins
11	Ari Celso de Souza	Agricultor e Conselheiro	São João Batista
12	Beijamin Balmann	Agricultor	Coronel Martins
13	Benoni Miguel Zunino	Agricultor e Conselheiro	Major Gercino
14	Bertoldo Wenz	Agricultor e Conselheiro	São Martinho
15	Bruno Geraldo Nack	Agricultor	São Martinho
16	Bruno Schotten	Agricultor	São Martinho
17	Carlos Nery R. Cavalheiro	Coordenador Estadual Pronaf	Florianópolis
18	Celso Onofre	Agricultor e Conselheiro	São Martinho
19	Cideni Laurete	Agricultor	São Martinho
20	Cristina Heidmann	Agricultora	São Martinho
21	Daniel Formento	Agricultor	São João Batista
22	Dauri Heerdt	Agricultor	São Martinho
23	Deonizio Sotoriva	Agricultor	Coronel Martins
24	Djalma Guimarães	Secretario Executivo Pronaf	Florianópolis
25	Edson Battisti Archer	Técnico atuação Regional - Epagri	São João Batista
26	Emílio May	Agricultor	Coronel Martins
27	Érico Puel	Agricultor	São João Batista

(Anexo 1 – Cont.)

(Anexo 1 – continuação)

28	Erlindo Mazzera	Extensionista Rural da Epagri	Major Gercino
29	Estélio Feuser	Agricultor e Conselheiro	São Martinho
30	Euclides da Silva	Agricultor	Coronel Martins
31	Evair Carlos Baldissera	Agricultor	Coronel Martins
32	Evandro Bambinet	Técnico Agrícola da Prefeitura	Major Gercino
33	Fábio Búrigo	Coordenador Técnico Cepagro	Florianópolis
34	Francisco Brito	Economista do Icepa	Florianópolis
35	Francisco Effeting	Agricultor	São Martinho
36	Francisco Leopoldo Frederico	Agricultor	São João Batista
37	Francisco Teixeira	Secretario Municipal Administração	Coronel Martins
38	Genuino Bertran	Agricultor	Coronel Martins
39	Gibrair Madela	Agricultor Coord.COMDR /Pres.Sind.	Coronel Martins
40	Glademir José Rosa	Técnico Epagri/Diretor de Agricultura	Coronel Martins
41	Heitor de Sennes Pinto	Médico Veterinário Prefeitura	Coronel Martins
42	Hélio Peixer	Agricultor	São João Batista
43	Idemar Bolzam	Agricultor	Coronel Martins
44	Irineu Paulo Battisti	Extensionista Rural da Epagri	São João Batista
45	Isac Zunino	Agricultor	São João Batista
46	Jair Sebastião de Amorim	Prefeito Municipal	São João Batista
47	João M. Vargas Ramos	Agricultor e Conselheiro	Coronel Martins
48	José Albio Heullmann	Agricultor e Conselheiro	São Martinho
49	José Carlos Madruga da Silva	Ex-Secretário Executivo Cederural	Florianópolis
50	José Espanhol	Agricultor	Coronel Martins
51	José Henrique Herdt	agricultor	São Martinho
52	José Raulino Filho	Agricultor	São João Batista
53	José Sardo	Agricultor e Conselheiro	São João Batista
54	José Shottem	Secretário Municipal de Obras	São Martinho
55	José Treinott	Agricultor	São João Batista

(Anexo 1 – Cont.)

(Anexo 1 – continuação)

56	Ladir Lunardi	Agricultor e Conselheiro	Coronel Martins
57	Lautério de Barros	Agricultor	Coronel Martins
58	Leo Back	Agricultor	São Martinho
59	Leonizio Previatti	Agricultor	Coronel Martins
60	Lindomar Rousseng	Agricultor	São Martinho
61	Lourival Santos	Prefeito Municipal	Major Gercino
62	Lucas Feuser	Madeireiro	São Martinho
63	Luiz Antônio da Silva	Agricultor	Coronel Martins
64	Luiz Augusto Araújo	Técnico Atuação Regional - Epagri	Tubarão
65	Luiz Carlos Kock	Agricultor	São Martinho
66	Marcio Mendes Martini	Agricultor	São João Batista
67	Mario Puel	Agricultor	São João Batista
68	Maurício Aristides Sobczak	Presidente da Fetaesc	Florianópolis
69	Maurilio Trombeli	Agricultor, Conselheiro e Pres. Sindic.	São João Batista
70	Milton José Heerdt	Agricultor	São Martinho
71	Nilton Silveira	Agricultor	São João Batista
72	Norival Maas	Prefeito Municipal	São Martinho
73	Osni Zunino	Agricultor, Conselheiro e Pres. CMDR	São João Batista
74	Paulo Defreyn da Silva	Agricultor	São Martinho
75	Paulo Roberto Moritz	Supervisor Técnico da C.E.F.	Florianópolis
76	Paulo Svernini	Agricultor	Coronel Martins
77	Pedro Belato	Agricultor	Coronel Martins
78	Pedro Campanholo	Agricultor e Presidente Copercel	Coronel Martins
79	Renê Caraceki	Agricultor e Conselheiro	Coronel Martins
80	Saul Zardo	Agricultor	São João Batista
81	Sebastião G. Pagani Vieira	Técnico Epagri e Presidente CMDR	São Martinho
82	Severino Eftting	Agricultor e Conselheiro e Pres. Sind.	São Martinho
83	Sinésio José Silveira	Agricultor, Conselheiro e Pres. CMDR	Major Gercino

(Anexo 1 – continua)

(Anexo 1 – conclusão)

84	Tarcísio Campana	Agricultor	Coronel Martins
85	Teofilo Wenz	Agricultor	São Martinho
86	Teresinha Hooepers Pacheco	Agricultora	São Martinho
87	Titus Hulse	Agricultor	São Martinho
88	Valdocir Paulo Girardi	Agricultor	Coronel Martins

ANEXO 2 - PERGUNTAS FORMULADAS AOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS

Nº	TEMA	PERGUNTAS A SEREM FORMULADAS
1	Dados do entrevistado	1 – Nome? 2 – Município?..... Comunidade? 3 – Posição perante a família? 4 – Idade? 5 – Estado Civil? 6 - Nº de Filhos? Idade? Sexo? 7 – Escolaridade de todos os componentes? 8 – Etnia de origem? 9 – Área da propriedade: _____ / ha
2	Conhecimento e objetivo do programa	Você conhece o programa Pronaf? Para que serve?
3	Benefícios/Diferenças causadas pelo Programa	Na sua opinião ele tem ajudado os agricultores? De que forma? Cite um exemplo prático de alguma infra-estrutura beneficiada pelo programa no seu município?
4	Participação comunitária e Avaliação dos Conselhos quanto a Aplicação dos Recursos	1 – Você participou de alguma reunião para discutir como deveria ser aplicado os recursos do Programa? 2 – Se não participou Por quê? 3 – O seu município tem um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural? 4 – Você conhece algum participante do Conselho? 5 – Você participou da escolha do/ dos participante do Conselho? 6 – Você escutou alguma crítica quanto a atuação do Conselho? 7 – Na sua avaliação você acha que o Conselho está bom? 8 – De que forma o Conselho poderia melhorar? 9 – Você acha importante a existência do Conselho? Por quê? 10 – Todas as entidades que representam os agricultores estão participando do Conselho? 11 – Você acha que os recursos do Pronaf estão sendo bem aplicados? Por quê?

(Anexo 2 – continua)

(Anexo 2 – continuação)

		12 – Quais as coisas que foi selecionado para o seu município?
5	Satisfação dos Produtores e Prefeituras	<p>1 – Você esta contente com que foi selecionado? Por quê?</p> <p>2 – Os agricultores estão contentes com o que foi selecionado? Por quê?</p> <p>3 – Eles tem defendido o outras ações?</p> <p>4 – Você acha que as estruturas criadas permanecerão ao longo do tempo?</p> <p>5 – Você acha que os agricultores terão condições financeiras para manter as estruturas criadas? Por quê?</p> <p>6 – Você acha que o programa esta ajudando a melhorar a vida dos agricultores? Por quê? Cite exemplos.</p> <p>7 – Na sua opinião o que um programa de desenvolvimento deveria Ter?</p> <p>8– Você acha que o programa esta ajudando o desenvolvimento do município?</p> <p>9 – Você tem notado interesse da prefeitura em relação ao programa? Por quê?</p> <p>10 – O que você acha que o Programa poderia melhorar?</p> <p>11 – Algum outro comentário?</p>

ANEXO 3 - PERGUNTAS FORMULADAS AOS TÉCNICOS

Nº	TEMA	PERGUNTAS A SEREM FORMULADAS
1	Dados do Entrevistado	1 – Nome? 2 – Função? 3 – Entidade que representa? 4 – Há quanto tempo está na função? 5 – Formação? 6 – Experiência Profissional?
2	Conhecimento do Objetivo do Programa	1 – Você conhece os objetivos do Pronaf? 2 – Quais são?
3	Benefícios/Diferenças causadas pelo programa	1 – Na sua opinião ele tem ajudado os agricultores? 2 - De que forma? 3 – Cite um exemplo de uma infra-estrutura que você acha que teve um bom resultado.
4	Participação Comunitária e Avaliação dos Conselhos quanto à Aplicação dos Recursos	1 – Você participou de alguma reunião para discutir como deveriam ser aplicados os recursos do Programa? 2 – Se não participou, por quê? 3 – Você conhece o funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural? 4 – Você conhece algum participante do Conselho? 5 – Você já escutou alguma crítica ao Conselho? 6 – Você acha que o Conselho está efetivamente participando na decisão onde aplicar os recursos? 7 – Se não, por quê? 8 – De que forma se poderia melhorar a participação dos conselheiros na participação nas decisões? 9 – Você acha importante a existência do Conselho? Por quê? 10 – Você acha que todas as entidades representativas dos agricultores estão participando do Conselho? 11 – Você acha que os recursos do Pronaf estão sendo bem aplicados? Por quê?
5	Satisfação dos Produtores e Prefeituras	1 - Você está contente com o que vem sendo selecionado? Por quê? 2 – Você acha que os agricultores estão contentes com o que foi selecionado?

(Anexo 3 – continua)

(Anexo 3 – continuação)

5	Satisfação dos produtores e prefeituras	<p>3 – Eles têm defendido outras ações?</p> <p>4 – Você acha que as estruturas implantadas com o Programa permanecerão ao longo do tempo?</p> <p>5 – Você acha que os quatro anos são suficientes? Por quê?</p> <p>6 – Na sua opinião o que um programa de desenvolvimento deveria ter que não existe no Pronaf?</p> <p>7 – Você acha que o Programa está ajudando o desenvolvimento do município?</p> <p>8 – Você acha que o Programa está ajudando a melhorar a vida do agricultor? Por quê? Cite exemplos.</p> <p>9 – A Prefeitura Municipal tem demonstrado interesse em relação ao Programa? Por quê?</p> <p>10 – Você acha que os recursos estão sendo suficientes? Por quê?</p> <p>11 – Você acha que os agricultores terão dificuldades em manter as estruturas após o encerramento do prazo do Programa? Por quê?</p> <p>12 – Que sugestões você daria para melhorar o Programa?</p>
---	---	---

ANEXO 4 - PERGUNTAS FORMULADA AS LIDERANÇAS REGIONAIS E ESTADUAIS

Nº	TEMA	PERGUNTAS A SEREM FORMULADAS
01	Dados do Entrevistado	1 – Nome? 2 – Função? 3 – Há quanto tempo está na função? 4 – Entidade que representa? 5 – Formação?
02	Conhecimento e Objetivo do Programa	1 – O Sr. conhece o objetivo do Programa Pronaf? 2 – Qual é o objetivo do Programa?
03	Benefícios/ Diferenças causadas pelo Programa	1 – Na sua opinião ele tem ajudado os agricultores? 2 – De que forma? 3 – Cite um exemplo prático de alguma infraestrutura beneficiada pelo Programa que o Sr. Conhece?
04	Participação Comunitária e Avaliação dos Conselhos Quanto a Aplicação dos Recursos	1 – O Sr. participou de alguma reunião para discutir o Programa Pronaf? 2 – Se não participou Por quê? 3 – O Sr. participa do Conselho Estadual do Pronaf? 4 – O Sr. acha que o Conselho Estadual tem conseguido interferir no Programa Pronaf ? De que forma? Exemplifique? 5 – Na entidade que o Sr. Representa houve alguma discussão em relação as normas do Programa? Quais foram? 6 – O Sr. Acha que todas entidades estão representadas no Conselho Estadual? 7 – O Sr. Tem acompanhado a atuação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural? 8 – O Sr. Acha que estão funcionando Bem? Por quê? 9 – O Sr. Acha que os recursos do Programa estão sendo bem aplicados? Por quê?

(Anexo 4 – continua)

(Anexo 4 – continuação)

5	Satisfação dos Produtores e Prefeituras	<ol style="list-style-type: none">1 – O sr. acha que os agricultores estão contentes com o que foi selecionado? Por quê?2 – Na sua opinião eles tem defendido outras ações ou benefícios? Por quê?3 – O sr. acha que as estruturas criadas permanecerão ao longo do tempo? Por quê?4 – O sr. acha que o programa tem ajudado a melhorar a vida do agricultor? Por quê? Cite Exemplos?5 – Na sua opinião o que um programa de desenvolvimento deveria ter?6 – Na sua opinião as prefeituras municipais tem demonstrado interesse em relação ao programa? Por quê?7 – Na sua opinião o programa está ajudando o desenvolvimento dos municípios?8 – Na sua opinião o que pode ser melhorado no programa?
---	---	--

ANEXO 5 – SOMATÓRIO DAS RESPOSTAS DOS AGRICULTORES

Pergunta formulada	Coronel Martins	%	São João Batista	%	São Martinho	%	Total	%
Escolaridade do entrevistado:								
Até o 4º ano primário	14	73,7	08	66,6	11	55	33	64,7
1º grau incompleto	01	5,3	02	16,7	02	10	05	9,8
1º grau completo	03	15,7	00	0,0	00	0,0	03	5,9
2º grau incompleto	01	5,3	00	0,0	06	30	07	13,7
2º grau completo	00	0,0	02	16,7	01	5	03	5,9
Superior incompleto	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Superior completo	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
1.3. Posição perante a família:								
Proprietário	23	95,8	11	78,6	19	82,6	53	86,9
Filho	01	4,2	03	21,4	02	8,7	06	9,8
Esposa	00	0,0	00	0,0	02	8,7	02	3,3
1.4. Idade entrevistado:								
Até 30 anos	01	4,8	03	21,4	01	4,5	05	8,8
31 a 40 anos	08	38,1	00	0,0	08	36,4	16	28,1
41 a 50 anos	05	23,8	03	21,4	04	18,2	12	21,0
51 a 60 anos	04	19,0	06	42,9	05	22,7	15	26,3
acima 60 anos	03	14,3	02	14,3	04	18,2	09	15,8
1.5. Estado civil								
Casado	24	100,0	11	78,6	18	81,8	53	88,3
Solteiro	00	0,0	03	21,4	02	9,1	05	8,3
Viúvo	00	0,0	00	0,0	02	9,1	02	3,4
1.6. Número de filhos:								
Até 2 filhos	09	40,1	04	33,3	07	35	20	37,0
Com 3 filhos	03	13,6	03	25	05	25	11	20,4
De 4 a 5 filhos	07	31,8	05	41,7	04	20	16	29,6
Mais de 5 filhos	03	13,6	00	0,0	04	20	07	13,0
1.7.1. Escolaridade filhos com idade até 20 anos:								
Até o 4º ano primário	06	28,6	03	30	03	2,5	12	21,8
1º grau incompleto	10	47,6	05	50	08	33,3	23	41,8
1º grau completo	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0

(Anexo 5 – continua)

(Anexo 5 – continuação)

1.7.1. Escolaridade filhos com idade até 20 anos:								
2º grau incompleto	02	9,5	00	0,0	13	54,2	15	27,3
2º grau completo	03	14,3	02	20	00	0,0	05	9,1
Superior incompleto	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Superior completo	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
1.7.2. Escolaridade filhos com idade acima 20 anos:								
Até o 4º ano primário	29	76,3	03	15	06	33,3	38	50,0
1º grau incompleto	05	13,2	06	30	02	11,1	13	17,1
1º grau completo	00	0,0	01	5	00	0,0	01	1,3
2º grau incompleto	00	0,0	00	0,0	02	11,1	02	2,6
2º grau completo	03	7,9	06	30	05	27,7	14	18,5
Superior incompleto	01	2,6	01	5	03	17,7	05	6,6
Superior completo	00	0,0	03	15	00	0,0	03	3,9
1.8. Etnia								
Italiana	14	58,3	08	57,1	01	4,5	23	38,3
Alemã	01	4,2	01	7,1	21	95,5	23	38,3
Polonesa	01	4,2	00	0,0	00	0,0	01	1,7
Brasileira	08	33,3	05	35,8	00	0,0	13	21,7
2.1. Você conhece o programa Pronaf?								
Desconhece	00	0,0	00	0,0	02	8,7	02	3,4
Conhece pouco	08	34,8	09	64,3	12	52,2	29	48,3
Conhece muito	15	65,2	05	35,7	09	39,1	29	48,3
3.1. Na sua opinião ele tem ajudado os agricultores?								
Desconhece	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Em parte	00	0,0	01	6,7	01	4,5	02	3,4
Muito	21	100,0	14	93,3	21	95,5	56	96,6
4.1. Você participou de alguma reunião para discutir como deveria ser aplicado os recursos do Programa?								
Sim	15	71,4	06	40	11	47,8	32	54,5
Não	06	28,6	09	60	12	52,2	27	45,8

(Anexo 5 – continua)

(Anexo 5 – continuação)

4.2. Se não participou, por quê?								
Não foi convidado	02	66,7	04	44,4	05	62,5	11	55,0
Não teve interesse	00	0,0	03	33,4	01	12,5	04	20,0
Não pôde ir	01	33,3	02	22,2	02	25	05	25,0
4.3. O seu município tem um CMDR?								
Sim	17	100,0	15	100	23	100,0	55	100,0
Não	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
4.4. Você conhece algum participante do CMDR?								
Sim	20	91,0	09	69,2	22	100,0	51	89,5
Não	02	9,0	04	30,8	00	0,0	06	10,5
4.5. Você participou da escolha dos participantes do CMDR?								
Sim	07	53,8	01	9,1	09	45	17	38,6
Não	06	46,2	10	90,9	11	55	27	61,4
4.6. Você escutou alguma crítica quanto a atuação do CMDR?								
Sim	02	12,5	03	38	01	5,3	06	14,0
Não	14	87,5	05	62	18	94,7	37	86,0
4.7. Na sua avaliação você acha que o Conselho está bom?								
Sim	14	87,5	07	70	16	80	37	80,4
Não	02	12,5	03	30	04	20	09	19,6
4.9.1. Você acha importante a existência do Conselho?								
Sim	16	100,0	12	100	20	100,0	48	100,0
Não	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
4.10. Todas as entidades que representam os agricultores estão participando do Conselho?								
Sim	02	40,0	01	50	01	33,3	04	40,0
Não	03	60,0	01	50	02	66,7	06	60,0

(Anexo 5 – continua)

(Anexo 5 – continuação)

4.11.1. Você acha que os recursos do Pronaf estão sendo bem aplicados?								
Sim	17	100,0	12	92,3	15	93,8	44	95,7
Não	00	0,0	01	7,7	01	6,2	02	4,3
4.12. - Quais as coisas que foram selecionadas para o seu município?								
Desconhece	02	11,7	00	0,0	01	5,3	03	5,8
Conhece pouco	07	41,2	10	63	13	68,4	30	57,7
Conhece muito	08	47,1	06	37	05	26,3	19	36,5
5.1.1. Você está contente com o que foi selecionado?								
Sim	09	100,0	11	78,6	15	83,3	35	85,4
Não	00	0,0	03	21,4	03	16,7	06	14,6
5.2.1 - Os agricultores estão contentes com o que foi selecionado?								
Sim	15	100,0	13	100	16	88,9	44	95,7
Não	00	0,0	00	0,0	02	11,1	02	4,3
5.3 - Eles têm defendido outras ações ?								
Sim	02	22,2	02	20	04	25	08	22,9
Não	07	77,8	08	80	12	75	27	77,1
5.4 - Você acha que estruturas criadas ermacene--cerão ao longo do tempo ?								
Sim	16	94,1	09	69,2	12	92,3	37	86,0
Não	01	5,9	04	30,8	01	7,7	06	14,0
5.5.1 - Você acha que os agricultores terão condições financeiras para manter as estruturas criadas?								
Sim	12	85,7	05	45,5	15	83,3	32	74,4
Não	02	14,3	06	54,5	03	16,7	11	25,6
5.6.1- Você acha que o programa está ajudando a melhorar a vida dos agricultores?								
Sim	20	100,0	12	92,3	17	89,5	49	94,2
Não	00	0,0	01	7,7	02	10,5	03	5,8

(Anexo 5 – continua)

(Anexo 5 – continuação)

Pergunta Formulada	Coronel Martins	%	São João Batista	%	São Martinho	%	Total	%
5.7 - Você acha que o programa está ajudando o desenvolvimento do município ? Sim Não	17 00	100,0 0,0	09 00	100 0,0	13 01	92,9 7,1	39 01	97,5 2,5
5.8.1 - Você tem notado o interesse da prefeitura em relação ao programa? Sim Não	17 02	89,5 10,5	14 00	100 0,0	17 02	89,5 10,5	48 04	92,3 7,7
Área das propriedades:								
0 a 10 ha	05	23,8	02	16,7	01	5	08	15,1
11 a 20 has	08	38,1	04	33,3	01	5	13	24,5
21 a 30 has	03	14,3	06	50	06	30	15	28,3
31 a 40 has	03	14,3	00	0,0	03	15	06	11,3
41 a 50 has	00	0,0	00	0,0	01	05	01	1,9
50 a 100 has	02	9,5	00	0,0	04	20	06	11,3
acima de 100 ha	00	0,0	00	0,0	04	20	04	7,6
Principal Atividade:								
Milho	09	75	01	7,7	01	8,3	11	29,7
Feijão	01	8,3	01	7,7	00	0,0	02	5,4
Gado de leite	02	16,7	01	7,7	08	66,7	11	29,7
Fumo	00	0,0	07	53,8	02	16,7	09	24,4
Outros	00	0,0	03	23,1	01	8,3	04	10,8

ANEXO 6 - RESPOSTAS DAS PERGUNTAS DESCRITIVAS

Pergunta 2.2 – Para que serve o programa Pronaf?

Município de Coronel Martins

- Ajudou a instalar a cooperativa de leite - 3 citações.
- Melhorou o preço do leite - 2 citações.
- Ajudar a agricultura - 2 citações.
- Trazer investimento e melhorar a renda do agricultor – 1 citação.
- Ajudar os agricultores -1 citação.
- Beneficiar o povo - 1 citação.
- Ajudar no desenvolvimento - 1 citação.
- Incrementar valores na propriedade - 1 citação.
- Possibilitar investimentos - 1 citação.
- Ajudar agregar valor à produção - 1 citação.
- Trouxe benefícios para a comunidade - 1 citação.
- Trouxe lixeira tóxica e um monte de coisas - 1 citação.
- Promover o coletivo - 1 citação.

Município de São Martinho

- Ajudar o agricultor 9 citações.
- Ajudar com sementes e máquinas - 1 citação.
- Ajudar com alguma coisa - 1 citação.
- Ajudar com máquinas e telefone - 1 citação.
- Acha bom - 1 citação.
- Ajudar com silo e telefone - 1 citação.
- Ajudar o pequeno agricultor - 1 citação.
- Não faz idéia - 1 citação.
- Trazer coisas importantes para os agricultores - 1 citação.

- Responsabilizar o agricultor - 1 citação.

Município de São João Batista

- Para ajudar o agricultor - 1 citação.
- Ajudar a comprar máquinas, instalar redes de água e outros benefícios - 1 citação.
- Fortalecer a agricultura familiar - 1 citação.
- Ajudar a desenvolver o município - 1 citação.

Pergunta 3.2 – De que forma tem ajudado o agricultor?

Município de Coronel Martins

- Melhorou o preço do leite - 4 citações.
- Melhorando a sua renda - 2 citações.
- Instalando rede de água e a cooperativa de leite – 2 citações.
- Possibilitou a criação da cooperativa de leite – 2 citações.
- Com a vinda de resfriadores, rede de água e a cooperativa de leite - 1 citação.
- Vinda de equipamentos - 1 citação.
- Na organização do leite - 1 citação.
- Na vinda de lixeira tóxica e poços artesianos - 1 citação.
- Ajudou a comunidade - 1 citação.
- Organizando a cooperativa - 1 citação.

Município de São Martinho

- Com sementes e máquinas – 3 citações.
- Com sementes – 3 citações.
- Com máquinas – 3 citações.
- Com a vinda de máquinas, secador de grãos e silo armazenador de grãos – 2 citações.
- Com telefone – 2 citações.
- Com sementes e outras coisas - 1 citação.
- Com balança, silo e equipamentos - 1 citação.

- Ajudando o agricultor - 1 citação.
- Responsabilizando o agricultor - 1 citação.

Município de São João Batista

- Com máquinas e rede de água – 13 citações.
- ajudando o agricultor - 1 citação.

Pergunta 3.3 – Cite um exemplo prático de alguma infra-estrutura beneficiada pelo programa em seu município.

Município de Coronel Martins

- Cooperativa de leite – 7 citações.
- Caminhão para transportar o leite – 2 citações.
- Lixeira tóxica - 1 citação.
- Cooperativa e rede de água - 1 citação.
- Caminhão do leite e ensiladeira - 1 citação.

Município de São Martinho

- Máquinas – 4 citações.
- Sementes – 3 citações.
- Telefone – 2 citações.
- Silo e máquinas - 1 citação.
- Silo e secador de grãos - 1 citação.
- Telefone e silo - 1 citação.
- Câmara fria - 1 citação.
- Máquinas e outras coisas - 1 citação.
- Sementes e secador - 1 citação.
- Sementes e máquinas - 1 citação.
- Balança e silo - 1 citação.
- Ensiladeira e retroescavadeira - 1 citação.
- Máquinas, ensiladeira e lixeira tóxica - 1 citação.
- Silo e ensiladeira - 1 citação.

Município de São João Batista

- Máquinas – 7 citações.
- Rede de água – 3 citações.
- Máquinas e rede de água - 1 citação.
- Lixeira tóxica - 1 citação.

Pergunta 4.8 – De que forma o conselho poderia melhorar?

Município de Coronel Martins

- Discutir mais os assuntos - 1 citação.
- Deveria ser mais deliberativo - 1 citação.
- Melhorar a comunicação - 1 citação.
- Repassar as informações - 1 citação.
- Fazer reuniões do CMDR nas comunidades - 1 citação.

Município de São Martinho

- Melhorar a comunicação – 4 citações.

Município de São João Batista

- Melhorar a informação - 1 citação.
- Dar mais informação do financiamento - 1 citação.
- Dar mais esclarecimentos - 1 citação.
- Todos devem participar da reunião - 1 citação.
- Maior organização - 1 citação.
- Maior independência em relação à Prefeitura - 1 citação.
- Dedicção exclusiva do Presidente - 1 citação.

Pergunta 4.9.2 – Por que você acha importante o CMDR?

Município de Coronel Martins

- Repassa informações – 2 citações.

- Discute tudo para a agricultura - 1 citação.
- Não precisa correr para resolver os problemas - 1 citação.
- Envolve as pessoas - 1 citação.
- Mais pessoas ajudam a tomar as decisões - 1 citação.
- Se não há coisas não vai - 1 citação.
- Forma de repartir responsabilidade - 1 citação.
- Fiscaliza o uso dos recursos - 1 citação.
- Sabe o que a comunidade precisa - 1 citação.
- Serve para unir o grupo - 1 citação.
- Dizer o que a comunidade sente - 1 citação.
- Trazer coisas para a comunidade - 1 citação.

Município de São Martinho

- Para ajudar os agricultores – 2 citações.
- Organiza a comunidade - 1 citação.
- São os seus representantes - 1 citação.
- O agricultor é beneficiado - 1 citação.
- Olhar pela comunidade - 1 citação.
- Traz benefícios para a comunidade - 1 citação.
- Traz informações - 1 citação.
- Mantém os agricultores informados - 1 citação.
- Ajuda a tomar decisões - 1 citação.

Município de São João Batista

- Acompanha as coisas – 2 citações.
- Ajuda a comunidade – 2 citações.
- Participa da decisão - 1 citação.
- Alguém tem que fazer alguma coisa – 1 citação.

Pergunta 4.11.2 – Porque você acha que os recursos do Pronaf estão sendo bem aplicados?

Município de Coronel Martins

- Não vê outra aplicação – 1 citação.
- Não está participando – 1 citação.
- Os agricultores não tinham condições financeiras de comprar os resfriadores – 1 citação.
- O povo está contente – 1 citação.
- Está dando um incentivo ao povo – 1 citação.
- O povo participa com uma visão social – 1 citação.
- Tem ouvido o pessoal falar – 1 citação.
- Veio ao encontro das necessidades – 1 citação.
- Escutou o Presidente do CMDR falar – 1 citação.
- Além de ajudar na produção, ajuda a agregar valor ao produto – 1 citação.
- Devido à vinda da lixeira tóxica e os postos telefônicos – 1 citação.

Município de São Martinho

- Têm vindo coisas boas e bem escolhidas - 1 citação.
- Está vendo os resultados - 1 citação.
- Estão aproveitando e usando as ensiladeiras - 1 citação.
- Está atendendo o que queremos - 1 citação.
- Participação do CMDR - 1 citação.
- Agricultores estão participando das decisões - 1 citação.
- É discutido como vai ser aplicado os recursos - 1 citação.
- O prefeito falou - 1 citação.
- O que foi escolhido está sendo bem aproveitado - 1 citação.

Município de São João Batista

- Por causa dos benefícios - 1 citação.
- A maioria dos agricultores está contente - 1 citação.
- Podia fazer mais coisas - 1 citação.
- Foi bem escolhido - 1 citação.

- Aplicou no que o agricultor precisava - 1 citação.
- Pontos fundamentais foram escolhidos - 1 citação.

Pergunta 5.1.2 – Por que você está contente com o que foi selecionado?

Município de Coronel Martins

- Foi o melhor para o município – 1 citação.
- O que veio está ajudando muito – 1 citação.

Município de São Martinho

- Estamos participando da decisão – 5 citações.
- Esta ajudando o agricultor – 2 citações.
- Não tem o que reclamar – 1 citação.
- Falta trator – 1 citação.
- Esta descontente porque telefone financiado não está funcionando – 1 citação.

Município de São João Batista

- Está utilizando – 2 citações.
- Foi bem escolhido – 2 citações.
- Por causa das máquinas disponíveis – 2 citações.
- Tem dado bons resultados – 1 citação.
- Esta descontente por problemas da aplicação financeira – 1 citação.

5.2.2 – Porque os agricultores estão contentes com o que foi selecionado?

Município de Coronel Martins

- Coopercel – 9 citações.
- Participação – 3 citações.
- Organização do leite – 1 citação.
- Resfriador – 1 citação.
- Caminhão do leite – 1 citação.
- Rede de água – 1 citação.
- Industrialização – 1 citação.
- Lixeira tóxica - 1 citação.

Município de São Martinho

- Máquinas – 11 citação.
- Participação – 5 citações.
- Telefone – 2 citações Rede de água – 1 citação.
- Parcialmente (falta trator) – 1 citação.
- Programa de sementes – 1 citação.

Município de São João Batista

- Máquinas – 11 citações
- Rede de água – 2 citações
- Em parte (problema de gestão por parte da prefeitura) - 2 citações
-

Pergunta 5.5.2 – Por que você acha que os agricultores terão condições financeiras para manter as estruturas criadas?

Município de Coronel Martins

- E importante para eles tem que manter – 2 citações.
- O que vai ser mais difícil é a lixeira tóxica – 2 citações.
- Se não der troca o grupo – 1 citação.
- Terão que se organizar mais – 1 citação.
- O que gera renda é mais fácil manter – 1 citação.
- Porque estão organizados – 1 citação.

Município de São Martinho

- Já tem exemplos que estão dando certo – 4 citações.
- Vai ser necessário e terão que se organizar – 4 citações.
- Já estão organizados – 1 citação.
- Acha difícil por causa do insucesso com uma cooperativa – 1 citação.
- Acha difícil os agricultores tirarem dinheiro do bolso – 1 citação.
- Não. Porque querem tudo dado – 1 citação.

Município de São João Batista

- Não terão condições de manter – 2 citações.
- Terá que melhorar a sua organização – 2 citações.
- Não. São muitos dependentes do poder público – 1 citação.
- Sim. Tem o exemplo da rede de água – 1 citação.

Pergunta 5.6.2 – Por que você acha que o programa está ajudando a melhorar a vida dos agricultores ?

Município de Coronel Martins

- Com a criação da cooperativa melhorou o preço do leite – 12 citações.
- Melhorou a infra-estrutura – 1 citação.
- Rede de água (melhorou a saúde) – 6 citações
- Lixeira tóxica – 1 citação.
- Diversos benefícios - 1 citação.

Município de São Martinho

- Máquinas – 1 citação.
- Sementes – 3
- Telefone – 2 citações
- Ensiladeira – 5 citações
- Trouxe coisas para a comunidade - 1 citação
- Participação - 1 citação
- Batedeira - 1 citação
- Organização - 1 citação

Município de São João Batista

- Por causa das máquinas- 4 citações.
- As máquinas estão ajudando- 8 citações.
- Por causa da rede de água - 1 citação

Pergunta 5.6.3 - Cite exemplos :**Município de Coronel Martins**

- Cooperativa de leite – 5 citações.
- Caminhão do leite - 5 citações.
- Rede de água - 4 citações.
- Pequenas agroindústrias - 1 citação.
- Resfriadores - 1 citação.

Município de São Martinho

- Máquinas e silo - 2 citações.
- Trator com arado - 1 citação.
- Trator -1 citação.
- Telefone - 1 citação.
- Ensiladeira - 1 citação.
- Silo - 1 citação.
- Laticínio - 1 citação.

Município de São João Batista

- Máquinas à disposição - 3 citações
- Rede de água - 3 citações
- Trator - 3 citações.
- O custo do trator é mais baixo - 1 citação.
- Água, trator e inseminação - 1 citação.
- Tem que usar máquina particular - 1 citação.

Pergunta 5.7 – Na sua opinião, o que um programa de desenvolvimento deveria ter?**Município de Coronel Martins**

- Prazo do programa mais longo – 7citações.
- Financiamento individual – 4 citações.

- Financiamento de laticínios – 1 citação.
- Financiamento para melhoria de estradas - 1 citação.
- Financiamento de resfriadores - 1 citação.

Município de São Martinho

- Compra de mais trator – 8 citações
- Prazo do programa mais longo – 4 citações
- Melhor gestão das máquinas – 2 citações
- Financiamento de maquinas para grupo de agricultores – 1 citação

Município de São João Batista

- financiamento individual para agricultores – 2 citações

Financiamento individual para aquisição do trator agrícola e correção dos solo – 2 citações.

- Cuidar melhor do meio ambiente – 1 citação.
- Financiar – pequenas indústrias – 1 citação
- Maior fiscalização dos recursos – 1 citação
- Financiamento pequenas indústrias – 1 citação
- Maior participação dos agricultores – 1 citação.

Pergunta 5.9.2 – Por que você tem notado interesse da prefeitura em relação ao programa?

Município de Coronel Martins

- Tem participado com a contrapartida - 3 citações.
- Arruma estradas - 2 citações.
- Sempre colaborou –1 citação.
- Falta definir recursos e movimentar o fundo municipal –1 citação.
- A secretaria de agricultura é a mais atuante – 1 citação.
- É o principal interessado nos recursos – 1 citação.
- Ajudou com máquinas – 1 citação.

- Ajudou com recursos – 1 citação.
- Ajuda no que pode – 1 citação.
- Está dando todo o apoio – 1 citação.
- Ajudou em parte – 1 citação.

Município de São Martinho

- O prefeito e o vice têm participado das reuniões do conselho - 2 citações.
- Acha a prefeitura meio parada – 1 citação.
- Está interessada – 1 citação.
- Participa com recursos – 1 citação.
- O prefeito participa das reuniões, e a prefeitura tem dado a contrapartida – 1 citação.
- A prefeitura foi quem comprou o motor para as ensiladeiras – 1 citação.
- Não dá para reclamar – 1 citação.

Município de São João Batista

- O prefeito é bom – 1 citação.
- O prefeito é interessado – 1 citação.
- Os pedidos têm sido atendidos – 1 citação.
- O prefeito é esforçado – 1 citação.
- O programa financiou as obras e o prefeito é que se promoveu – citação.

Pergunta 5.10 - O que você acha que o programa poderia melhorar?

Município de Coronel Martins

- Prorrogar o prazo - 2 citações.
- Está funcionando bem – 1 citação.
- Financiaram um laticínio – 1 citação.
- Continuar por mais 4 anos – 1 citação.
- Passar para 6 anos – 1 citação.
- Reunir mais antes de definir as obras – 1 citação.

Município de São Martinho

- Faltam 2 tratores – 6 citações.
- Prorrogar por mais 3 a 4 anos – 1 citação.
- Comprar mais 1 trator agrícola e 1 de esteira – 1 citação.
- Prefeitura deve ajudar mais – 1 citação.
- Evitar o uso político – 1 citação.
- Melhorar a comunicação – 1 citação.
- Abrir uma linha de crédito para financiar trator agrícola para grupos de agricultores – 1 citação.

Município de São João Batista

- Está bom – 1 citação.
- Vir mais um trator – 1 citação.
- Maior volume de recurso – 1 citação.

Pergunta 5.11 – Algum outro comentário?**Município de Coronel Martins**

- Maior prazo – 1 citação.
- Melhorar a aplicação dos recursos – 1 citação.
- Pequeno agricultor é sofrido – 1 citação.
- Está faltando estrada – 1 citação.
- Programa deve se preocupar mais com a natureza – 1 citação.
- Incentivar mais o não uso de agrotóxicos (agroecologia) – 1 citação.

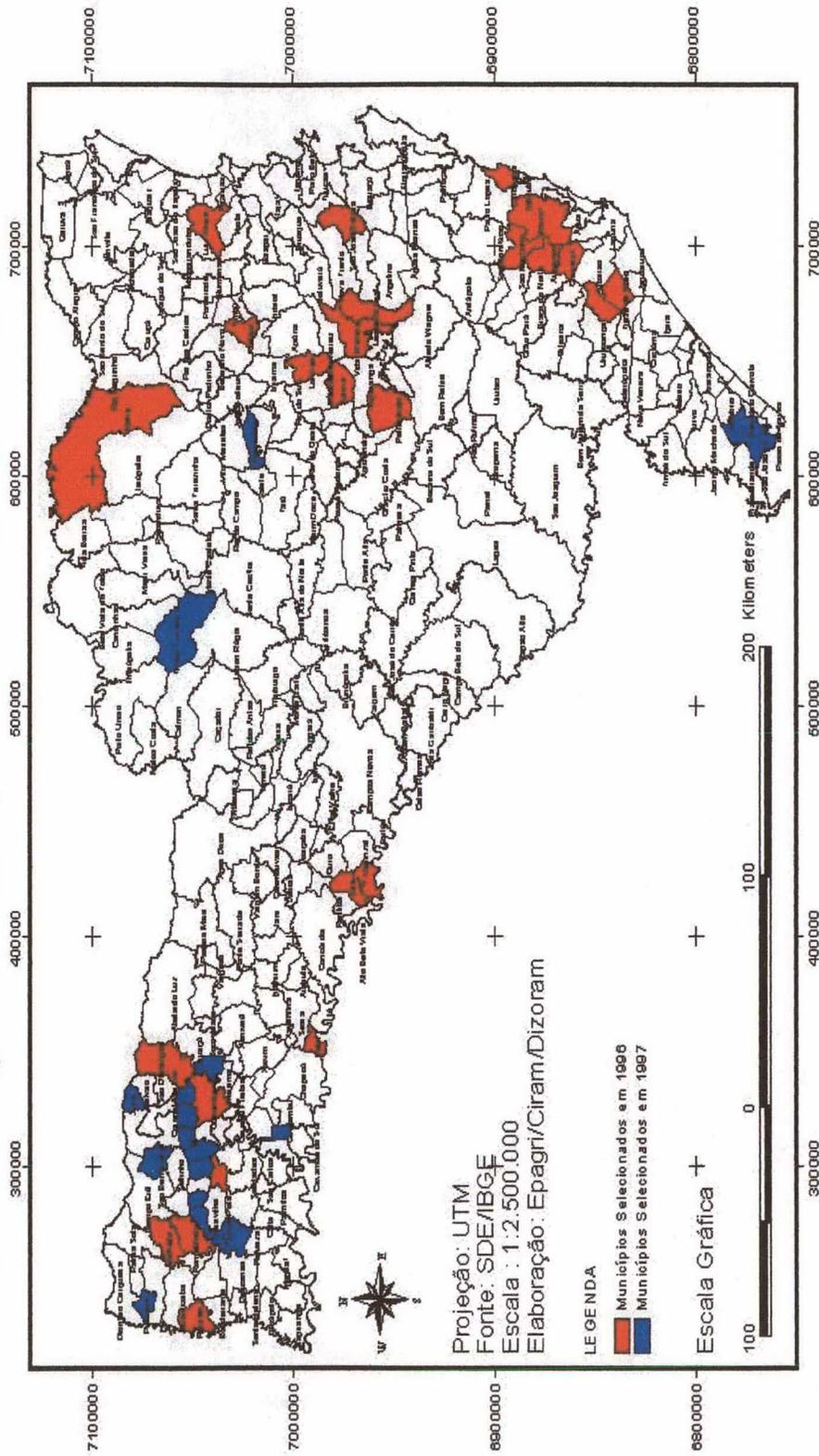
Município de São Martinho

- Ninguém respondeu.

Município de São João Batista

- Ninguém respondeu.

Anexo 7 - Municípios Beneficiados pelo Pronaf Infraestrutura em Santa Catarina



Anexo 8 - Municípios em que se realizou a Pesquisa

